

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LOUIZE KAROLINE LAZZARIM

**SEM INTERVALO PARA SORRIR
MEMÓRIAS DE 29 DE ABRIL DE 2015, O DIA EM QUE PROFESSORES
ENTRARAM EM BATALHA PARA DEFENDER O ENSINO PÚBLICO - UM LIVRO
REPORTAGEM**

Curitiba
2024

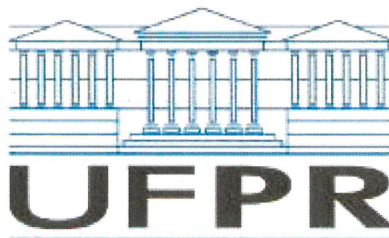
LOUIZE KAROLINE LAZZARIM

**SEM INTERVALO PARA SORRIR
MEMÓRIAS DE 29 DE ABRIL DE 2015, O DIA EM QUE PROFESSORES
ENTRARAM EM BATALHA PARA DEFENDER O ENSINO PÚBLICO - UM LIVRO
REPORTAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Jornalismo da Universidade Federal do
Paraná, como exigência parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Fernandes

Curitiba
2024

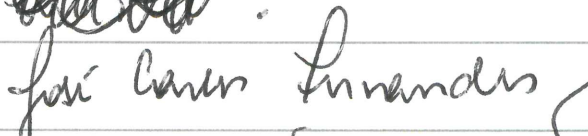
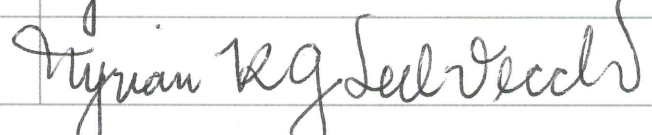


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Rua Bom Jesus, 650, - - Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80035-010
Telefone: 3360-5000 - <http://www.ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

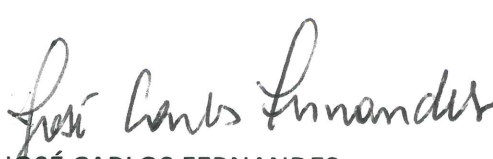
ATA DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

No dia 17/12/2024, às 19 horas, os membros da banca de avaliação reuniram-se no Departamento de Comunicação Social da UFPR, com a finalidade de avaliar a aluna **LOUIZE KAROLINE LAZZARIM** que apresentou o trabalho de conclusão de curso em jornalismo intitulado: **"Sem intervalo para sorrir": memórias de 29 de abril de 2015, o dia em que professores entraram em batalha para defender o ensino público. Um livro-reportagem.** Após informar as normas do exame de avaliação, o orientador passou a palavra para que a aluna realizasse a apresentação. Finalizada a exposição, a aluna foi arguida pelos membros da banca que atribuíram as seguintes notas:

Professora	Nota	Assinatura
CHIRLEI DIANA KOHLS	100	
JOSÉ CARLOS FERNANDES	100	
MYRIAN REGINA DEL VECCHIO DE LIMA	100	

Sendo assim, a média aritmética atribuída à aluna na defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso, foi _____, nota que será lançada no SIGA pelo Professor Orientador somente após realizadas as considerações sugeridas pela banca. A aluna foi considerada aprovada na disciplina e deverá entregar o trabalho com alterações sugeridas pela banca em até 10 dias.




JOSÉ CARLOS FERNANDES
Professor Orientador

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de repetência na 1ª série do ensino fundamental da década de 1930	24
Tabela 2 - Estado da arte do dia 29 de abril de 2015	31
Tabela 3 - 29 de abril de 2015 em pesquisas acadêmicas	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Considerada uma das imagens de guerra mais icônicas de todos os tempos, a foto traz o momento exato em que Kim Pluc grita “Muito quente, muito quente”, enquanto corre sem roupa pela sua vila. Foto: Nick Ut/AP.	28
Figura 2 - A liberdade guiando o povo. Obra: Eugène Delacroix (1830)	30
Figura 3 - Fotografia sem título. Foto: Henry Milléo (2015).	31
Figura 4 - Mapa do Centro Cívico no dia do “Massacre do Centro Cívico”. Ilustração: Luan Alves	56
Figura 5 - Tabela com planejamento das entrevistas. Foto/arquivo pessoal.	57

Aos meus professores, que não só inspiraram o tema
deste trabalho, como me possibilitaram escrevê-lo

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, **José Lazzarim** e **Marli da Rocha Lazzarim**, que sempre me incentivaram a continuar na trajetória acadêmica, seja ela qual fosse. Foi muito importante, aos meus 17 anos, saber que seria apoiada em qualquer profissão que eu desejasse trilhar.

À minha irmã, **Mayla Lazzarim**, que foi minha primeira professora. Obrigada por sempre me ensinar com paciência e amor. Quando eu estava aprendendo a fazer redação estilo Enem, eu dizia “eu não vou conseguir fazer isso sem nenhuma consulta, **Mayla**”. Ela disse um conselho que funcionou muito no dia, e que eu preciso levar para as outras áreas da minha vida: “não é de uma hora para outra, você vai treinar e vai conseguir”. Foi simples, mas falado por ela fez toda a diferença, e eu consegui.

Ao meu namorado, **Guilherme Karling**, que foi apoio durante os momentos de insegurança durante esse percurso do trabalho final de curso. Obrigada por escutar todas as minhas reclamações, por mais repetitivas que elas tenham sido. Espero retribuir durante seu TCC todo esse carinho e amor que senti.

Agradeço à minha amiga **Paola Moraes**, que apesar das diversidades permaneceu ao meu lado durante todos os anos de graduação. Em muitos trabalhos não sabíamos se daria certo ou não, mas o importante era que estávamos juntas. Consequimos!

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos meus professores. Todos os que passaram pela minha trajetória foram importantes à sua maneira, mas destaco o professor **José Carlos Fernandes**, que, além de me ensinar tanto, me incentivou e acreditou tanto em mim.

RESUMO

O dia 29 de abril de 2015, popularmente referido como "Massacre do Centro Cívico" pelos professores da rede estadual de ensino do Paraná, é o resultado de uma luta travada por dois meses com o governo paranaense. Neste trabalho, busca-se registrar vozes dos cidadãos que presenciaram, ou foram afetados, pela greve dos educadores do Paraná em 29 de abril de 2015 em livro-reportagem, no qual a memória e o jornalístico estejam em diálogo. Além de colaborar na criação da memória jornalística na área da educação e de suas lutas; recuperar como a imprensa cobriu a greve dos educadores do Paraná em 29 de abril de 2015 e analisar as qualidades e despropósitos dessa cobertura; e estabelecer possíveis conexões entre o ocorrido de 2015 com o atual estágio da militarização e precarização da educação pública paranaense em 2024. O ano letivo de 2015 iniciou com defasagens graves à educação, como falta de estrutura física nas edificações, carência de professores temporários e outros profissionais e de dinheiro para o pagamento de despesas básicas. Em fevereiro, somado a essas pautas levantadas pelos educadores, o governador do Paraná de 2015, Carlos Alberto Richa (PSDB), levou à votação uma série de outras medidas, chamadas de "pacotaço", que colocariam em risco a Previdência Social não só dos professores, como de todos os servidores públicos do Paraná, mas foram impedidos de votar. Com uma nova data marcada, no dia 29 de abril de 2015, os professores, educadores, alunos, pais de alunos e servidores públicos de outras espécies foram à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) com o objetivo de acompanhar a votação e manifestar descontentamento com o que era proposto, mas os planos do governo eram outros: receberam os manifestantes com bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta, o que resultou em 237 feridos. A alteração do fundo previdenciário foi aprovada com 31 votos favoráveis, e 20 contrários, marcando à sangue a história da educação no Paraná. Neste trabalho, foi analisado como a memória é definida e se estabelece entre as gerações, pois é um fator essencial para que o dia 29 de abril de 2015 permaneça em debate. Assim como a memória, as fotografias são importantes artifícios para que o "Massacre do Centro Cívico" ainda esteja em pauta, mesmo após quase uma década do ocorrido. Também foram tratados temas como a forma em que a educação se consolidou no estado e as particularidades de como a imprensa divulgou o "Massacre", por meio do método exploratório. Por fim, o presente trabalho traz os conceitos do sub gênero livro-reportagem, que será desenvolvido posteriormente.

Palavras-chave: Educação; História; Livro-reportagem; Manifestação; Fotojornalismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. OBJETIVOS	12
1.1.1. Gerais	12
1.1.2. Específicos	12
2. MEMÓRIA SOCIAL E JORNALISMO	13
2.1. MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA	13
2.2. MEMÓRIA E JORNALISMO	18
3. FOTOGRAFIA DE CONFLITO DE RUA	21
3.1. INTERFERIR OU NÃO?	26
4. A EDUCAÇÃO NO PARANÁ: RECORTES ANALÍTICOS	31
4.1. POLÍTICAS DE DESMANTELAMENTO	36
4.2. O 30 DE AGOSTO	41
5. COMO A IMPRENSA NOTICIOU O 29 DE ABRIL DE 2015	43
5.1. O ESTADO DA ARTE	43
5.2. O “MASSACRE” DO 29 DE ABRIL EM PESQUISA	47
6. LIVRO-REPORTAGEM: ANOTAÇÕES SOBRE UM GÊNERO VIBRANTE	52
6.1. CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA	52
7. AS IDEIAS NO PAPEL: ESCOLHAS NO LIVRO-REPORTAGEM “SEM INTERVALO PARA SORRIR”	55
7.1. MATERIAIS QUE INSPIRAM O TCC	57
7.1.1. Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss	58
7.1.2. Verão da Lata: um verão que ninguém esqueceu	59
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICES	68

1. INTRODUÇÃO

Pelas palavras de Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação durante o segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, “Educar não é apenas instruir, é mudar o mundo” (Ribeiro, 2018, p. 40). No entanto, na história da educação do Paraná, e no Brasil como um todo, o tratamento dado aos professores e educadores não está à altura da função por eles desempenhada.

No dia 29 de abril de 2015, cerca de 20 mil professores, educadores, alunos, pais de alunos e apoiadores da causa se reuniram em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), com o objetivo de acompanhar a votação sobre o [Projeto de Lei \(PL\) 18469/2015](#), que definiria o futuro previdenciário dos servidores públicos estaduais. Foram surpreendidos por um ataque da Polícia Militar (PM), com ordens do governador da época, Carlos Alberto Richa (PSDB).

Em 2015, com 13 anos, não entendia completamente o que havia ocorrido com os meus professores, tenho apenas lembranças de quando retornamos à sala de aula após a greve, e a revolta ao governo era unânime, ainda em tempos em que a polarização não era tão evidente.

Desde fevereiro de 2015, a categoria vinha sendo desrespeitada pelo governo. No entanto, no dia 29 de abril, a situação foi agravada, foram mais de duas horas de ataque policial, com 2,3 mil balas de borracha, 1,4 mil bombas de efeito moral e 25 litros de spray de pimenta, de acordo com levantamento da Associação dos Professores do Paraná, a APP-Sindicato, que constitui o sindicato dos professores e funcionários de escola do Paraná. Com isso, a Praça da Nossa Senhora de Salette, no Centro Cívico, onde se situa a Alep, se tornou um ambiente de guerra.

Oito após o “Massacre”, iniciei meu estágio de Jornalismo na APP-Sindicato, sindicato dos professores e funcionários de escola, no qual as datas 30 de agosto de 1988 e 29 de abril de 2015 são lembradas e debatidas diariamente. Ambos os dias são resgatados com tristeza pela categoria, dada a violência sofrida pelos educadores, mas o dia 29 de abril de 2015 me tocou de uma forma particular, já que é uma data ainda mais próxima à minha história como aluna de escola pública. Lembro de acompanhar pela televisão alguns fragmentos das manifestações, mas só quando iniciei meu estágio na APP-Sindicato e me debrucei sobre o assunto para realizar o trabalho que tive dimensão do episódio histórico em que estive envolvida, mesmo que à distância.

As fotografias desse acontecimento muito se assemelham a fotografias de guerra, pois registraram a forma como o uso de força foi desmedido por parte da PM, já que os professores apenas fugiam dos ataques. Por este motivo, o termo empregado pelos educadores ao se referenciar essa greve é “Massacre do Centro Cívico”. Já a imprensa utilizou termos mais neutros, como “Batalha do Centro Cívico”, isso porque não houve mortes, apenas feridos.

Em 2024, há quase uma década desse dia que marcou a educação paranaense, os servidores públicos do Paraná estabeleceram uma tradição: com a chegada dos aniversários do acontecimento, se reúnem em frente à Alep, como forma de manifestar o sentimento de injustiça que ainda perdura. Além de ser um registro da memória das lutas dos professores por seus direitos, o dia 29 de abril de 2015 foi responsável pelo fortalecimento da identidade do grupo, já que a luta pela educação extrapola as salas de aula e leva a categoria a continuar buscando pelos seus direitos e de seus alunos.

Um episódio anterior responsável por construir a memória coletiva da categoria no que diz respeito à garantia do direito à educação, foi a greve de 30 de agosto de 1988. Nessa ocasião, os professores de todas as partes do Paraná se reuniram em frente à Assembleia Legislativa para manifestarem descontentamento pelas atitudes do então governador do estado, Álvaro Dias (PMDB). Essa luta já havia começado em 1986, ano em que os professores organizaram uma greve como forma de conquistar reajuste salarial, e conseguiram o piso de três salários-mínimos para a profissão. No entanto, em 1988, Álvaro Dias ameaçou colocar em risco o direito já conquistado, fazendo com que a categoria se mobilizasse novamente. Como resultado, o governador ordenou que a PM atacasse os manifestantes com a cavalaria.

Os marcos de 1988 e 2015 são separados por 27 anos, mas ainda persiste no imaginário comum dos políticos a ideia de que a força, supostamente, pode ser usada contra aqueles que educam a juventude paranaense. Desse contexto histórico, surge a iniciativa deste trabalho de conclusão de curso, que busca documentar, por meio de um livro-reportagem, as vozes que constroem o ensino público e precisam, além disso, realizar uma dupla jornada na área da educação, dentro e fora de salas de aula.

Neste trabalho inicial (TCC 1), que servirá de base teórica ao produto a ser desenvolvido, são discutidas as formas que a memória — individual e coletiva — se constrói, para, na sequência, narrar a história da fotografia de guerra. Além disso, em capítulo posterior, será traçada a contextualização de como se estabeleceu a educação paranaense, ao analisar os primeiros sistemas educacionais, muitos deles baseados na religião. Por fim, serão

delineados dois capítulos com temas diretamente relacionados ao conteúdo proposto ao trabalho e seu formato, sendo eles: a forma como a imprensa noticiou a greve do dia 29 de abril de 2015, baseando-se em produções jornalísticas divulgadas pelos veículos *Gazeta do Povo* e *A Tribuna do Paraná*, utilizando-se da metodologia exploratória, na qual o objeto de pesquisa será analisado de maneira ampla; e, posteriormente, os procedimentos e métodos utilizados para a construção do trabalho, com a explicação do formato escolhido para o produto.

O livro-reportagem é um gênero que mistura características do jornalismo de forma ampla, ao exemplo do compromisso com a verdade, com elementos da literatura, como o uso de recursos de *flashback*, digressões, diálogos, aprofundamento psicológico dos personagens, narrador em primeira pessoa, etc. (Marcondes Filho, 2014, p. 272-273 *apud* Carvalho Junior, 2019, p. 5). Este gênero surge em um período ditatorial no Brasil, que afetava muito a prática jornalística, por meio da censura oficial que definia o que poderia ou não ser divulgado. Como os livros não passavam por essa censura da mesma maneira que o jornalismo diário, o modelo foi uma artimanha para escapar da limitação por parte do governo (Maciel, 2017).

Além disso, a escrita do livro busca construir um mapa do dia 29 de abril de 2015, usando recursos como “enquanto determinado professor estava fazendo isso”, “outro indivíduo estava fazendo aquilo”. Assim, a narrativa será composta por diversas vozes distintas, por meio da narrativa de micro-acontecimentos individuais. Foram mais de 20 fontes consultadas diretamente para compor a história do livro “Sem intervalo para sorrir”, entre elas professores e professoras da rede estadual, jornalistas, policiais militares e políticos, como o ex-prefeito Gustavo Fruet e o ex-governador Beto Richa. Os personagens que conduziram com maior presença, e que também foram citadas neste trabalho inicial, foram o Fabiano Stoiev, professor de História do Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha, Ângela Machado, professora de História e vereadora de Curitiba pelo PSOL, Valci Mattos, professora das séries iniciais aposentada e Claudia Gruber, professora de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Luiza Ross e dirigente sindical da APP-Sindicato.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Gerais

Registrar vozes dos cidadãos que presenciaram, ou foram afetados, pela greve dos educadores do Paraná em 29 de abril de 2015 em livro-reportagem, no qual a memória e o jornalístico estejam em diálogo.

1.1.2. Específicos

1. Colaborar na criação da memória jornalística na área da educação e de suas lutas.
2. Recuperar, de maneira exploratória, como a imprensa cobriu a greve dos educadores do Paraná em 29 de abril de 2015 e analisar as qualidades e despropósitos dessa cobertura.
3. Estabelecer possíveis conexões entre o ocorrido de 2015 com o atual estágio da militarização e precarização da educação pública paranaense em 2024.

2. MEMÓRIA SOCIAL E JORNALISMO

Neste capítulo, falaremos sobre a memória, primeiramente do ponto de vista da sociologia e, após finalizado esse estudo, relacionaremos à chamada memória e sua função quando unida ao jornalismo. Ao tratarmos do assunto, nos deparamos com diversas tipologias, como a memória coletiva e a individual e uma categoria erroneamente definida como “memória histórica”. No entanto, de acordo com o que será estudado, percebe-se que as divisões para essas tipologias acontecem de maneira sutil, visto que, por exemplo, a memória coletiva é responsável por formar a memória individual em um processo dinâmico (Halbwachs, 2013).

Para construir esse texto, foram utilizados os autores Maurice Halbwachs (2013), Paolo Rossi (2010), Adriana Barsotti (2020), Leandro Lage (2013) e Marcos Palacios (2010).

2.1. MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

Como afirma o filósofo David Hume (1971), a memória não tem a ver apenas com o passado, ela contribui com a definição da identidade dos indivíduos, o que significa que ela também se atrela ao presente e ao futuro. Em 2015, o “Massacre do Centro Cívico” foi responsável por unir os servidores públicos paranaenses em prol de um objetivo comum: melhorias na educação pública estadual e na carreira docente, que passava por alterações na Previdência Social.

A greve integrou servidores públicos de diversas origens, como agentes penitenciários, agentes da saúde e professores estaduais, porque todos seriam afetados pela votação do [Projeto de Lei \(PL\) 18.469/2015](#), que ocorria na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). No entanto, a categoria ligada à educação tinha outras pautas além da previdência, como falta de estrutura física nas edificações, carência de professores temporários e outros profissionais e de dinheiro para o pagamento de despesas básicas. Dessa forma, a manifestação também ficou conhecida como uma greve da educação, já que entre os 20 mil servidores ali reunidos, a grande maioria eram professores.

Até então, a aposentadoria de 33,5 mil beneficiários pertencia ao Fundo Financeiro, bancado pelo governo. Com essa proposta do governador Carlos Alberto Richa (PSDB), os servidores com mais de 73 anos migraram ao Fundo Previdenciário, arcado por servidores, que teriam o desconto direto nas folhas de pagamento (totalizando 18,5% de desconto mensal sobre o valor do salário). Os demais, seriam mantidos no Fundo Financeiro.

Na teoria, essa era uma escapatória para cobrir os rombos da administração pública, devido à crise econômica que se instaura com o início de 2015. Na prática, em 29 anos, os professores da rede estadual e demais servidores públicos poderiam ter sua aposentadoria em risco, um direito constitucional assegurado a todos os trabalhadores (art. 6º da Constituição Federal).

A união dos educadores foi tamanha, que até hoje o dia 29 de abril de 2015 é relembrado como uma data de luto e luta pela educação, o que causa a sensação de identidade entre os professores, como Hume definiu.

A memória é estabelecida à medida que o ser humano se insere em uma rede conexa e sincrônica de acontecimentos, que ocorrem à medida que se vive em sociedade e, destes acontecimentos, criam-se lembranças — uma forma de tradução em linguagem daquilo que outrora fora vivenciado. No meio disso, surgem as memórias individuais, que podem ser definidas como a “rememoração pessoal que está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos” (Halbwachs, 2013, p. 8).

No entanto, assim como explica o autor, apesar de existir e podermos defini-la, a memória individual não está sozinha ou isolada do convívio em sociedade. Ou seja, “é como se a lembrança fosse uma baliza que permitisse nos situarmos em meio da variação constante dos contextos sociais e da experiência coletiva histórica” (Halbwachs, 2013, p. 13). No caso do “Massacre do Centro Cívico”, a manifestação é utilizada como um divisor de águas no posicionamento político dos professores. Para Fabiano Stoiev, professor de História do Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha, em entrevista para a autora Louize Lazzarim, 2015 foi o último ano em que greves e protestos acumularam grande parcela da categoria, visto que a partir de então o país entrou em uma crise econômica e político-ideológica.

Já a lembrança funciona como uma fronteira ou limite para dividir o individual do coletivo e, por isso, é sempre muito complexo definir os acontecimentos que se referem apenas a nós. Uma distinção importante atribuída ao filósofo italiano Paolo Rossi (2010) é a de que a memória individual resgata lembranças da primeira infância, enquanto a memória coletiva se responsabiliza também pelo resgate de acontecimentos que ocorreram antes mesmo de determinado indivíduo nascer, o que podemos chamar de lembranças da vida ancestral (Rossi, 2010, p. 152). Essas memórias ancestrais não foram vividas por esse indivíduo em questão, mas fazem parte do imaginário comum do grupo ao qual ele faz parte.

Além disso, Maurice Halbwachs busca explicar o equívoco presente de um termo que aproxima duas definições antagônicas, a “memória histórica”. Para o sociólogo, a memória é apenas uma das direções ou perspectivas possíveis que o espírito cristaliza e não compreende

a infinidade de outras possibilidades que outros indivíduos podem ter coletado de um mesmo acontecimento. Já quanto à história, ela “não resulta de uma construção cristalizada por um grupo estabelecido para se defender da erosão permanente da mudança” (Halbwachs, 2013, p. 14). Assim, a memória coletiva não deve nada à memória histórica, visto que a primeira é o resultado de diversas intersecções que acontecem ao longo das formações e erosões de grupos.

Outra reflexão levantada pelo autor para exemplificar a dificuldade da definição do termo “memória histórica” está no fato de que, se para ser definida como memória é necessário que um indivíduo ou grupo se lembre, e como a história pode ser assim aproximada à memória “se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados?” (Halbwachs, 2013, p. 101). O objetivo da história é justamente fazer essa ponte entre o que já há muito tempo ocorreu, com aquilo que estamos passando no momento, e, devido a isso, as definições de história e memória não se aproximam, visto que a memória coletiva possui continuidade em seus fatos.

Segundo Paolo Rossi, essa distinção entre os termos deve acontecer porque a história se trata de uma “[...] interpretação e distanciamento crítico do passado”, enquanto a memória, “[...] implica sempre uma participação emotiva em relação a ele” (Rossi, 2010). Ou seja, ambos os autores, Halbwachs e Rossi, concordam entre a distinção dos termos, mas se distanciam quando Rossi afirma que a memória é fragmentada.

Retornando ao binômio memória individual x memória coletiva, sua distinção é ainda mais difícil de ser estabelecida, quando se analisa o fato que um indivíduo nunca está sozinho, já que, mesmo sozinho de maneira física, está rodeado de pensamentos carregados de experiências coletivas.

Por isso, quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo “ele andou só”, na linguagem corrente — mas ele esteve sozinho apenas em aparência, pois, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade (Halbwachs, 2013, p. 42)

Um exemplo para ilustrar isso ocorre quando, ao realizar uma viagem e não nos lembrarmos do período em que ela ocorreu, recorremos ao grupo que esteve presente. Por mais que esse acontecimento tenha sido vivenciado por uma só pessoa, os demais que estavam ao redor tiveram o seu ponto de vista do mesmo ocorrido. Assim, ao escutarmos as

lembranças desses outros representantes do grupo, a imagem que tínhamos de um evento pode até mesmo ser modificada, devido ao acúmulo de novas informações. Um exemplo disso é a greve dos professores do dia 29 de abril de 2015. Quando os Policiais Militares (PM) iniciaram a fazer uso das bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha, cada professor possui um ponto de vista diferente sobre o início do confronto. Claudia Gruber, professora de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Luiza Ross, em entrevista para a autora Louize Lazzarim, interpreta esse momento como se, de uma hora para outra, a barbárie fosse permitida. José Reinaldo Carneiro, professor de História em Telêmaco Borba, ao contrário de Claudia, havia sido informado pelos representantes da APP-Sindicato, que se os deputados não dessem ouvidos aos pedidos dos professores durante a votação, seria anunciada uma espécie de chave secreta, a frase: “O projeto não passa”, para que os educadores comessem a forçar a *linha de combate* imposta pelos policiais. E assim foi feito, José Reinaldo lembra com clareza do momento em que ele e seus colegas lutaram pela educação.

Ao longo da história dos estudos relacionados à memória, é possível analisar que o termo foi comparado a diversos itens do cotidiano, para que assim sua compreensão fosse mais clara. Para Francis Bacon (Rossi, 2010, p.89 e 90), a memória se aproxima a um guarda-roupa, devido à sua capacidade de reunir diversos acontecimentos “dentro de si”. O autor também critica Aristóteles pela sua analogia entre memória e lógica, porque comparar esses conceitos é como “trocar um rico guarda-roupa por um par de tesouras” (Rossi, 2010).

Por fim, Rossi acredita que aquilo que lembramos se compara a um quarto vazio, que preenchemos com móveis à medida que for necessário. No entanto, é importante fazer uma distinção entre o quarto de um incauto e o de um estudioso: o incauto armazena móveis de maneira desenfreada e, como consequência, não consegue encontrar os objetos que procurava; já o estudioso escolhe com cautela aquilo que deseja armazenar, “só arrumar os instrumentos que podem ajudá-lo no trabalho, mas desses mantém um vasto sortimento, e se esforça por organizá-los na ordem mais perfeita” (Rossi, 2010, p. 90).

É impossível negar o papel da memória na reconstrução do passado, mas ele não deve ser a morada do indivíduo. Para o historiador da ciência Yehuda Elkana, “um excesso de dedicação ao passado mina os fundamentos de uma democracia” (Elkana, 1988 *apud* Rossi, 2010, p. 37). Da mesma forma argumenta Paolo Rossi, ao afirmar que os indivíduos precisam aprender a esquecer determinados acontecimentos para que assim o futuro possa ser construído. Ou seja, a memória “coloniza” o passado e o reordena tendo por base as concepções e as emoções do presente” (Rossi, 2010, p. 96).

Além das imagens físicas que acompanham as memórias, também se pode afirmar que para lembrar com exatidão um evento é necessário resgatar as sensações que ele despertou durante sua ocorrência. Em seu livro, Halbwachs utilizou como exemplo a visita a um quarto no fim da noite, quando o indivíduo está carregado de cansaço e tristeza após um longo dia. Caso ele venha a visitá-lo novamente, mas quando o sol do dia ainda é visível, é imprescindível que relembre as sensações que estava sentindo no dia anterior, para que só assim a lembrança seja resgatada com fidelidade.

Por mais complexa que seja a diferenciação e os limites da memória individual em relação à coletiva, não podemos deixar de lado o fato de que “a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e talvez não explique por si a evocação de qualquer lembrança” (Halbwachs, 2013, p. 42). O que o autor pretende dizer com isso é que as memórias coletivas podem estar recobertas por lembranças individuais, mesmo que imperceptivelmente. Para essas origens individuais de uma memória coletiva, o autor definiu-as como intuição sensível, já que não se referem aos estímulos recebidos pelo meio social.

No entanto, pode-se afirmar que a intuição sensível corresponde com fidelidade àquilo que ocorreu no meio social? Para Désiré de Roustan, autor em que Halbwachs se apoia, 99% das nossas memórias são, na verdade, uma reconstrução individual e apenas 1% corresponde ao que de fato ocorreu. Ou seja, em grande parte, o que lembramos sobre um episódio são imagens criadas pela nossa própria mente.

Dessa forma, cada pessoa detém um conjunto de imagens, sequenciando-as de maneira pessoal e, assim, formando sua própria história, que será passada na consciência a cada momento de resgate de um evento em específico.

Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum (Halbwachs, 2013, p. 69).

Da mesma forma que as memórias individuais e coletivas podem se misturar, tornando-se mais exatas e preenchendo as lacunas, logo tomam seus caminhos, ou seja, não serão indivisíveis apenas pelo compartilhamento mútuo. No entanto, segundo o autor, não é recomendado que a todo momento o indivíduo faça essa distinção, por exemplo, entre uma lembrança pessoal e uma lembrança que pode ser chamada de histórica. Ao longo da nossa vida acontecem fatos individuais, como a ida à escola, e, ao mesmo tempo, uma revolução

nacional pode estar ocorrendo. Essa “memória histórica” serve como uma ferramenta para distinguirmos esse acontecimento íntimo de outros períodos da nossa vida. Mas o uso do termo “história”, nesse sentido, não se define pela cronologia de fatos e datas, e sim como instrumento para distinguirmos, por exemplo, um período em que não íamos à escola, de um período em que não nos vemos mais sem essa responsabilidade na nossa rotina.

À medida que a memória é mais precisa do que outrora já ocorreu, as lembranças são reflexões, amparadas por narrativas, testemunhos e confidências dos outros, que nos permitem imaginar como poderia ter sido o nosso passado. Além disso, para Halbwachs, a “lembrança é uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada ao passado” (Halbwachs, 2013, p. 93).

Durante o estudo, o sociólogo buscou definir e distinguir os tipos de memória e como elas afetam a nossa forma de nos lembrarmos da nossa história. Entretanto, um fato importante para refletirmos sobre o que deve nos impactar no presente ou não é “são as repercussões, não o acontecimento, que entram na memória de um povo que passa pelo evento, e somente a partir do momento em que elas o atingem” (Halbwachs, 2013, p. 130). Ou seja, nem tudo será lembrado pelos indivíduos ou pelos grupos, apenas os eventos que repercutirem. Dessa forma, um evento que afetou hoje um indivíduo, provavelmente será esquecido pela memória coletiva em questão de alguns meses, visto que ele não repercutiu na vida em sociedade.

2.2. MEMÓRIA E JORNALISMO

Em muitas situações, a sensação que os jornalistas experienciam em relação à produção de notícias do jornalismo diário é a de imediatismo, já que se perde minutos, o concorrente já deu o furo de reportagem e, ainda mais do que isso, após passado um dia, a notícia se torna velha. Nisso, surge um pensamento comum de que a memória nada importa ao jornalismo, visto que o passado é pouco revisitado pelo *hard news*. Isso se agrava com a presentificação do jornalismo atual.

Segundo Marcos Palacios, estudioso da memória em convergência com o jornalismo, essa sensação não corresponde com a realidade, primeiro porque as matérias jornalísticas servem de documento de registro ao historiador, pois os materiais informativos são um rápido acesso à memória coletiva, e porque a produção de reportagens também se baseia em relembrar aniversários e datas de mortes, por exemplo, que são um resgate à memória. “É preciso comemorar as datas-marco fundadoras, reinstaurar o passado pela lembrança e pelo

esquecimento. Ao reiterar o passado, normalmente, esses atos colocam em evidência também o desejo de futuro” (Barbosa, 2006, *apud* Lage, 2013)

Além disso, Palacios resgata o fato de que nos tempos antigos, a linguagem oral estava muito presente na forma de se documentar uma cultura, mas com o surgimento dos processos de urbanização, apenas a oralidade não era suficiente, delegando então essa função de documentação ao jornalismo. No entanto, assim como nos discursos falados, as notícias também trazem consigo os conflitos de versões, visto que trazem fontes diversas.

[O jornalismo é] o ponto de comparação do evento presente com eventos passados (sejam localizados em um passado recente ou mais remoto), como oportunidades de analogias, como convites à nostalgia, ou mesmo através da apresentação do presente como elemento para desconstruir e tornar a construir, sob a luz de novos fatos, os acontecimentos do passado (Zelizer, 2008, p. 82 *apud* Palacios, 2010, p. 6)

Como resultado dessa responsabilidade atribuída ao jornalismo, cada indivíduo é um potencial produtor de memórias e testemunhos. No entanto, na produção jornalística em Rede, altera-se o lugar da documentação e da memória que, de complemento informativo, desloca-se para uma posição de fonte noticiosa direta (Palacios, 2010, p. 9).

Com a migração do impresso ao on-line, um recurso jornalístico que corroborou com o resgate da memória é o *hyperlink*, pois, além de manter o leitor mais tempo no site, lendo outras matérias que se relacionam com o que ele inicialmente buscava, também promove um exercício de contextualização daquilo que já foi produzido. À medida que “a memória coletiva forma a individual, em um processo dinâmico” (Halbwachs, 2006), o que vivemos nessa nova era do jornalismo digital é como se todos tivessem a mesma referência do passado, baseada naquilo que se produz em massa nos veículos noticiosos.

Ao papel social do jornalismo, no que diz respeito aos eventos passados — sejam eles de injustiças ou apenas de fatalidades —, atribui-se também o “dever de memória”, “o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (Ricoeur, 2007, p. 101 *apud* Lage, 2013, p. 6). Assim, ao mesmo tempo em que as imagens do jornalismo habitam e alimentam o mundo, elas “recobram o passado através da memória e projetam futuros possíveis”. (Vogel e Silva, 2012, p. 183 *apud* Lage, 2013, p. 9).

Ou seja, resgata-se eventos que ainda possuem conflitos no presente, porque não foram apaziguados, assim como o que ocorreu no dia 29 de abril de 2015, em que os professores estaduais do Paraná relembram com sensação de injustiça a forma como foram tratados por apenas lutarem pelos seus direitos.

Dessa forma, já se popularizou uma ideia entre estudiosos, como Astrid Erll, de que um importante artifício da memória cultural é a mídia. A narrativa do passado americano [ou de qualquer passado contemporâneo] será em parte a narrativa do que a mídia escolheu lembrar, a narrativa sobre como as memórias da mídia se tornaram a da própria América [ou de qualquer outro país] (Barsotti, 2020). Portanto, cabe aos jornalistas utilizarem desse importante artifício para construírem as narrativas de seus trabalhos.

3. FOTOGRAFIA DE CONFLITO DE RUA

Neste estudo, buscou-se entender como a fotografia de conflito de rua e a fotografia de guerra se estabeleceram entre as sociedades de diferentes épocas. Para isso, busca-se entender quais são suas características definidoras, as chamadas *Pathosformeln*, a fim de compreender por que essas duas formas de fotografia promovem sensações de assombro e desequilíbrio emocional, assim como foram os registros do “Massacre do Centro Cívico”, que causaram espanto pelas feridas expostas provocadas por policiais aos professores. Fotografar faz parte de um processo de não-esquecimento, para que a memória colabore na responsabilização de acontecimentos que retiram o Estado Democrático De Direito de um povo.

Para alcançar esse objetivo, são utilizados como referência os autores Leão Serva (2020), em sua produção *A fórmula da emoção*, Thierry de Duve (2009), em *A arte diante do mal radical*, Boris Kossoy (2003), em *Fotografia e História*, Arthur Bezerra e Carolina Grillo (2014), em *Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações* e Fernando da Silva e Adriana Rodrigues (2014), em *Jornalismo em mobilidade: redes sociais e cobertura de protestos “ao vivo” e da rua*.

As fotografias que registraram o dia 29 de abril de 2015, que ficou conhecido como “Massacre do Centro Cívico”, são melhor definidas como fotografias de conflito de rua, pois se iniciaram a partir de uma manifestação com excesso policial. No entanto, algumas características se convergem com as fotografias de guerra. Ambos os tipos de registro compõem o fotojornalismo, forma de jornalismo visual que utiliza fotografias para contar histórias, informar e documentar eventos de relevância pública e social

Assim como define Fernando da Silva e Adriana Rodrigues, nos tempos remotos, os conflitos e guerras traziam a delimitação geográfica de um front definido e campos de batalha com fronteiras demarcadas. Quando fosse desejado um registro, recorria-se a equipamentos fotográficos que se aproximavam a grandes caixotes.

Hoje, o cenário de “guerra” se altera, presentes também nos centros urbanos, exigindo coberturas jornalísticas ou de midialivrismo com aparato similar ao de repórteres correspondentes em circunstâncias como a Guerra do Iraque. Com as inovações tecnológicas, os aparelhos celulares se tornam grandes meios de registros orgânicos e contra-hegemônicos, se aproximando do “ao vivo”, assim como foi o caso da morte de George Floyd, homem negro estadunidense que foi acusado por um policial branco de usar uma nota falsa. Enquanto

o policial imobilizava a vítima, ele gritava “I can’t breathe” (eu não consigo respirar), e diversas pessoas que passavam pelo local gravavam e transmitiam o crime em tempo real. A morte de Floyd foi um momento decisivo durante a onda de manifestações denominadas “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam), que ocorreram em 2020.

Durante o dia 29 de abril de 2015, e os dias de greve que se antecederam ao “Massacre” propriamente dito, os professores e servidores públicos também contaram com a participação dos alunos para fortalecer a luta, em especial os estudantes do Colégio Estadual do Paraná (CEP), que fica próximo ao local de onde ocorreu a votação, na Alep. Para Patricia Goedert Melo, Myrian Del Vecchio de Lima e Regiane Regina Ribeiro (2017), além da participação física ao longo das manifestações, outro aspecto fundamental da participação estudantil foi a gravação de vídeos, que eram publicados também em tempo real.

[...] estas produções audiovisuais repercutidas em rede digital como “alternatividades comunicativas”, uma vez que criam espaços de participação democrática, de criação de conhecimentos emancipatórios e de promoção de trocas culturais. Mas existem outras alternativas – ou brechas – que também são práticas sociais cotidianas dos alunos do CEP. A mistura de linguagens como a audiovisual, a artística e a política é utilizada de maneira recorrente pelos estudantes para se expressarem (Goedert; Vecchio; Ribeiro, 2017, p. 6)

Os alunos deixaram claro que as participações não representavam meros “apoios”, mas sim de atuação direta, já que a luta também era deles (Goedert; Vecchio; Ribeiro, 2017). Ou seja, o movimento também foi uma forma dos estudantes se sentirem pertencentes e protagonistas no ambiente escolar.

Em relação às fotografias de guerra, o surgimento da modalidade data de, aproximadamente, dois séculos, mais precisamente em 1853, na Inglaterra, quando Roger Fenton, com o objetivo de cobrir a Guerra da Crimeia, registrou as condições inóspitas que todos os povos em guerra vivenciam, em maior ou menor grau. Assim como na fotografia em geral, a fotografia de guerra possui suas origens nas pinturas e esculturas, já que nestas duas formas de artes históricas era possível analisar as expressões faciais e corporais dos indivíduos.

Até 1850, o jornalismo de guerra e a fotografia de guerra eram termos desconhecidos, visto que a “cobertura” arcaica feita desses acontecimentos era documentada em correspondências, sem teor jornalístico (Serva, 2020). Foi apenas na Guerra da Crimeia (1853-1856), um conflito entre a Rússia e uma aliança feita pela França, Grã-Bretanha e Turquia, motivada pela conquista da península do Mar Negro, que, pela primeira vez, “o jornal britânico *The Times* decidiu enviar um repórter para cobrir in loco o conflito, que

envolvia a participação de tropas britânicas. O escolhido inicialmente para a missão foi o jornalista irlandês William Howard Russell” (Serva, 2020, p. 24).

Mesmo que essa primeira cobertura tenha sido um avanço, as ferramentas jornalísticas ainda eram rudimentares, como as câmeras, que eram caixotes gigantes, difíceis de serem transportadas nos campos de batalha. No entanto, à medida que a indústria fotográfica evoluiu, as coberturas se tornaram mais satisfatórias, como na Primeira Guerra Mundial, em que foram introduzidas as primeiras câmeras que operavam com filmes de celuloide e eram de fato portáteis; e na Guerra do Vietnã (1959-75), em que os equipamentos foram reduzidos mais uma vez, viabilizando a cobertura filmada para a televisão (Serva, 2020, p. 26).

Bezerra e Grillo fazem uma distinção importante entre as duas formas de informar uma população sobre um conflito de rua ou uma guerra: por meio da grande mídia ou pelos coletivos midiativistas. A grande mídia se refere aos grupos que extraem suas rendas a partir da verba publicitária de seus anunciantes e que, embora falem para um grande contingente, possuem uma estrutura centralizada, à maneira das corporações industriais do século XX (Bezerra; Grillo, 2014). Por outro lado, os coletivos midiativistas são formados por pequenos grupos que partilham interesses comuns, geralmente voltados ao jornalismo focado na discussão de questões sociais e denúncias de abusos por parte das autoridades governamentais (Bezerra; Grillo, 2014).

Um exemplo para facilitar a compreensão dessa distinção é a cobertura midiática das manifestações brasileiras de 2013, quando diversos estados pelo país fizeram protestos pela redução da passagem de ônibus. Neste episódio, se popularizou um elemento já conhecido: os *Black Blocs*, grupos de manifestantes vestidos de roupas pretas da cabeça aos pés que foram identificados como responsáveis pelo incêndio de latas de lixo, barricadas e pela destruição de vitrines” (Di Giovanni, 2012, p. 68-69 *apud* Bezerra; Grillo, 2014, p. 4)

A grande mídia, com um viés conservador, utilizou os *Black Blocs* como forma de deslegitimar as manifestações, com manchetes como a da *Folha de S. Paulo* em “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP” e do *Estadão* em “Protesto contra a tarifa acaba em depredação e caos em SP”. Enquanto isso, os coletivos midiativistas trouxeram um ponto de vista trazendo as manifestações como processos democráticos com excesso policial.

Diante da repercussão dos vídeos publicados nas redes sociais pelos coletivos midiativistas e pelos manifestantes, “os policiais não podiam mais simplesmente eliminar seus opositores em “autos de resistência” como fazem em favelas, pois estavam nas áreas centrais da cidade, desconheciam a origem social de seus inimigos e não podiam se esquecer das poderosas e onipresentes câmeras espalhadas em posse dos manifestantes” (Bezerra;

Grillo, 2014, p. 6). A partir de então, a grande mídia alterou seu posicionamento, ao colocar a violência policial em foco, assim como fizeram os coletivos.

Assim como nas manifestações de 2013, no “Massacre do Centro Cívico” os governantes também culpam os *Black Blocs* pela dimensão que a violência policial alcançou.

Ao longo do Livro-Reportagem que será desenvolvido em sequência sobre o “Massacre do Centro Cívico”, as fotos do conflito de rua serão resgatadas, para trazer ainda mais fidedignidade do que ocorreu. As balas de borracha, armas não-letais, devem ser atiradas direcionadas ao chão, para quando retornarem ao ar, atingirem apenas os pés e pernas dos manifestantes, não as regiões vitais. No entanto, o que ocorreu foi diferente dessa regra, e os professores chegaram até mesmo a ser baleados no rosto. As fotografias inseridas no Livro-Reportagem exploram essa brutalidade policial, visto que foram esses registros que mantiveram o 29 de abril de 2015 em pauta e o ocorrido na memória da população.

De acordo com Abraham Moritz Warburg (1866-1929), importante estudioso da fotografia de guerra, a característica principal dessa arte é a *Pathosformeln* (*páthos* = algo que se relaciona com a emoção intensa; *formeln* = fórmula), ou seja, a fórmula de emoção (Serva, 2020). Warburg acreditava em gestos universais para cada emoção, que podem ser captados em fotografias, principalmente em momentos de sofrimento e tristeza, como nas guerras.

A primeira vez que Warburg identificou uma *Pathosformeln* foi na obra “A morte de Orfeu”, de Albrecht Dürer, na qual

[...] notou a perfeita semelhança entre o gesto que o personagem mítico grego realiza no desenho do artista holandês e o movimento presente na representação da mesma cena na cópia de uma gravura do mesmo período atribuída à escola de Andrea Mantegna e hoje desaparecida (Serva, 2020, p. 39).

Do seu estudo das *Pathosformeln* presentes em pinturas, esculturas e fotografias, Warburg criou o *Atlas Mnemosine*, uma curadoria de obras artísticas feita pelo autor, divididas em painéis, em que cada um deles é analisado um elemento que se repete nas categorias *Pathosformeln*, como “fuzilados”, “rostos” e “decapitados”.

Além de Warburg, outro grande importante nome da fotografia de guerra foi Robert Capa (1913-1954), ao qual foi atribuído o famoso mandamento “uma foto não é boa quando

não é feita suficientemente de perto; uma foto de guerra precisa ser "ligeiramente fora de foco". Para ele, o efeito *blur*¹ em um registro traz verossimilhança.

Suas principais obras foram “O instante da morte ou Morte do soldado espanhol” (1936) e as imagens que fez da cobertura da invasão aliada da Normandia (França), conhecida como Dia D, que marcou o início da libertação dos países ocupados pelo Exército alemão na Segunda Guerra Mundial (Serva, 2020, p. 74-75). Ao acaso, essas fotografias foram expostas a demasiado calor, devido a um erro do técnico de laboratório que manuseou as imagens, e, por isso, o efeito *blur* ficou ainda mais evidente.

Apesar de que não existam registros de que Capa tenha ao menos conhecido o trabalho do seu antecessor, é evidente que ambos estudaram os mesmos tópicos. Warburg, que foi o primeiro a definir a *Pathosformeln*, era um entusiasta das obras criadas durante o Renascimento, que, por sua vez, recuperavam elementos da Antiguidade, em especial a captura da vida em movimento, como os cabelos esvoaçantes (Serva, 2020). Essa é a relação entre Capa e Warburg, visto que priorizavam a transformação de um acontecimento da vida cotidiana em um click.

Outra característica impactante das fotografias de guerras são as representações dos rostos dos mortos, que causam horror ao aproximar intimamente o indivíduo comum de um acontecimento que ele não deseja experienciar. Ou seja, esses retratos mórbidos representam “[...] a presença de uma ausência e seu oposto, a ausência de uma presença. Por isso, elas são fantasmagóricas em sua origem mais remota” (Baitello Jr., 2014 apud Serva, 2020, p. 132).

No entanto, ainda mais aterrorizante que a foto de um rosto de um indivíduo morto, é a imagem de uma cabeça decapitada, uma prática comum do Estado Islâmico com seus reféns, por exemplo. “[...] ao sacrificar prisioneiros em seus altares midiáticos, buscando submeter simbolicamente seus inimigos, parecem ter construído uma linha de montagem de mártires que servirão para animar exatamente os seus contrários” (Serva, 2020, p. 162). O autor chega a essa conclusão porque, no curso da história, muitas das figuras que foram decapitadas ou queimadas em ambientes públicos e, posteriormente, divulgadas midiaticamente, se tornaram mártires, como é o caso da francesa Joana d’Arc — queimada em praça pública por guerreiros ingleses pela sua atuação em defesa de seu país na Guerra dos Cem anos (1337-1453) — que, atualmente, é considerada a padroeira nacional da França e foi canonizada pelo Papa Bento XV (Gomes, 2024).

¹ Blur é um efeito visual que provoca desfoque em uma imagem, suavizando ou distorcendo as bordas e os detalhes, deixando-os menos nítidos.

São incontáveis os exemplos de fotografias que repercutiram mundialmente, por causarem emoções, sejam de tristeza, empatia ou solidariedade, o que as categoriza como exemplos de *Pathosformeln*. Mas o que contém cada uma delas, para que assim sejam chamadas de *Pathosformeln*? De acordo com os autores Impett, Süssstrunk e Moretti, “[...] o elemento comum em todas as imagens é um movimento de torção do corpo, como se os membros inferiores se dirigissem para um lado enquanto o corpo se volta para o outro” (Serva, 2020, p. 181).

Assim como afirma Pablo Schneider, o fotojornalismo não é um produto do acaso, cada fotografia é escolhida dentro de uma grande série, o que as torna inexoráveis dentro do processo de alinhamento em uma linguagem imagética. Reafirmando, dessa forma, seu papel histórico na elaboração da memória coletiva de um povo.

3.1. INTERFERIR OU NÃO?

Neste subcapítulo, pretende-se analisar como ocorrem as interferências em coberturas fotográficas de guerras, visto que, como os registros almejam a documentação da história, as alterações intencionais por parte dos fotojornalistas geram uma consequência na fidedignidade dos fatos ou não.

Interferir em um cenário de guerra quando se está realizando sua cobertura fotográfica compreende diversos significados, como a prestação de socorro ao povo atingido, a alteração da composição dos elementos ali presentes, ou apenas um recorte que favoreça um ponto de vista em relação a outro.

No primeiro caso, quando se trata de tirar uma foto ou salvar a vida do indivíduo presente nela, um dos exemplos mundialmente conhecidos é o do registro em que crianças sul-vietnamitas fogem de um ataque feito por engano à vila em que elas moravam. Uma das crianças, a menina Kim Phuc, de 9 anos, corre nua, já que suas roupas estavam em chamas. “Depois de fotografá-la, ele a conduziu ao atendimento médico. Ao longo dos anos seguintes, ela teve de fazer dezessete transplantes de pele e outras cirurgias. A fotografia ganhou o prêmio Pulitzer em 1972” (Serva, 2020, p. 174-175).



Figura 1 - Considerada uma das imagens de guerra mais icônicas de todos os tempos, a foto traz o momento exato em que Kim Pluc grita “Muito quente, muito quente”, enquanto corre sem roupa pela sua vila. Foto: Nick Ut/AP.

Esse é um exemplo em que o fotógrafo — considerado um elemento neutro na guerra, assim como os médicos e jornalistas, por exemplo — foi determinante para salvar a vida de um ser humano e para a construção da memória coletiva de um povo tão afetado pela violência imperialista como os sul-vietnamitas. No entanto, outro exemplo, mas dessa vez negativo, é o caso de Nhem Ein, na época um garoto de 15 anos, que foi treinado para fotografar as 14.200 vítimas do Khmer Vermelho, em Camboja.

O conflito, que ocorreu em Phnom Penh - Camboja, foi liderado por Pol Pot, entre 1975 e 1979, membro do Khmer Vermelho. Para isso, Pol transformou o colégio “S-21” em um campo de extermínio e enviou Nhem para Xangai, como o objetivo que o jovem estudasse técnicas fotográficas para que, assim que retornasse, fizesse o registro de todas as vítimas antes dos seus brutais assassinatos. Em declaração, o fotógrafo alegou ser obrigado a desempenhar esse papel, ou senão seria morto. No entanto, há relatos também que ele fotografou o próprio primo e nada fez para impedir a morte do familiar (De Duve, 2009).

Outro exemplo interessante, no cinema, é o do filme *Mil vezes boa noite*, de 2013, em que Juliette Binoche atua no papel de uma fotógrafa de guerra e seus embates éticos e da mídia em geral diante dos atos de violência. A personagem deveria ter avisado as pessoas ao redor com antecedência, ao invés de deixar uma bomba explodir? Ou talvez as suas

fotografias pós-atentado tenham maior potencial de atingir o público geral e sensibilizá-lo à causa?

No segundo caso, quando se trata da interferência em relação à disposição dos elementos que compõem o cenário da fotografia, um exemplo é o registro de Felice Beato, que, de acordo com historiadores, distribuiu as ossadas na sua foto do palácio de Secundra Bagh, na Índia, logo após o local ser retomado por tropas britânicas em março de 1858, ao final da chamada Rebelião Indiana de 1857. “Esses dejetos, incluindo esqueletos, eram restos de uma retomada efêmera do prédio quatro meses antes, que os rebeldes não tinham podido descartar” (Serva, 2020, p. 27). Ainda segundo historiadores, Beato distribuiu esses ossos humanos com a finalidade de aumentar a dramaticidade da composição.

Outro exemplo dessa mesma situação se refere à primeira cobertura fotográfica de guerra, feita por Roger Fenton, durante a Guerra da Crimeia. Fenton fez dois registros praticamente iguais da Carga da Brigada Ligeira, sem alterar o direcionamento da câmera, apenas modificando os elementos no chão de uma das imagens. Em uma delas, o chão está parcialmente limpo, em outra estão dispostos fragmentos de balas de canhão. No entanto, o fato curioso é que não se sabe qual foi o cenário alterado, se ele colocou ou tirou as balas, mas historiadores especulam a possibilidade de ele ter limpado o cenário para não causar ainda mais choque no espectador diante da imagem (Serva, 2020, p. 27).

Na foto com as balas espalhadas, a indefinição da imagem e dos papéis e certa puidéz decorrente da passagem do tempo criam uma confusão visual: as balas parecem crânios, que remetem às caveiras tão presentes em imagens antigas, bem como a certo caos (Serva, 2020, p. 27).

No caso do dia 29 de abril de 2015, os registros fotográficos direcionam sua atenção nos professores sendo atingidos por balas de borracha ou gases de efeito moral, ou apenas fugindo da possibilidade desse ataque. Nessa perspectiva, subentende-se que as fotografias tinham o objetivo de retratar os educadores como vítimas do ocorrido, o que é, de certa forma, uma interferência por escolha de recorte. No entanto, como não carregavam objetos de defesa pessoal e estavam apenas fugindo — diferentemente da PM, que foi instruída pelo secretário de Segurança Pública da época, Fernando Francischini, a terem esse posicionamento de ataque — era essa a realidade que os fotógrafos viam diante de suas lentes.

Além disso, algumas das fotografias do 29 de abril de 2015, em especial as do fotógrafo profissional Henry Milleo, direcionam a perspectiva do “leitor” da foto para uma

aura de heroísmo aos professores, o que as torna semelhantes a pintura de Eugène Delacroix, em *A Liberdade Guiando o Povo*, na qual há uma figura central liderando um grupo sob ameaça.



Figura 2 - A liberdade guiando o povo. Obra: Eugène Delacroix (1830)



Figura 3 - Fotografia sem título. Foto: Henry Milléo (2015).

Segundo Boris Kossoy, a interferência do fotógrafo na cobertura de guerra sempre existiu, até mesmo na Guerra da Crimeia, registrada por Fenton, visto que sua expedição foi financiada "com a condição de que não fotografasse nunca os horrores da guerra, para não assustar as famílias dos soldados" (Kossoy, 2003, p. 118). No entanto, para Kossoy, a fotografia não pode ser considerada como um registro fidedigno do passado, pois, assim como outras criações do ser humano, são inseridos "dados luminosos, uma realidade que não existe fora dela, nem antes dela, mas precisamente nela" (Kossoy, 2003, p. 120).

Dessa forma, os registros fotográficos devem ser analisados como um documento histórico, mas não se pode interpretá-los como a única fonte existente, já que nestas fotografias estão inseridos interesses monetários, ideológicos e estéticos.

4. A EDUCAÇÃO NO PARANÁ: RECORTES ANALÍTICOS

Durante as entrevistas com os professores para a elaboração do Livro-Reportagem sobre o “Massacre do Centro Cívico”, a sensação unânime foi a de que, apesar do dia 29 de abril de 2015 ter ficado marcado como um episódio de luto na educação, a sensação dos dias e meses posteriores foi a de dever cumprido, porque a categoria esteve unida como nunca e lutou para que o ensino paranaense não fosse sucateado. No entanto, as medidas escancaradas de neoliberalismo propostas na educação pelo atual governador do Paraná, Carlos Roberto Massa Junior (PSDB), deixaram os educadores, como Fabiano Stoiev, professor de História do Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha, com um sentimento de que a carreira docente já não fazia mais sentido. Isso acontece porque, com o avanço do neoliberalismo na educação, encolhimento da escola pública, perda de direitos conquistados historicamente.

A autora, inspirada no livro de Antônio Gois, um dos maiores especialistas em educação na imprensa brasileira, recorreu a alguns recortes históricos capazes de sinalizar o imaginário em torno da educação no país, a formação das instituições de ensino e as entradas que esses processos históricos deixam para as políticas de desmantelamento. São recortes a visão caritativa da educação jesuítica, a visão tecnocrática da escola nova e da escola em tempos de ditadura militar, e a escola vista como “despesa” de recursos no âmbito do ultraliberalismo. Nessas visões a escola é o lugar da construção moral, da habilidade e não o espaço de autonomia na produção do conhecimento.

Os autores que conduzem essa composição são Trindade e Andreazza (2001); Camargo (2006); Janine (2018) e Gois (2022).

Na segunda metade do século, em 1772, quando a Coroa iniciou a contabilização de habitantes, distribuíam-se no Paraná 4.245 pessoas: em Curitiba, 1.932, na freguesia de São José (dos Pinhais), 833, na de Santo Antônio (da Lapa), 500, e na Povoação de Yapó (Castro), 973 (Trindade e Andreazza, 2001, p. 20).

A população se distribuía na plantação de mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar (no litoral). A erva-mate inicialmente foi colhida apenas para uso caseiro, mas a partir do final do século XVIII, ela passará a ter peso na economia regional e envolver boa parte da população em sua extração, beneficiamento e comércio. (Trindade e Andreazza, 2001).

Trago este recorte econômico, a princípio distante do tema educacional, mas que, segundo o autor Antonio Gois, em *O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente*, explica muito sobre como a educação é tratada até hoje no Brasil:

As razões para os desequilíbrios sociais na América Latina e no Brasil são muitas e remontam ao modelo aristocrático de concessão de terras e ao regime de trabalho, fundado na escravização. A questão social brasileira não pode ser dissociada da questão racial. [...] negros, mesmo libertos, não tinham acesso à escola, fosse por "seleção natural" ou por proibição expressa.

A falta de recursos suficientes, adequados e bem geridos foi, também, causa relevante para nos reter na história. A ela se soma [...] a má distribuição de competências entre o governo federal e os estados, com crônica omissão por parte da União. A descentralização, nessa matéria, ao contrário do ocorrido em outros países, não funcionou bem, por falta de recursos, de preparo e de visão. As oligarquias brasileiras nunca viram na educação o caminho para o progresso, mas apenas para a apropriação do Estado e a manutenção de privilégios. Esse passado que não quer passar vem de longe e é estigmatizado por diferentes autores (Gois, 2022, p. 12).

Além disso, outro destaque feito pelo autor, evidenciando a relação entre a economia e a educação, é o de que

O levantamento divulgado em 2021 pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social mostrou que a chance de um filho repetir a baixa escolaridade do pai é o dobro no Brasil na comparação com os Estados Unidos (Fraga; Brigatti, 2021 *apud* Gois, 2022, p. 177)

A Igreja, além de controlar o campo moral da sociedade, encarregava-se também de interferir na educação das crianças. “Por longo tempo, o controle: o ensino e a escolarização. Já no tempo das reduções, os jesuítas espanhóis se ocupavam em iniciar os indígenas na música e nas artes e ofícios, ao mesmo tempo que aprendiam o seu idioma” (Trindade; Andreazza, 2001, p. 33). Essa participação era tão presente que, em 1691, a Câmara do Provincial da Companhia de Jesus solicitava a vinda de seis padres, prometendo-lhes Colégios para suas residências à custa do povo, dar-lhes dinheiro, para a compra de escravos e doação de terras para seu estabelecimento na agricultura, uma vez que dessem aulas de ensino primário e latinidade e ensinassem à mocidade os dogmas da religião (Trindade; Andreazza, 2001).

Se o ensino ministrado pelos jesuítas podia ser considerado como público por ser mantido com recursos públicos e pelo seu caráter de ensino coletivo, ele não preenchia os demais critérios, já que as condições tanto materiais como pedagógicas, isto é, os prédios assim como sua infraestrutura, os agentes, as diretrizes pedagógicas, os componentes curriculares, as normas disciplinares e os mecanismos de avaliação se encontravam sob controle da ordem dos jesuítas, portanto, sob domínio privado (Gois, 2022, p. 28)

Mesmo que a participação da Igreja na educação tenha sido notória, há registros de professores não necessariamente ligados à religião. A partir da década de 1720, há menções de professores letrados, em maior ou menor grau, solicitando licença para criarem escolas públicas nos espaços de suas casas. Nelas, ensinavam as crianças a ler, escrever e contar. “A primeira provisão conhecida foi dada a Manoel Rodrigues de Souza, que em 1728 renovava a

autorização episcopal de abrir escola pública e de ser mestre de Capela na vila de Curitiba” (Trindade; Andreazza, 2001, p. 34).

Em 1758, com a medida pombalina de expulsão dos jesuítas, a educação novamente precisou passar por uma reinvenção em todo o país. Como o Reino não se preocupou em estruturar novamente as escolas, cada parcela populacional se organizou à sua maneira: os ricos procuravam a instrução particular ministrada geralmente por religiosos, enquanto os demais, se houvessem condições, contentavam-se com os ensinamentos domésticos (Trindade; Andreazza, 2001, p. 34).

Valnir Chagas, em *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?*, assim descreve as condições de trabalho docente na época:

Pior é que, para substituir a monolítica organização da Companhia de Jesus, algo tão fluido se concebeu que, em última análise, nenhum sistema passou a existir. [...] Cada aula régia constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para determinada disciplina. Era autônoma e isolada, pois não se articulava com outras nem pertencia a escola alguma, nem mesmo a nenhum plano geral. Não havia currículo, no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizados [...]. O aluno se matriculava em tantas "aulas" quantas fossem as disciplinas que desejasse. Para agravar esse quadro, os professores eram geralmente de baixo nível, porque eram improvisados e mal pagos, em contraste com o magistério dos jesuítas, cujo preparo chegava ao requinte. Nomeados em regra por indicação ou sob concordância de bispos, tornavam-se "proprietários" das respectivas aulas régias que lhes eram atribuídas, vitaliciamente, como sesmarias ou títulos de nobreza (Gois, 2022, p. 28-29)

Em 6 de setembro de 1768, o padre Ignácio Pinto da Conceição foi nomeado professor régio de Gramática Latina na vila de Paranaguá e, em 26 de julho de 1783, a Câmara representou à rainha a necessidade de haver um professor régio para o ensino das primeiras letras e em 1788, por provisão régia, este cargo era ocupado por Francisco Ignácio Amaral Gurgel, que também ministrava o catecismo (Trindade e Andreazza 2001, p. 35). Entretanto, não havia ainda uma situação unitária para a educação no estado. No Paraná, quando da instalação da Província, a situação da instrução pública era precária. Apenas 615 alunos frequentavam os cursos de primeiras letras, numa população de 62.000 habitantes. O ensino secundário era praticamente inexistente (Trindade; Andreazza, 2001, p. 61).

Foi apenas em 1876 que o Reino estruturou o Instituto Paranaense, em conjunto com a Escola Normal, para instruir uma clientela masculina de estudantes. No entanto, a procura nos dois estabelecimentos não ultrapassava, à época, duas dezenas por ano (Trindade; Andreazza, 2001, p. 61).

Quando a educação passou a ser uma pauta de interesse público no Paraná, o estado estava passando também por diversas modificações, sejam elas econômicas, culturais e

políticas. Em 17 de novembro de 1889, o estado deixou de ser uma província e passou para a categoria de um dos estados membros dos Estados Unidos do Brasil, iniciando o período republicano.

Como não havia resistência por parte da população para que as mudanças ocorressem, não demorou muito para que o estado passasse por um aumento populacional - também pelo aumento de imigrações - que, consequentemente, alavancou a economia, como nas atividades agrícolas e a extração da erva-mate.

Assim como descreve Cristiane Silva Melo e Maria Cristina Gomes Machado:

O ideário da necessidade de educar as classes populares e dispor maior oferta de educação a toda a população em condições de recebê-la fortaleceu-se ao lado do entendimento de que problemas sociais poderiam ser resolvidos, em parte, pela educação (Silva Melo; Gomes Machado, 2010, p. 1)

Por esta motivação, no dia 29 de janeiro de 1890, pelo Decreto n.º31, foi realizado o primeiro regulamento de organização da instrução pública do estado do Paraná, instituído no início da República. Nele, estavam instituídas instruções para o ensino primário, Instituto Paranaense e Escola Normal.

Já no período Republicano, que se iniciou em 1889, a situação da educação foi alterada, porque os imigrantes que chegavam ao estado organizavam protestos e reclamações sobre o descaso das autoridades com o ensino nas colônias, levando à criação de escolas no perímetro dos núcleos coloniais.

Sobre esse assunto, há uma reflexão também muito importante de Renato Janine, autor e ex-ministro da educação já citado em alguns momentos neste trabalho, em relação à diferença dos níveis de instrução em cada país e, mais especificamente, em cada recorte social de um mesmo país:

Durante trinta anos, a partir de 1927, houve na Itália uma corrida de automóveis chamada Mil Milhas. Todos os competidores corriam, está óbvio, as mil milhas. Mas suponhamos que um dos concorrentes partisse a mil milhas do destino, outro a quinhentas, um terceiro a cem. Evidentemente, quem saísse de mais perto não teria como perder. É o que acontece com nossa educação - e com nossa sociedade. Há quem parta de mais perto e quem venha de muito longe. Uma avaliação que só leve em conta o resultado final está errada. Precisa considerar o ponto de partida. E, como eu intuía [...], o ponto de partida que mais pesa é o nível socioeconômico da família (Ribeiro, 2018, p. 169-170).

A política imigratória do Paraná consistiu na propaganda para atrair novos contingentes populacionais e para a criação da sociedade de migração. Esta atração se fortaleceu pelo discurso abolicionista e pela realidade de excedente de mão-de-obra na

Europa, resultante da industrialização e mecanização da lavoura (Melo; Machado, 2010, p. 13).

Uma das políticas educacionais que foram instituídas nesta época foi a “Pedagogia da Repetência”, termo apresentado pelo autor Sergio Costa Ribeiro, em 1991, para se referir ao número alarmante de alunos — mais da metade dos matriculados na 1ª série — que ficavam retidos já nas séries iniciais. Segundo as pesquisas de Sérgio Costa Ribeiro, Philip Fletcher e Ruben Klein, o baixo número de crianças em idade escolar matriculadas nas escolas se devia, antes mesmo das taxas de evasão, à baixa expectativa de serem aprovadas no ano seguinte (Gois, 2022, p. 104).

Tabela 1 - Taxa de repetência na 1ª série do ensino fundamental da década de 1930

1932	66,7
1933	64,4
1934	60
1935	66
1936	59,8
1937	61,2
1938	62,6
1939	59,5
1940	57,6

Fonte: Klein e Ribeiro, 1995 *apud* Gois, 2022, p. 103

Segundo o autor, e as pesquisas que embasaram suas conclusões, as medidas para solucionar os problemas educacionais no Brasil ainda são destoantes e, por vezes, atrapalham mais ainda a evolução do sistema. Repetir de ano não aumenta as chances de um aluno aprender, pune desproporcionalmente os mais pobres e, pior, eleva consideravelmente a probabilidade de ele abandonar a escola (Gois, 2022, p. 158)

Por outro lado, em 1912, investia-se no ensino superior, com a tentativa de criação de uma Universidade Federal do Paraná (UFPR), que teve Legislação Federal oficializada em 1946, promovendo cursos como Medicina, Engenharia e Comércio. Além disso, no governo de Moysés Wille Lupion de Troia (1956-1961), foram criadas, aproximadamente, “500 escolas e houve também a preocupação com a preparação de professores, no interior do

Estado, com o objetivo de formar o mestre de cada região, em sua própria região, de prevenir a evasão escolar e de criar os Cursos Normais Regionais” (Trindade; Andreazza, 2001, p. 105).

Em sequência, na gestão de Ney Braga foram aprovadas, em 1962, a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação para a reorganização do sistema de ensino. Várias campanhas dirigidas ao setor de educação foram conduzidas no período, como o combate ao analfabetismo, à evasão escolar e repetências acompanhadas de acordos com órgãos nacionais e estrangeiros na busca de recursos para esses programas. (Trindade; Andreazza, 2001, p. 115-116)

Em 1969, surgiu também uma necessidade de investimento em outras instituições de ensino superior, criando-se as universidades estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, incorporando e congregando estabelecimentos isolados mantidos direta ou indiretamente pelo Estado.

Por fim, ao analisar hoje a educação, que é um retrato de tudo o que foi anteriormente exposto, Dermeval Saviani atribui três contradições à sua forma. A primeira é a ausência de um sistema de educação em âmbito nacional no Brasil, porque ela ficou a cargo dos estados, não chegando a um consenso no país. Em segundo lugar, o autor expõe que, por a nossa educação ser baseada em conceitos teóricos, ao tentar mudá-la, esquecemos que não conseguiremos testá-la na prática, diversificando ainda mais a base teórica e pecando na prática. Por fim, Saviani atribui à descontinuidade o terceiro fator contraditório da educação, já que, para o pesquisador, o ensino terá alcançado seu efeito à medida que ele seja irreversível, no entanto, a descontinuidade dos anos em sala de aula não garantem que as crianças e adolescentes cheguem a esse estágio de irreversibilidade (Saviani, 2013).

4.1. POLÍTICAS DE DESMANTELAMENTO

Neste subcapítulo, discutiremos a mudança ocorrida nas escolas, devido à aplicação das lógicas neoliberais à educação, que ocupou o lugar de uma pedagogia histórico-crítica, vigente até então. Para isso, serão utilizados os autores Dermeval Saviani, Glaucia Rufato, Telma Martineli, Jorge Monteiro, Helloysa Moreira, João Zanardini e Regis da Costa. Trabalha-se com a premissa de que os movimentos de 30 de agosto de 1988 e 29 de abril de 2015 são, em última instância, uma recusa ao retrocesso promovido pelo Estado diante dos avanços alcançados pelo sistema de ensino, gradualmente, com o fim do regime militar.

Após um longo período de repressão, ocasionado pela ditadura militar (1964-1985), o Brasil passava por um período de reabertura democrática, com efeitos que se propagavam na política, economia e educação. A respeito dessa última área, no Paraná, com os governos de José Richa (PMDB - 1983), Álvaro Dias (PMDB - 1987) e Roberto Requião (PMDB - 1991), a pedagogia histórico-crítica estava em ascensão.

Por pedagogia histórico-crítica se entende um modelo de educação que reflita e produza críticas aos estilos vigentes. No entanto, diferentemente da pedagogia crítico-reprodutivista, que não possui habilidades para proporcionar a mudança daquilo que não funciona satisfatoriamente, a pedagogia histórico-crítica possui um caráter comprometido com a transformação social, ancorado na prática educativa questionadora, crítica e emancipadora. Na prática, num sentido inverso à educação tecnicista no ensino público — promovido pelo regime militar; e a doutrinação por meio da Educação Moral e Cívica, por exemplo —, esboçou-se um movimento de volta ao pensamento crítico, expresso em disciplinas como Geografia e História. Também foi o momento de reivindicação do retorno da Sociologia e da Filosofia. A pedagogia histórico-crítica serve como uma luva para este momento. Promovia a escrita, a fala, a produção crítica do aluno, como estratégia para a reconstrução do discurso democrático.

O primeiro a tratar sobre a pedagogia Histórico-Crítica foi Dermeval Saviani, em 1978, quando buscou referir-se a uma perspectiva pedagógica que superasse as teorias crítico-reprodutivistas. O que acontecia anteriormente aos governos acima citados era uma educação que buscava perpetuar a dominação das elites perante à sociedade e uma educação que não incluía os filhos dos trabalhadores. Por isso, uma outra forma de pensar foi aplicada:

A escola, para a Pedagogia Histórico-Crítica, deve possibilitar a socialização do saber erudito sistematizado, do conhecimento produzido e elaborado historicamente, o qual a classe dominante já possui e a utiliza como forma de propriedade privada para perpetuar sua dominação. Para Saviani [...] o saber não pode ser uma propriedade privada. É uma necessidade do ser social a apropriação do saber clássico para uma possível compreensão e transformação da sociedade (Rufato; Martinelli; Monteiro, 2021, p. 11).

Nesse sentido, essa forma de se pensar a educação muito se aproxima, em alguns pontos, da pedagogia do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, pois ambas acreditam no poder libertador do ensino e na quebra da hierarquia entre professores e alunos, já que estes últimos também são vistos como personagens ativos no processo pedagógico, não apenas como receptores.

Saviani buscava também uma educação que se distanciasse dos conceitos crítico-reprodutivistas, porque, por mais que o modelo desejasse construir uma crítica ao regime autoritário e à sua pedagogia autoritária, suas ações se resumiam a isso, não acreditavam na mudança efetiva daquilo que iam contra. Dessa forma, cunhou o termo “pedagogia histórico-crítica” mantendo o caráter crítico já conhecido, mas inserindo um elemento novo, o materialismo histórico, “[...] ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana (Saviani, 2013, p. 76).

Ao pensar nessa nova formulação da pedagogia, Saviani se baseou em conceitos já pensados por Karl Marx, já que o entusiasta da pedagogia histórico-crítica analisa os fundamentos teóricos a partir da dialética — que é a relação do movimento com as transformações — e da dialética do movimento real, histórico e expresso no materialismo histórico, visto que busca compreender como as relações sociais são produzidas e como elas se mantêm ao inserir a educação no seu processo (Saviani, 2013).

No entanto, com o golpe à ex-presidenta Dilma Rousseff, que ocorreu em 2016, levando ao poder o ex-presidente Michel Temer — até então, vice-presidente — foram inseridas medidas neoliberais na educação, como a Reforma do Ensino Médio, decretada por meio da [Medida Provisória N° 746](#), de 22 de setembro de 2016, poucos dias após sua posse. Posteriormente, essa Medida Provisória foi aprovada como [Lei N° 13.415](#), de 16 de fevereiro de 2017, a qual alterou vários artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – [Lei N° 9.394](#), de 20 de dezembro de 1996.

O neoliberalismo tem suas origens na crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, quando o Estado de Bem-Estar Social, ou Keynesianismo, baseado na defesa de uma maior intervenção do Estado nas questões econômicas e em uma concepção desenvolvimentista, abriu espaço para mínima participação estatal nos rumos da economia e ênfase na globalização. Na educação, um importante aspecto que passou a ser rotineiro foi a inclusão do pensamento empreendedor nas escolas, questão antagônica aos interesses da Pedagogia Histórico-Crítica, pois ela direciona a perpetuação das relações de dominação do capital e não sua transformação (Rufato, Martineli, Monteiro, 2021).

Com esse modelo neoliberal que foi acrescentado na educação, se acentuou ainda mais uma prática de desvalorização do professor. Assim como pontua a APP-Sindicato na matéria “Aprovação dos(as) professores(as) entre pais e estudantes não se reflete em valorização da categoria pelo governo”, publicada no dia 10 de abril de 2024, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR) realizou uma pesquisa entre pais e alunos para traçar a taxa

de aprovação dos professores estaduais. O levantamento apontou que 96% dos estudantes do ensino médio e 94% do ensino fundamental aprovam o trabalho dos professores. Entre os pais e mães, o índice de satisfação é de 96%. No texto de divulgação dos resultados, a Seed teceu diversos elogios à categoria, mas esqueceu daquilo que é o principal meio de promover a valorização do profissional da educação: a garantia dos direitos. Desde 2019, quando foi eleito pela primeira vez como governador do Paraná, Ratinho Junior já impôs uma perda salarial de 34% à carreira docente, além de adoecimentos e diversas outras formas de sucatear a profissão, assim como pontua a APP-Sindicato.

No Paraná, a implementação da Reforma do Ensino Médio teve início no ano de 2022, com a publicação de alguns documentos em 2020 e 2021, pelo Governador Carlos Roberto Massa Júnior (PSDB). No entanto, as questões relacionadas ao neoliberalismo ocorriam no estado desde o fim do último mandato de Roberto Requião (PMDB), que foi dos anos de 2006 a 2010.

A reforma representou retrocesso à educação como um todo, no entanto, “algumas áreas do conhecimento foram mais afetadas, como das disciplinas da área de Humanas que se tornaram opcionais, de acordo com a Lei” (Costa, 2023, p. 7).

O Governo tampão Temer (2016-2018) ainda inspira a Seed/PR a determinar a forma como a educação é organizada no estado, pois realiza parceria com grupos empresariais, a exemplo do acordo de cooperação entre o Estado do Paraná e o Instituto Lemann, firmado pelo governador Carlos Roberto Massa, mais conhecido também como Ratinho Jr.. A parceria teve como objetivo desenvolver um programa de Gestão Pública, para melhorar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Costa, 2023, p. 10). Recentemente, com a política de cívico-militarização das escolas do Paraná, o Ideb tem sido utilizado para justificar a implantação do modelo:

O Ideb é calculado com base na taxa de alunos(as) que passam de ano e no resultado de uma avaliação do MEC que mede o aprendizado em português e matemática. Excluindo os(as) estudantes que não se encaixam nos padrões do modelo militarizado e as turmas do ensino noturno, as escolas militarizadas se esquivam de problemas sociais a troco de reunir condições favoráveis para aumentar a nota do Ideb, sem necessariamente promover políticas concretas de melhoria da qualidade da educação (APP-Sindicato, 2024)

Outra política incentivada por Ratinho Jr., já citada acima, foi a Reforma do Ensino Médio, que divide a grade curricular dos alunos em Itinerários Formativos Integrados, ofertados a partir da segunda série do Ensino Médio, quando o estudante deverá escolher: 1)

o Itinerário Formativo Integrado de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais; e 2) o Itinerário Formativo Integrado de Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Costa, 2023, p. 11).

Ou seja, caso o estudante opte pelo Itinerário Formativo Integrado de Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, as disciplinas de humanidades não serão mais ofertadas a partir do 2º ano. No entanto, se ele escolher o Itinerário Formativo Integrado de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais, as humanidades serão oferecidas, mas ainda com uma carga horária menor do que disciplinas como Educação Financeira, deixando evidente as marcas do neoliberalismo na educação.

No Estado do Paraná, a SEED/PR criou disciplinas de teor utilitarista e até mesmo motivacional; desse modo, ampliou o currículo - de 2400h para 3000h -, mas diminuiu as perspectivas de acesso ao conhecimento científico, ao conhecimento historicamente acumulado e à formação do pensamento crítico dos filhos da classe trabalhadora ao diminuir da carga horária disciplinas fundamentais à formação humana, filosófica, sociológica, histórica, artística, estética e cultural (Costa, 2023, p. 16-17).

Outra medida proposta por Ratinho Junior, que entrega o desejo de inserir o neoliberalismo em todas as etapas da educação, é a privatização das escolas. Um aluno da rede estadual custa para o governo R\$8; enquanto para as empresas ele custará R\$800. A questão, no entanto, é de que esses R\$800 por aluno serão disponibilizados às empresas pelo próprio governo, com repasse do dinheiro de cofre público. O critério para fazer a escolha das escolas que terão essa alteração se dá por meio do Ideb. Ou seja, as empresas só irão escolher as escolas com melhores Idebs para fazerem o investimento.

Em outras palavras, os empresários utilizaram um índice que discrimina escolas que possuem alunos com dificuldade de aprendizado e que precisam trabalhar além de estudar, porque são esses estudantes que “diminuem” o Ideb. Assim como pontua a APP-Sindicato, na reportagem “Governo Ratinho Jr. admite ‘esforço’ para criar condições que darão lucro às empresas com a privatização de escolas”, os idealizadores do projeto assumem que investirão apenas em escolas modelo, e não naquelas que realmente precisam de orçamento para apresentarem melhorias.

Dessa forma, a educação, que tinha seu papel transformador, passa a conter medidas autoritárias e verticalizadas que impactaram toda a sociedade. Cabe à população não permitir que estes moldes neoliberais se propaguem cada vez mais, que dificultam a educação plural e emancipadora do Paraná.

4.2. O 30 DE AGOSTO

O ataque aos professores em 29 de abril de 2015 não foi o primeiro desrespeito à categoria, anteriormente a ele também ocorreu o 30 de agosto de 1988, quando o governador do estado era Álvaro Dias (PMDB, entre os anos 1987 e 1991). Na época, o clima de opinião da população era favorável ao discurso do governador. Uma manchete de jornal diante do episódio foi: “O governador Álvaro Dias foi incisivo: não vai admitir ou permitir baderna, de maneira nenhuma. ‘A desordem não vai imperar. Invasões, depredações de imóveis públicos serão reprimidas com rigor’” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1988).

O contexto que levou ao dia 30 de agosto relembra o cenário de 1986, quando, ainda no governo de José Richa (PMDB), os professores entraram em greve devido à negação de Richa em cumprir com o reajuste no salário requerido pela categoria. Essa greve terminou com um acordo em que os professores receberiam um piso de três salários-mínimos (Camargo, 2021, p. 73).

No entanto, em 1988, a pauta salarial voltou a ser discutida entre a categoria e resultou em uma nova greve, agora no governo de Álvaro Dias. Isolde Andreatta, a primeira mulher a ocupar o cargo de presidência da APP-Sindicato, fez declarações à imprensa com a seguinte fala: “Quando ele era deputado federal, em 1981, instigava a categoria a lutar por melhores salários e considerava justa uma greve neste sentido. Hoje seu discurso é outro, prefere nos colocar contra a comunidade”.

A greve [...] de 1988 foi deflagrada no dia 05 de agosto, durante uma assembleia dos professores no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, promovida pela APP-Sindicato. Álvaro Dias (1987-1991) [...] descumprira acordos firmados anteriormente, principalmente o direito salarial conquistado na greve de 1986, quando os professores haviam conseguido um piso salarial de três salários mínimos (Menezes, 2012, p. 12)

Assim como o em 2015, a Praça Nossa Senhora da Salete também foi o palco desse primeiro “Massacre”, mas, dessa vez, os “professores e professoras, estimados em 30 mil” (Menezes, 2012, p.13), grevistas foram recebidos por “400 policiais da Polícia Militar e Cavalaria” (Camargo, 2021, p. 74).

Como grande parte dos professores que estavam presentes no dia eram do modelo CLT, caso não comparecessem aos seus colégios durante um período de 30 dias, poderiam ser mandados embora. Aliado a isso, o governador enfraqueceu a luta, já que “Álvaro Dias condicionou a abertura ao diálogo e negociações apenas com o retorno dos professores às salas de aula” (Menezes, 2012, p. 14).

Por isso, no dia 20 de setembro, em uma assembleia em Maringá, a categoria resolveu, forçosamente, a retornar às salas de aula, sem uma resolução definida para o embate.

5. COMO A IMPRENSA NOTICIOU O 29 DE ABRIL DE 2015

Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, trouxe uma discussão interessante sobre uma das formas que a imprensa noticiou o “Massacre do Centro Cívico”. Janine estava na terceira semana como novo ministro — assumindo o cargo que até março de 2015 era ocupado por Cid Gomes — quando ocorreu o confronto entre professores e policiais do Paraná.

[...] o governo do PSDB no Paraná reprimiu violentamente manifestações de professores. Pois não é que um jornal do Ceará, a milhares de quilômetros do conflito paranaense, publicou uma charge em que o policial militar que espancava um professor tinha a logomarca da "Pátria Educadora" em seu escudo? (Ribeiro, 2018, p. 44-45)

Na época, a ex-presidenta assumia seu segundo mandato e tinha como lema a “Pátria Educadora”, trazendo para a educação seu principal foco de preocupação e investimento. No entanto, o país passava por uma dificuldade econômica que impossibilitava que suas promessas fossem cumpridas em sua totalidade.

Entretanto, assim como explica Janine, o que ocorreu aqui no Paraná não se relacionava diretamente com o que ocorria no MEC, visto que, pelas palavras do ex-ministro, “a repressão era estadual, mas, por ignorância ou má-fé, foi assim atribuída ao governo federal” (Ribeiro, 2018, p. 44-45).

Esse é apenas um exemplo de como o “Massacre do Centro Cívico” foi noticiado na mídia, assunto que trataremos neste capítulo, a partir de pesquisas acadêmicas e jornalísticas, utilizando-se da metodologia exploratória, em que o objeto é analisado de forma ampla, a fim de identificar suas características, compreender o contexto e gerar hipóteses ou novas perguntas.

5.1. O ESTADO DA ARTE

Neste subcapítulo será explorado a forma como o dia 29 de abril de 2015 foi documentado em textos acadêmicos. Ao pesquisar “greve dos professores no dia 29 de abril de 2015” na ferramenta de pesquisa *Google Acadêmico*, são obtidos 5.250 resultados e, entre as produções disponíveis, foram escolhidos três conteúdos, em três formatos diferentes: um artigo, uma dissertação e um livro. Em cada um deles, a autora busca traçar conclusões de qual foi o pensamento dos pesquisadores a respeito da greve, para saber, por exemplo, se estavam a favor ou contra do posicionamento político dos professores.

O artigo escolhido foi *29 de abril: Sindicalismo docente, Regulação social e Violência estatal*, de Marcos Alexandre dos Santos Ferraz; a dissertação *Conjuntura e acontecimento: uma análise do 29 de abril de 2015 a partir dos jornais “Folha de Londrina” e “Gazeta do Povo”*, de Jullyana Neiverth; e o livro *Um registro do 29 de abril de 2015* para não esquecer, das autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Ana Claudia Urban.

Tabela 2 - Estado da arte do dia 29 de abril de 2015

Título	Autor	Local de publicação	Resumo	Conclusões
29 de abril: Sindicalismo docente, Regulação social e Violência estatal	Marcos Alexandre dos Santos Ferraz	Anped Sul	O texto procura analisar o uso desmedido de violência na repressão do movimento dos trabalhadores em educação pelo Governo do Estado do Paraná, em 29 de abril de 2015. Para isso, parte-se do princípio que o conflito que opôs Governo e Sindicato é uma questão central, no contexto de construção de políticas de valorização docente. Como método de análise percorreu-se 5 etapas: 1) descrição dos fatos ocorridos; 2) construção do conflito político ao redor da valorização docentes; 3) descrição do cenário político; 4) descrição dos personagens envolvidos; e 5) desenvolvimento de algumas considerações analíticas. Por fim, ainda que seja impossível justificar o ocorrido, o trabalho sustenta que os mecanismos de regulação social foram rompidos, restando apenas a violência estatal.	Nesta produção, o autor busca contextualizar o panorama político que levou à ocorrência do dia 29 de abril de 2015. Apesar de do outro lado do conflito ser representado por um governador recém-eleito, em primeiro turno, com grande apoio da população e ancorado em uma ampla base parlamentar na Assembleia Legislativa, o acúmulo de mais de uma década de ganhos salariais em função do desempenho da economia, o passado recente de mobilizações bem-sucedidas, o avanço institucional na definição da carreira e do piso salarial, o cenário de baixo desemprego e a unidade de diferentes frações da categoria foram consideráveis para que a categoria da educação se reunisse em amplo número de representantes para combater as injustiças. Dessa forma, o sentimento de invencibilidade dos professores, somado à ascensão dos quadros conservadores são explicações sociológicas que o autor encontrou para entender a proporção do ocorrido. No entanto, nada justifica a força desmedida utilizada contra os educadores.

Conjuntura e acontecimento: uma análise do 29 de abril de 2015 a partir dos jornais “Folha de Londrina” e “Gazeta do Povo”	Jullyana Neiverth	UEPG	O método da análise de conjuntura é composto tradicionalmente por ferramentas de análise que possibilitam, segundo sua teoria, olhar criticamente para uma dada realidade e identificar o ‘acontecimento’, o “cenário”, os “atores”, a “correlação de forças” e a “articulação entre conjuntura e estrutura”. Esta dissertação tem por objetivo problematizar a noção de “acontecimento”², desenvolvida por Herbert de Souza na aplicação da metodologia de pesquisa da análise de conjuntura. A problematização consiste em descobrir “se” e “em quais termos” o acontecimento pode ser estudado segundo o método da análise de conjuntura tradicional, buscando-se demonstrar sua complexidade como uma categoria pensada em termos sociais. A pesquisa tem sua base empírica composta do material jornalístico dos jornais <i>Gazeta do Povo</i> e <i>Folha de Londrina</i>, entre os meses de fevereiro a setembro de 2015, sobre o movimento grevista que culminou na ocorrência do dia 29 de abril de 2015, no Centro Cívico de Curitiba, Paraná.	Para a autora, o dia 29 de abril de 2015 é um reflexo indireto do surgimento do neoliberalismo na educação e na política, em geral. Além disso, a autora definiu a insegurança como aspecto central de motivação à greve, visto que não havia certeza, por exemplo, se haveria aulas; se haveria um quadro de professores para ministrá-las; se as escolas possuíam a infraestrutura necessária para receber os alunos; qual seria o impacto da falta de aulas no calendário escolar dos alunos e em sua capacidade de aprendizagem.
---	--------------------------	-------------	---	---

² Para Muniz Sodré, teórico da comunicação e autor dos livros “A narração dos fatos” e “As estratégias sensíveis”, a narração do fato autoriza o acontecimento, porque, para o autor, a narrativa de um fato possui o poder de influenciar como o público interpreta um acontecimento.

Um registro do 29 de abril de 2015 para não esquecer	Maria Auxiliadora Schmidt; Ana Claudia Urban	LAPEDUH/U FPR	Uma tarde do dia 29 de abril de 2015. Praça Nossa Senhora de Salette, no Centro Cívico, Curitiba, capital do Paraná. Por volta de 15 horas, sons de bombas e tiros se alastraram e foram ouvidas a quilômetros de distância. Uma tarde histórica, um dia histórico. Neste dia, aconteceu o maior “massacre” de manifestantes pela polícia do estado do Paraná. Um acontecimento que, como disse Clarice Lispector, nunca mais se esquece, nem se mudamos para outra cidade. Em milhares de professores, estudantes, educadores e de todos que presenciaram ou acompanharam os acontecimentos, permaneceu algo como uma incredulidade, mas também um “desejo de memória”, de registrar e de contar. Este é o objetivo desta publicação, deixar um registro, um documento para se guardar na mochila da história.	O livro é uma coletânea de pequenos relatos publicados em sites e redes sociais sobre o Massacre do Centro Cívico, sejam eles de professores, alunos, ou apoiadores da causa que tiveram um sentimento de revolta com o ocorrido. Um dos relatos, de autoria do professor Antônio Carlos Frutuoso, trouxe a explicação que inocentava manifestantes acusados de serem “Black Blocs”. De acordo com o governador Beto Richa, os culpados do início do ataque era devido à infiltração de Black Blocs, porque eles portavam o coquetel molotov. Mas, como explica o professor Antônio, o que o governador chamou de coquetel molotov era, na verdade, um líquido que tinha a base de Magnésio, que neutraliza a composição do gás lacrimogêneo, lançado pelos policiais como forma de controle dos manifestantes. Além desses relatos, o livro também reúne manchetes que foram veiculadas na época, como forma de inocentar ainda mais a categoria ligada à educação.
--	---	------------------	---	---

Fonte: A autora

Apesar de terem formatos e linguagens distintas, os três textos se aproximam ao lutarem em defesa da inocência dos professores, que teve de ser conquistada com grandes esforços, visto a gravidade das acusações advindas de políticos à categoria.

A primeira produção apresenta um caráter de análise do que levou ao ocorrido, utilizando-se de conteúdos históricos e sociológicos. O que se difere da segunda e da terceira obra, que aponta objetivos claros: o da provocação da memória daquilo que não pode ser esquecido. A segunda produção se utiliza da análise de conjuntura, enquanto a terceira se utiliza da produção e coletânea de relatos.

Outra produção acadêmica de destaque é a dissertação de mestrado de Marina Kurchaidt, intitulada: “Nós não controlamos o vento” Os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do “Massacre do dia 29 de abril”. O título é uma referência a uma fala do ex-governador Beto Richa, que ao ser questionado sobre a evacuação de uma creche próxima ao local de onde foi a manifestação, já que as crianças estavam passando mal por causa das bombas de efeito moral, ele afirmou não ter culpa de que o vento tenha propagado o gás que causa dificuldades na respiração e mal-estar. Com essas produções acadêmicas, fica destacada a necessidade dos políticos ligados ao planejamento do “Massacre” de se auto isentarem. No entanto, com o passar dos anos, foi se comprovando o envolvimento de cada um deles, como com o pedido de demissão de Fernando Francischini, ex-secretário de Segurança Pública, e do comandante geral da PMPR, Coronel César Kogut.

5.2. O “MASSACRE” DO 29 DE ABRIL EM PESQUISA

Este subcapítulo focou suas análises a partir de quatro reportagens publicadas pelo veículo *Gazeta do Povo* e cinco reportagens do veículo *Tribuna do Paraná*. A escolha dos veículos segue a lógica de maior número de publicações que ambos atingiram, mas também ocorreram coberturas do evento por meio do rádio e da televisão.

Nessa análise, busca-se responder às perguntas “Como o Estado se defendeu após o 29 de abril?”, “Como os professores reagiram aos argumentos do Estado?” e “Os jornais se posicionaram a favor ou contra aos professores?”. A análise exploratória, como forma de entender a percepção dos jornais sobre o tema e servir de subsídio para as entrevistas que irão compor o livro-reportagem do mesmo assunto.

Ao pesquisar “Batalha do Centro Cívico” na barra de pesquisa do jornal digital da *Gazeta do Povo*, são obtidos 456 resultados, sendo 4 reportagens relativas ao dia do acontecimento, 29 de abril de 2015, e as restantes estão divididas entre os dias que se sucederam e aos aniversários da data. Já ao digitar “Massacre do Centro Cívico”, designação mais utilizada pelos professores, a pesquisa se limita a 77 resultados. No início da pesquisa, foram analisados outros jornais, mas os que tiveram maior número de publicações, e que mantiveram esse tema em debate ao longo dos anos, foram os dois veículos escolhidos.

De acordo com o *Dicionário Online de Português*, batalha é o “combate geral entre dois exércitos ou duas armadas”. No entanto, foi comprovado que o ocorrido no Centro Cívico não se configurou como uma luta em que as duas partes — PMs e professores —

tiveram oportunidade de se defender. Por isso, o uso do termo “batalha” não é o mais adequado.

Ao mesmo passo que “massacre” também gera divergências, visto que, ainda de acordo com o *Dicionário Online de Português*, massacre é o “assassínio de pessoas sem defesa”, e durante o acontecimento não foram registradas mortes, mas um total de 237 feridos (213 manifestantes, 20 policiais, 3 profissionais da imprensa e 1 deputado), segundo informações da Prefeitura de Curitiba e a Secretaria de Segurança Pública, em declaração à *Gazeta do Povo*.

Tabela 3 - 29 de abril de 2015 na imprensa

Veículo	Título matéria e data	Autor	Síntese	Critério	Trecho
<i>Gazeta do Povo</i>	Richa culpa “arruaceiros” e isenta polícia. Publicada dia 29/04/2015	Rogério Galindo	A reportagem foi publicada logo no dia do ocorrido e reuniu os primeiros pronunciamentos de Beto Richa. O governador atribuiu a culpa aos “black blocs” e disse que a polícia apenas se defendeu.	Como o Estado se defendeu após o 29 de abril?	“Não dá para negar que temos algumas cenas chocantes, indesejáveis. Mas lamentavelmente a presença de baderneiros, arruaceiros, black blocs que radicalizaram, partiram para cima dos policiais. E é uma defesa natural: eles reagiram para preservar as suas integridades físicas e as suas vidas”.
<i>Gazeta do Povo</i>	Após tumulto, Richa desiste de festa de 1º de Maio. Publicada no dia 30/04/2015	Amanda Audi e Talita Boros Voitch	A reportagem fala sobre a estrutura que havia sido montada em comemoração ao dia 1º de maio e foi desmontada às vésperas, como forma de evitar retaliações ao governador.	Como o Estado se defendeu após o 29 de abril?	Nós entendemos que não é momento para comemorar. Também consideramos que não é seguro fazer uma festa desse porte e colocar em risco dos trabalhadores. Pode ter gente infiltrada no meio querendo causar problemas
<i>Gazeta do Povo</i>	No Centro Cívico,	Angieli Maros e	A reportagem reúne relatos de professores e alunos	Como os professores	A professora de educação física Neiva

	professores evocam confronto de 29 de abril. Publicada no dia 01/05/2015	Amanda Audi	sobre a batalha do Centro Cívico.	reagiram ao ataque?	Mendes Naser explicava aos curiosos o significado das cruzes, como uma “aula aberta”. “Aqui é um velório. O velório da democracia”, disse
<i>Gazeta do Povo</i>	Editorial: Batalha no Centro Cívico. Publicado em 30/04/2015	Redação	No editorial, a redação assume que os ocorridos do dia 29 de abril de 2015 configuram um episódio vergonhoso à história do Paraná. No entanto, afirmam que a APP-Sindicato teve uma atitude anti-democrática.	Os jornais se posicionaram a favor ou contra aos professores?	A polícia deveria estar preparada para lidar com episódios pontuais de forma cirúrgica, mas o que ocorreu foi a generalização do conflito. Para piorar a situação, há registros de que a PM, em vez de se limitar a garantir que a Assembleia não fosse invadida, avançou sobre manifestantes que já estavam se dispersando, com os efeitos de sua ação sendo sentidos até em uma escola infantil das redondezas.
<i>Tribuna do Paraná</i>	Francischini “participou de tudo”, diz ex-comandante da PM. Publicada dia 08/05/2015	Diego Ribeiro, Rogerio Galindo e Katna Baran	A reportagem traz a denúncia feita pelo coronel da Polícia Militar, Cesar Kogut, após o secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, se isentar da responsabilidade dos mais de 200 feridos no dia 29/04/2015.	Como o Estado se defendeu após o 29 de abril?	“O secretário conhecia e participou de tudo”, disse Kogut. Em entrevista coletiva na segunda-feira (4), Francischini havia responsabilizado a PM pela operação, alegando que a secretaria é encarregada apenas pela parte administrativa do setor de segurança”.
<i>Tribuna do Paraná</i>	Arremate final derruba secretário de Segurança do Paraná.	Lucas Sarzi	A reportagem fala sobre Fernando Francischini, secretário de segurança pública, pedir para sair do cargo, após pressão feita pela Polícia Militar.	Como o Estado se defendeu após o 29 de abril?	“Kogut, que entregou o cargo nesta quinta-feira (07), afirmou que Francischini “foi alertado inúmeras

	Publicada no dia 08/05/2015				vezes pelo comando da tropa e pelo Comandante-Geral sobre os possíveis desdobramentos durante a ação”. Francischini, por meio de nota, diz ter sido “mal interpretado em alguns pontos”.
<i>Tribuna do Paraná</i>	Denúncias e reações ao ataque contra professores deixam Beto Richa acuado. Publicada no dia 06/05/2015	Redação	Essa reportagem tem como foco trazer as reações do governador, Beto Richa, diante do ocorrido. Para os jornalistas, a falta de pronunciamento de Richa demonstra que ele está se sentindo acuado diante das pressões, o que supostamente estaria manchando sua imagem diante da Alep.	Como o Estado se defendeu após o 29 de abril?	“Por tudo isso, viu sua base de apoio na Assembleia Legislativa ficar reduzida. De cinco deputados ferrenhos de oposição no seu primeiro mandato, acabou a semana com mais de 20 nomes jogando contra. Foi esse o número de deputados que votaram contra o projeto da previdência”.
<i>Tribuna do Paraná</i>	Professores chamam proposta do governo de “indecente e imoral. Publicada no dia 27/05/2015	Redação	A reportagem se encarrega de trazer a reação dos professores diante das tentativas de propostas feitas pelo governo.	Como os professores reagiram aos argumentos do Estado?	“A APP não concorda com a proposta. A defesa da entidade e dos demais sindicatos de servidores continua de reposição da inflação do período, que é 8,17%, em parcela única”.
<i>Tribuna do Paraná</i>	Beto Richa transforma Parana-previdência em ‘bomba-relógio. Publicada no dia 10/05/2015	Chico Marés	Nessa reportagem, o jornal afirmou que a escolha do governador em alterar a previdência dos professores foi uma decisão pensando apenas no presente. No entanto, o jornalista também afirma que há medidas para melhorar a situação para os beneficiários.	Os jornais se posicionaram a favor ou contra aos professores?	“No curto prazo, isso pode ajudar – e muito – a sanar as finanças do estado. No longo prazo, porém, a decisão reativou uma bomba-relógio: em algum momento no futuro, o fundo previdenciário vai se esgotar. Há, porém, formas de amenizar os efeitos dessa decisão”.

Fonte: A autora

As reportagens, tanto da *Gazeta do Povo*, quanto da *Tribuna do Paraná*, demonstram a forma como o governador e o secretário da segurança pública tentaram se isentar do ocorrido. Beto Richa, o governador do Paraná em 2015, atribuiu a culpa aos *black blocs*³, enquanto Fernando Francischini, o Secretário de Segurança Pública de 2015, disse que a operação foi inteiramente organizada pela polícia militar, e que ele ficou só com a parte administrativa. Além disso, Richa também esteve ao lado dos Policiais Militares durante o processo, atribuindo a eles o *status* de vítima diante do ataque.

De forma geral, ambos os jornais se solidarizaram com os professores, visto que entenderam um excesso de força vindo do outro lado. No entanto, a *Gazeta do Povo* se posicionou contrária à atitude do sindicato dos professores e funcionários do ensino estadual, a APP-Sindicato, dizendo que foram antidemocráticos; já a *Tribuna do Paraná* não aplicou, nas matérias analisadas, teores favoráveis ou contrários à APP, apenas a escutou a respeito de suas opiniões quando o governo fez uma tentativa de propostas.

³ *Black Blocs* são um grupo de manifestantes que praticam a violência simbólica durante manifestações (quebra de vitrines de lojas de luxo, ataques a agências bancárias ou edifícios corporativos)

6. LIVRO-REPORTAGEM: ANOTAÇÕES SOBRE UM GÊNERO VIBRANTE

Neste momento, discute-se o formato escolhido para o produto a ser desenvolvido, assim como um breve histórico do seu surgimento e sua definição. O livro-reportagem é um produto que combina características do jornalismo, como a responsabilidade pela verdade e apuração dos fatos, com a linguagem da literatura, que permite o uso de “flashback, digressões, diálogos, aprofundamento psicológico dos personagens, narrador em primeira pessoa, etc” (Marcondes Filho, 2014, p. 272-273 *apud* Carvalho Junior, 2019, p. 5).

6.1. CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA

Neste capítulo, é analisado o surgimento e estabelecimento do livro-reportagem, um gênero que mistura aspectos do jornalismo ao da literatura, mas preservando a autenticidade das informações ali documentadas. Para isso, são utilizados os autores Belo (2006), Lima (2004), Zarate (2017), Carvalho; Silva (2019) e Guzzo; Teixeira (2008).

O surgimento exato de cada técnica jornalística é sempre uma tarefa árdua, em especial a do livro-reportagem, porque antes do gênero ser popularizado, já circulavam obras não-ficcionais, mas que ainda não possuíam o formato exato que é conhecido atualmente. No entanto, a proposta começou a ganhar fôlego na Europa, durante o século XIX (Belo, 2006).

Neste período, o jornalismo como profissão regulamentada e com os padrões estabelecidos ainda não ocorria, o que se via nos jornais eram publicações que mais se assemelhavam a artigos, ensaios, editoriais e até mesmo literatura. Uma característica interessante da história do jornalismo brasileiro é que, no seu início, ele tinha grandes inspirações europeias, seguindo um padrão “menos factual e mais autoral” (Belo, 2006, p. 19). Desse estilo mais opinativo, o mercado jornalístico europeu incentivou o público a produzir e consumir livros.

Apesar disso, o jornalismo no continente não ficou restrito apenas aos textos autorais e interpretativos, ao longo do século passou a seguir também um padrão objetivo, ao inserir em sua agenda assuntos de interesse da população, como problemas nas cidades e outras questões sociais.

Mas afinal, o que é um livro-reportagem? Para o jornalista e doutor em Ciências da Comunicação pela USP (Universidade de São Paulo), Edvaldo Pereira Lima, o subgênero surge de uma inquietude de um jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana. De forma geral, possui o mesmo rigor técnico de uma reportagem padrão do jornalismo

convencional, mas não possui a periodicidade e nem substitui a imprensa convencional, serve como complemento. Nele, é possível explorar e aprofundar temas, combinando características do jornalismo às da narrativa. Como objetivo, busca-se esgotar um tema, ou chegar mais próximo disso.

A concepção de um livro-reportagem requer informação capaz de superar as barreiras do imediato e do superficial, de modo a fazê-lo permanecer como objeto de interesse por muito e muito tempo. Pede também densidade, análise, conteúdo. Esses dois fatores estão quase sempre associados à extensão do texto e à capacidade do autor de construí-lo (Belo, 2006, p. 42)

Edvaldo Pereira Lima atribui algumas definições para diferenciar o livro-reportagem de um livro convencional, como a busca por histórias reais; o tratamento, compreendendo a linguagem, a montagem e a edição do texto, em essência, jornalísticos; e as funções, que podem ser horizontalizadas, quando busca-se um salto quantitativo de dados e fatos, ou verticalizados, ao almejar aprofundamentos qualitativos dos temas, aproximando-se do jornalismo informativo arredondado. Nesse segundo estilo, “a grande-reportagem em livro vincula-se menos à edificação do tangível imediato, do concreto, e mais à tecedura do sutil, do que está por materializar-se” (Lima, 2004, p. 40).

No que diz respeito ao sistema linguístico, Lima conceitua o rigor jornalístico com o uso de manchetes, títulos, textos e legendas, ao compreender a importância desses elementos para construir a fidedignidade do assunto com o que foi reproduzido em jornais. Inclui-se também o uso da terceira pessoa na narrativa, a função de linguagem denominada referencial; e a precisão, exatidão, clareza, concisão.

Enquanto isso, o mercado estadunidense possuía raízes inglesas, com destaque na utilização do *lead*, ao contrário dos europeus. “A sede de desenvolvimento dos colonizadores acentuou algumas características do capitalismo e proporcionaram as condições necessárias para que os EUA comesçassem a surgir como potência econômica mundial e mostrar-se o único país ocidental a rivalizar com a Europa” (Belo, 2006).

Do capitalismo em essência, aprofundou-se ainda mais a divisão entre ricos e pobres, que acentuou as crises, revoltas e revoluções. Nesse contexto de desigualdade social, os autores passaram a se sensibilizar com a crueldade que uma grande parcela da população passava, o que motivou a produção de reportagens em livros explorando essas questões sociais, como é o caso de *México Rebelde!* (1914), e *Dez dias que abalaram o mundo* (1919), ambos de John Reed, que possuía uma escrita rica em detalhes e que não escondia seu caráter político à esquerda (Belo, 2006). O jornalista e escritor Eduardo Belo define Reed como um

dos precursores do jornalismo literário e do livro-reportagem, mas reconhece que ele não é o primeiro, já que anterior a essas publicações, Euclides da Cunha havia organizado seu livro *Os sertões* (1902). Nessa obra, Euclides trata sobre a Guerra dos Canudos (1896-1897), ao trazer a resistência dos habitantes da cidade de Canudos, liderados por Antônio Conselheiro, um líder carismático e religioso, uma espécie de messias para os sertanejos, contra as forças do Exército Brasileiro.

O jornalismo literário ganhou força com o início da Segunda Guerra Mundial, que se iniciou em 1 de setembro de 1939 e foi finalizada em 2 de setembro de 1945. A fim de relatarmos as histórias de combate, diversos correspondentes foram enviados ao *front*, como é o caso dos brasileiros Rubem Braga, pelo Diário Carioca, e Joel Silveira, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, que seguiram os passos da Força Expedicionária Brasileira na Europa (Belo, 2006). Esse apreço às reportagens em livro a partir de 1939 ocorreu pelo aumento no investimento nos jornais, que permitiu aos jornalistas escreverem seus textos com técnicas que se aproximavam da literatura, o que foi posteriormente chamado de *new journalism*.

No Brasil, o gênero literário combinado com o jornalismo surgiu com a revista *O Cruzeiro*, nascida em 1928. Esse fenômeno foi responsável por combinar ética com relatos de ampla elasticidade. Em 1960, surgia a revista Realidade, que trouxe uma inovação ao combinar reportagens com a participação do público, como foi o caso da produção de José Hamilton Ribeiro, que foi designado a descrever in loco a guerra do Vietnã, em 1968. Na ocasião, perdeu parte da perna esquerda ao pisar em uma mina terrestre (Belo, 2006).

A história do jornalismo literário no Brasil não pode ser representada por uma reta crescente, por exemplo, porque a popularização do gênero no país passou por momentos de maior aceitação e, em seguida, regressões, com a volta de um modelo *hard news*, em que o *lead* era valorizado. Como é o caso da imprensa brasileira de 1950, que passou a se inspirar nos Estados Unidos, quando o “jornalismo passou a ser visto como a técnica do texto urgente, às vezes apressado e quase sempre pobre, muito distante da aura artística da atividade literária” (Belo, 2006, p. 32). No entanto, mesmo que em baixa popularidade, não deixou de ser produzido, com nomes como Carlos Drummond de Andrade, Machado de Assis, Lima Barreto, Rubem Braga, Otto Lara Resende e Nelson Rodrigues em destaque.

7. AS IDEIAS NO PAPEL: ESCOLHAS NO LIVRO-REPORTAGEM “SEM INTERVALO PARA SORRIR”

Neste capítulo, serão explicadas as escolhas dos livro-reportagem “Sem intervalo para sorrir”, como o título, os nomes dos capítulos, os personagens e o projeto gráfico. Além disso, serão apresentados os materiais que inspiraram o trabalho, as produções: *Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss*, de Daniela Arbex (2018) e *Verão da lata: um verão que ninguém esqueceu*, de Wilson Aquino (2012).

Desde o início do planejamento do produto — um livro-reportagem sobre o dia 29 de abril de 2015 — buscava-se a composição de relatos com a ideia de simultaneidade. Ou seja, enquanto um professor era atingido por uma bala de borracha, o que o jornalista da televisão Bandeirantes fazia? Assim, seria possível compor uma espécie de mapa dos micro-acontecimentos que estiveram presentes no episódio que foi chamado de “Massacre do Centro Cívico”.

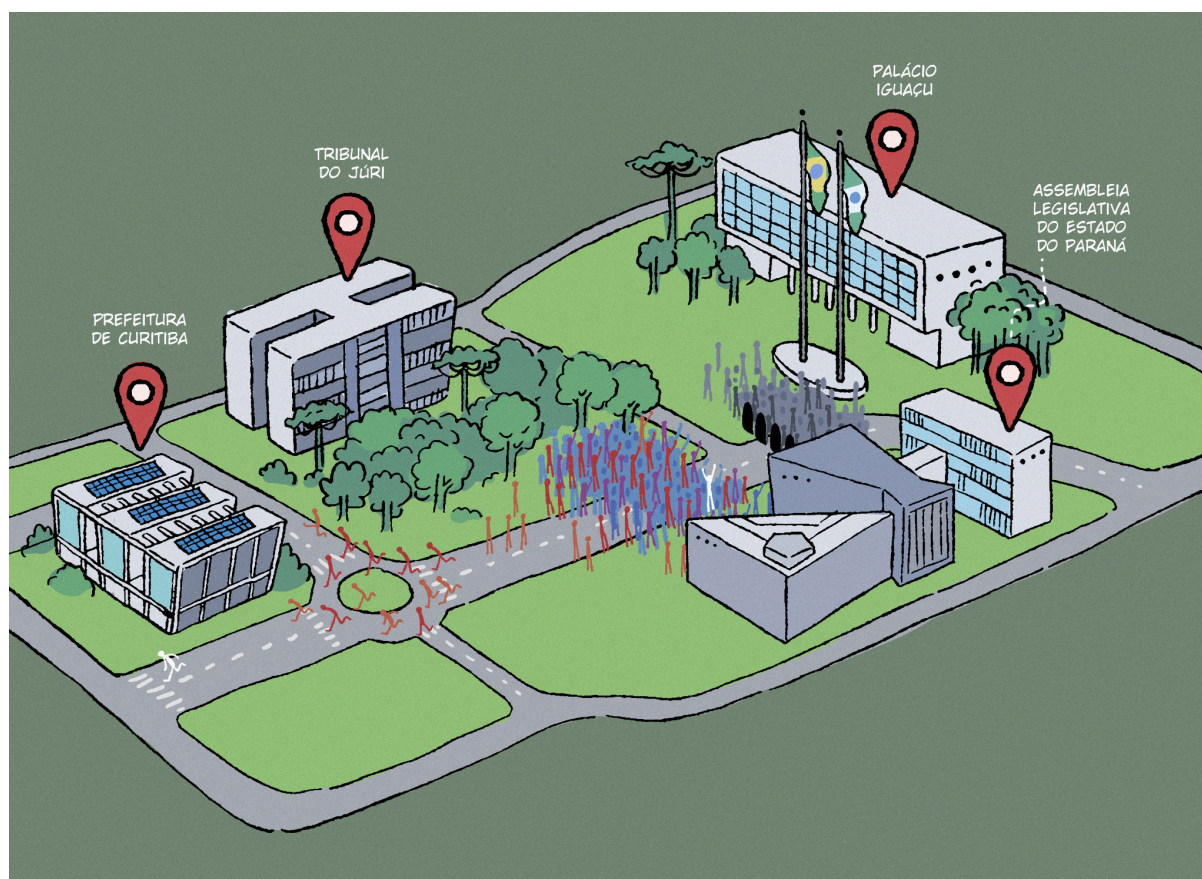
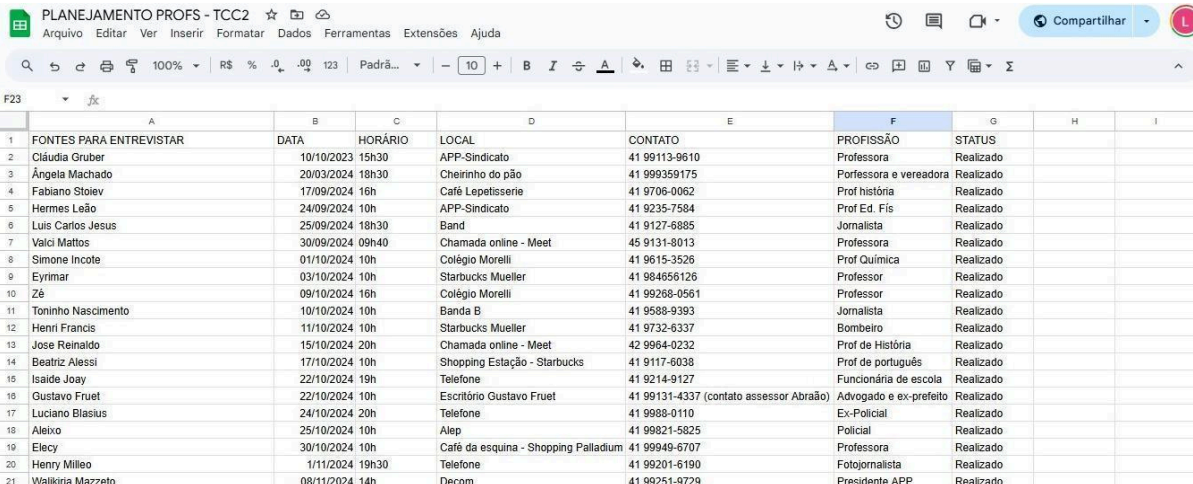


Figura 4 - Mapa do Centro Cívico no dia do “Massacre do Centro Cívico”. Ilustração: Luan Alves

Para entender quais foram esses micro-acontecimentos, foram realizadas entrevistas, com perguntas previamente programadas, mas que poderiam ser modificadas ao longo da conversa. Cada uma dessas perguntas fazem parte de um subgrupo: o que aconteceu durante o “Massacre”?; o que você fez quando chegou em casa?; como foram os dias seguintes?; qual sua percepção hoje sobre o dia 29 de abril de 2015?; quais foram suas motivações para seguir essa profissão, que te levou até à Alep no dia 29 de abril de 2015?. Em cada um desses grupos, foram realizadas perguntas de temas similares, a fim de entender com profundidade como foi aquele dia para o entrevistado.

A escolha dos personagens se iniciou a partir de indicações. O primeiro personagem foi Fabiano Stoiev, professor de História do Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha e ex-dirigente sindical da APP-Sindicato, por indicação de José Carlos Fernandes, orientador deste trabalho. Ao longo da conversa com Fabiano, ele fez uma série de indicações, que criou uma rede de contatos e assim por diante, em cada entrevista.



	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	FONTES PARA ENTREVISTAR	DATA	HORÁRIO	LOCAL	CONTATO	PROFISSÃO	STATUS		
1	Cláudia Gruber	10/10/2023	15h30	APP-Sindicato	41 99113-9610	Professora	Realizado		
2	Ángela Machado	20/03/2024	18h30	Cheirinho do pão	41 999359175	Professora e vereadora	Realizado		
3	Fabiano Stoiev	17/09/2024	16h	Café Lepetisserie	41 9706-0062	Prof história	Realizado		
4	Hermes Leão	24/09/2024	10h	APP-Sindicato	41 9235-7584	Prof Ed. Fís	Realizado		
5	Luis Carlos Jesus	25/09/2024	18h30	Band	41 9127-6885	Jornalista	Realizado		
6	Valci Mattos	30/09/2024	09h40	Chamada online - Meet	45 9131-8013	Professora	Realizado		
7	Simone Incote	01/10/2024	10h	Colégio Morelli	41 9615-3526	Prof Química	Realizado		
8	Eyrimar	03/10/2024	10h	Starbucks Mueller	41 884656126	Professor	Realizado		
9	Zé	09/10/2024	16h	Colégio Morelli	41 99268-0561	Professor	Realizado		
10	Toninho Nascimento	10/10/2024	10h	Banda B	41 9588-9393	Jornalista	Realizado		
11	Henri Francis	11/10/2024	10h	Starbucks Mueller	41 9732-6337	Bombeiro	Realizado		
12	Jose Reinaldo	15/10/2024	20h	Chamada online - Meet	42 9964-0232	Prof de História	Realizado		
13	Beatriz Alessi	17/10/2024	10h	Shopping Estação - Starbucks	41 9117-6038	Prof de português	Realizado		
14	Isaíde Joay	22/10/2024	19h	Telefone	41 9214-9127	Funcionária de escola	Realizado		
15	Gustavo Fruet	22/10/2024	10h	Escritório Gustavo Fruet	41 99131-4337 (contato assessor Abraão)	Advogado e ex-prefeito	Realizado		
16	Luciano Blasius	24/10/2024	20h	Telefone	41 9988-0110	Ex-Policial	Realizado		
17	Aleixo	25/10/2024	10h	Alep	41 99821-5825	Policial	Realizado		
18	Elecy	30/10/2024	10h	Café da esquina - Shopping Palladium	41 99949-6707	Professora	Realizado		
19	Henry Milleo	1/11/2024	19h30	Telefone	41 99201-6190	Fotógrafo	Realizado		
20	Walkiria Mazzeto	08/11/2024	14h	Decom	41 99251-9729	Presidente APP	Realizado		

Figura 5 - Tabela com planejamento das entrevistas. Foto/arquivo pessoal.

Foram quatro professores(as) da rede estadual de ensino que também eram dirigentes sindicais, dois policiais militares, um bombeiro, oito professores da rede estadual de ensino, três jornalistas, uma funcionária de escola, um ex-prefeito e um ex-governador. Quanto aos gêneros, foram oito mulheres e treze homens.

Ao longo da preparação desse projeto, fiz a leitura de diversos livros-reportagem, entre eles dois foram escolhidos para constar uma descrição nesse trabalho, inserida a diante. Para pensar em como o livro seria dividido em capítulos, me inspirei em *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex, que segue uma linha cronológica de acontecimentos. Dessa forma, os capítulos foram nomeados como: “O “Massacre” em formação”; “O preparo para

encontrar o inimigo”; “Entre um ônibus e outro, um amigo pelo percurso”; “O projeto não passa”; e “O que fica após o “Massacre”.

A escolha do nome foi feita a partir da sensação experimentada ao longo do projeto de pesquisa para a produção do livro, no qual os professores relataram precisar, além de suas profissões diretas, estar constantemente lutando pela educação, *sem intervalo para sorrir*, porque em cada manifestação o desrespeito os atinge de uma forma diferente, deixando marcas que custam a ser apagadas. 2015 não foi o primeiro episódio de luta, a categoria já havia passado por um conflito parecido em 1988, e, infelizmente, esses não serão os últimos.

A ilustração da capa foi pensada para representar três importantes representantes: o professor Fabiano Stoiev, que foi até o local com equipamentos de segurança, como capacete, luvas, joelheiras, tornoeleiras, máscara e uma mochila com uma pasta de plástico no interior, para impedir que balas o atingissem na região abdominal, e no meio do confronto achou uma bandeira da APP-Sindicato para representar a organização que fazia parte; a professora Valci Mattos, que levou o estatuto do idoso e lia trechos ao policiais, na esperança de que eles poupassem a vida dos idosos — o que não ocorreu, pois ela foi atingida por uma bala de borracha na parte inferior da sua perna; e um jovem, para representar os alunos que também marcaram presença no “Massacre”. Do outro lado, os policiais foram representados com seus equipamentos, como escudos e armas não-letais, implacáveis e alheios aos pedidos de trégua dos manifestantes.

Outro elemento importante para a construção do projeto gráfico do livro foi a presença das fotografias feitas por profissionais da *Gazeta do Povo* e pela APP-Sindicato, principalmente. Todos os profissionais foram contatados para aprovarem o uso das imagens, que também foram creditadas. Ao longo dos relatos, foi desejado contar o contexto das imagens que ganharam popularidade após o dia 29 de abril de 2015, como é o caso da fotografia em que a professora de História Ângela Machado está ajoelhada em frente à tropa de choque. Anteriormente ao registro, ela indagava aos policiais “por que vocês estão fazendo isso com a gente? Somos tão trabalhadores quanto vocês!”.

7.1. MATERIAIS QUE INSPIRAM O TCC

Ao longo da graduação, foi instigada pelos professores a ler diversos livros reportagens que me marcaram como uma jornalista em formação, como *Vozes de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksievitch, *Rota 66*, de Caco Barcelos e *Ela disse*, de Jodi Kantor e Megan

Twohey. No entanto, estes livros-reportagem compreendem histórias que passaram durante um período de dias, meses ou até mesmo anos.

Como a greve dos professores estaduais do Paraná, especificamente no dia 29 de abril de 2015, se trata de um ataque desmedido à categoria que ocorreu, principalmente, em um único dia, iniciei uma busca de leituras que misturassem o jornalístico com a literatura, mas que fossem protagonizadas em um dia, para me ambientar ao produto que pretendo produzir para o TCC 2.

Por isso, cheguei às produções: *Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss*, de Daniela Arbex (2018) e *Verão da lata: um verão que ninguém esqueceu*, de Wilson Aquino (2012).

7.1.1. Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss

Nem todos os adjetivos possíveis são capazes de definir a tristeza e injustiça que o povo de Santa Maria, do Rio Grande do Sul, passou na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013, dia que entrou para a história do estado e do país, por um motivo trágico, que onze anos depois do ocorrido, ainda perdura na memória de todos.

Conhecida por ser uma cidade universitária, Santa Maria é também o endereço de diversas baladas, boates e barzinhos, que reúnem os jovens após as aulas. Esse era o caso da Boate Kiss, localizada no centro da cidade, que durante todos os anos de funcionamento, até o fatídico dia de 2013, funcionou sem as devidas regularizações de segurança. Essas negligências resultaram em um incêndio, iniciado pelo uso de fogos-de-artifício inapropriados para ambientes fechados.

O vocalista da Gurizada Fandangueira, segunda banda a se apresentar no dia, para divertir os jovens ali presentes, fez o uso de um efeito pirotécnico em um local inteiramente preenchido por espumas de isolamento acústico — inapropriadas para a boate, mas aplicado devido às reclamações dos vizinhos pelo som alto até o amanhecer e pela escolha de um material mais barato. Com isso, se iniciou um incêndio que causou 242 mortos e 636 feridos.

Os sobreviventes, que ilesos dificilmente saíram desse evento universitário, foram distribuídos entre os hospitais da cidade, e aqueles que, infelizmente, não tiveram a mesma sorte, se acumulavam nos banheiros, próximos à saída, ou até mesmo do lado de fora da boate, quando quase conseguiam escapar da morte, mas caíam nas calçadas por não terem resistido à intoxicação causada pela queima das espumas de isolamento.

A escritora e jornalista Daniela Arbex possui o dom de entrelaçar de histórias que causa choque entre os leitores, visto que capta a atenção pelos relatos, dá um tempo para aquele que está lendo, como que deixando-o digerir o que acabou de ser contado e, só após um tempo — no tempo certo — ela traz o desfecho. Nenhum pai ou mãe soube imediatamente a notícia da morte do filho assim que ela aconteceu, por isso, a autora buscou traduzir essa espera em seu livro, aliando muita sensibilidade em sua escrita, para preservar a memória da vida tão breve desses jovens.

Além desse aspecto que buscarei trazer em meu produto, outro elemento admirável na narrativa de Daniela Arbex é o respeito à história de cada indivíduo envolvido neste dia de sofrimento. Ela não se limitou a apenas contar que Andrielle era uma jovem de 22 anos e tinha ido à boate com o objetivo de comemorar o seu aniversário que havia acontecido naquela semana. A autora contou os desejos de Andrielle para aquele ano, que para ela e outras 241 pessoas acabou logo no seu primeiro mês. Além disso, a escritora trouxe as histórias das famílias das vítimas, o que causou uma conexão minha com esses indivíduos que nunca conheci.

7.1.2. Verão da Lata: um verão que ninguém esqueceu

Ambientado na década de 1980, no Rio de Janeiro, o jornalista Wilson Aquino construiu uma narrativa leve e bem-humorada para documentar o dia que as praias cariocas foram abençoadas por Deus com a maconha da lata, o que anos mais tarde se tornaria uma expressão popular para designar tudo aquilo que fosse realmente de uma qualidade excelente. “Essa é da lata!”.

Em 1987, a DEA (Drug Enforcement Administration ou Força Administrativa de Narcóticos, dos Estados Unidos) entrou em contato com a Polícia Federal brasileira a respeito de uma embarcação, que em breve estaria no território tropical, carregada de 22 toneladas de maconha. O navio, a princípio com um nome confuso, entre Solon Star ou Solomon Star, trazia essa carga toda dentro de latas.

Para realizar a operação, a Polícia Federal contou com a colaboração da Marinha, que enviou duas tropas até que existissem de fato informações concretas sobre a missão, visto que a comunicação com os oficiais norte-americanos estava dificultosa. Apenas em setembro de 1987 receberam a coordenada de que *Solana Star* passou por problemas técnicos e estava recebendo ajuda de uma empresa brasileira no porto do Rio.

A PF, ao tomar ciência do fato, chegou ao local, mas se deparou apenas com um dos sete responsáveis pelo navio, o cozinheiro Stephen G. Skelton, pois os demais tripulantes já haviam retornado de avião aos seus demais países de origem. Ele foi o único a ficar, porque ficou como responsável pelo navio após seu conserto.

Assim, iniciaram-se investigações para verificar para onde estavam as cargas, visto que após a vistoria da Polícia Federal, o navio estava vazio. Ao ser questionado, Skelton alegava que nada sabia sobre a suposta maconha que carregavam, porque ele se defendia dizendo ser apenas um cozinheiro. Mas que tripulante aceita passar meses em um navio sem saber o que ele carrega? Por isso, Skelton passou, aproximadamente, um ano na prisão e chegou a receber uma pena de 20 anos, que foi reduzida pela metade e, ao fim, foi anulada, visto que mesmo que soubesse, não foi ele quem liderava a embarcação.

Aproximadamente em 22 de setembro de 1987, as 22 toneladas de maconha, distribuídas em 15 mil latas, foram sendo encontradas pela população brasileira, entre os litorais do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul. Menos de 3 mil latas foram recuperadas pela PF, o restante não foi encontrado.

O livro se encarrega de contar as histórias do povo que considerou as latas um presente divino e curtiu a boa brisa proporcionada por elas, ou aqueles que tentaram se safar, mas acabaram atrás das grades pela falta de sorte (ou bom trabalho da PF).

A escrita descontraída e floreada de Wilson, narrando os fatos por ordem cronológica, e a pesquisa detalhada, ao se encarregar de encontrar os oficiais responsáveis por essa missão, serviu de inspiração ao próximo trabalho na produção do meu livro-reportagem.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi registrar as vozes dos manifestantes e dos trabalhadores que estiveram presentes no dia 29 de abril de 2015, em frente à Alep. Ao longo das entrevistas, foi percebido que há um desejo dos personagens, mesmo após quase uma década do ocorrido, em exporem e relembrem o que vivenciaram durante o “Massacre”, apesar da dor e do trauma que ainda perdura.

Assim como define David Hume, a memória não tem a ver apenas com o passado, ela contribui com a definição da identidade dos indivíduos, o que significa que ela também se atrela ao presente e ao futuro. Olhar para o que já passou é um exercício constante na vida dos professores, visto que a partir do que outrora já passaram, definem um futuro pautado na garantia de direitos e melhoria da educação pública.

Até mesmo os professores que não vivenciaram os dias 30 de agosto de 1988 e 29 de abril de 2015 resgatam os episódios como dias de luta e luto pela educação, porque, como traz o estudioso Maurice Halbwachs, a memória coletiva refere-se a um passado que não necessariamente foi vivido pelo indivíduo em questão.

Valci Mattos, professora aposentada, relata que ainda lembra da voz do deputado estadual e presidente do legislativo, Ademar Traiano, ao dizer que o conflito ocorria lá fora, e que os demais deputados não tinham o que temer em continuar realizando a apreciação que alterava o fundo pelo qual os professores recebem a aposentadoria. Além da voz do político, a insensibilidade ecoa na memória da professora.

Foram poucos os professores e outros participantes que se negaram a contribuir ao trabalho, seja por motivos pessoais ou profissionais. De forma geral, a aceitação foi satisfatória, com falas exclusivas de Beto Richa, o governador do estado em 2015.

Além da honra que os professores sentem em terem participado daquele dia, o episódio foi responsável por criar identidade entre a categoria, capaz de dissolver os posicionamentos contrários, porque, naquele momento, eram um só com um objetivo em comum: lutar pela educação e pela defesa dos direitos da carreira docente. Ao longo da conversa com o professor de História Fabiano Stoiev, ele cita o momento em que reencontrou Walkiria Mazeto, professora de Geografia e que atualmente preside a APP-Sindicato. Apesar de serem de vertentes distintas dentro da APP-Sindicato, ele representando a oposição à direção estadual e ela compondo esse grupo, no momento em que se viram, apenas o lado humano foi levado em consideração, e só o abraço bastou para consolar um ao outro.

No que diz respeito à cobertura da imprensa sobre o dia do “Massacre”, a opinião entre os educadores corresponde aos resultados obtidos na pesquisa, de que os jornais *Gazeta do Povo* e *Tribuna do Paraná* tiveram opiniões favoráveis à luta dos professores. Um porém levantado pela professora de Língua Portuguesa Claudia Gruber foi o uso do termo “batalha”, já que ele não corresponde ao que ocorreu fielmente durante o dia, visto que nenhum professor estava armado como os policiais, a categoria portava apenas objetos de defesa pessoal, como vinagre e máscaras. Por isso, convencionou-se entre os educadores de que o termo correto seria “Massacre”, pela força desmedida e desequilibrada por parte da PM.

Nesta cobertura, que ocorreu de maneira expressiva, o fator que colaborou para que o público entendesse ainda mais a violência sofrida pelos professores e demais trabalhadores foram as fotografias do conflito. Henry Milléo, fotojornalista que, em 2015, trabalhava na *Gazeta do Povo*, declarou à reportagem que sofreu diversos ferimentos no dia 29 de abril de 2015, porque enquanto os manifestantes fogem e tentam se defender da violência, o papel dos fotojornalistas é o de fazer o caminho contrário, e se aproximarem ainda mais das zonas de perigo, a fim de registrarem com fidelidade as injustiças sofridas pelos trabalhadores. Essa atitude atingiu êxito nas fotografias, que trouxeram o assombro no olhar de cada manifestante.

Para Fabiano Stoiev, a lembrança que guarda do dia 29 de abril de 2015 é de uma dor muito grande, em que a violência não precisava ter ocorrido. No entanto, ele acredita que as medidas atuais de reformulação da educação paranaense, propostas pelo atual governador Carlos Roberto Massa (Ratinho Junior), causam ainda mais ressentimento. Nas palavras do professor, o dia 29 de abril o formou como cidadão, já que percebeu seu papel como educador, mas com as medidas de privatização e militarização na rede estadual de ensino, ele foi diretamente afetado, porque agora foi tirada sua autonomia em sala de aula. Não há mais liberdade para propor conteúdos importantes ao aluno, pois a aula é totalmente planejada pelo governo.

O ano de 2015 é o início de uma jornada de luta dos professores por melhorias na educação, o que evidencia a importância deste trabalho, visto que propicia a preservação da memória de um enfrentamento significativo ao buscar direitos trabalhistas e educacionais, além de denunciar a violência policial contra manifestantes

Dessa forma, o projeto deste livro-reportagem destacou a importância do debate de temas sensíveis como o do “Massacre do Centro Cívico” e das propostas à educação apresentadas por Ratinho Jr., para compor uma análise aprofundada que fuja do imediatismo do dia a dia.

REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO. **Aprovação dos(as) professores(as) entre e pais e estudantes não se reflete em valorização da categoria pelo governo.** Curitiba, 2024. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/aprovacao-dosas-professoras-entre-e-pais-e-estudantes-nao-se-reflete-em-valorizacao-da-categoria-pelo-governo/>. Acesso em: 07 de dezembro de 2024.

APP-SINDICATO. **Governo Ratinho Jr. admite ‘esforço’ para criar condições que darão lucro às empresas com a privatização de escolas.** Curitiba, 2024. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-ratinho-jr-admite-esforco-para-criar-condicoes-que-darao-lucro-as-empresas-com-a-privatizacao-de-escolas/>. Acesso em: 07 de dezembro de 2024.

APP-SINDICATO. **Militarização de escolas em 2023 extingue 129 turmas de ensino noturno no Paraná e abandona milhares de estudantes.** Curitiba, 2024. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/militarizacao-de-escolas-em-2023-extingue-129-turmas-de-ensino-noturno-no-parana-e-abandona-milhares-de-estudantes/>>. Acesso em: 31 de março de 2024.

AUDI, A.; VOITCH, T. B. Após tumulto, Richa desiste de festa de 1º de Maio. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 30 de abril de 2015. Vida Pública. <Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/apos-tumulto-richa-desiste-de-festa-de-1-de-maio-403a2vbx7utw5qgtq9m2qka7w/?ref=busca>>. Acesso em 4 de maio de 2024.

BAITELLO JÚNIOR, N. A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura. São Paulo: **Paulus**, 2014. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1635>. Acesso em: 10 de dezembro de 2024.

BARBOSA, S; MIELNICZUK, Luciana. **Digital Journalism. Democratizing Social Memory.** In: Brazilian Journalism Research, Vol.1, n. 2, semestre 2, 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ojsdpp/viewissue.php?id=2>>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

BARSOTTI, A. Memória e esquecimento no jornalismo: Do papel à desmaterialização digital. **ALCEU**, v. 20, n. 40, p. 10-26, 2020. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/43/35>. Acesso em: 10 de dezembro de 2024.

BEZERRA, A. C.; GRILLO, C. C. Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2014. DOI: [10.18617/liinc.v10i1.695](https://doi.org/10.18617/liinc.v10i1.695). Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3544>. Acesso em: 7 dez. 2024.

CAMARGO, J. B. de. **História do Paraná: a República – 1889-2002.** Maringá: Maranata, 2006.

CAMARGO, J. J. Estado e Repressão Violenta à Educação Pública no Paraná: Resquícios de Ditadura ou “Normalidade Democrática”? In: SILVA, E. C. (et. al.).

Experiências de exceção no pós-ditadura / organização de Eliane Cristina da Silva, Márcio José Pereira e Ozias Paese Neves. Prefácio de Daniel Trevisan e Ozias Paese Neves. Maringá, PR : Edições Diálogos, 2021, cap. 9, p. 69-77.

CASTRO TRINDADE, E. M. de; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba, SEED, 2001. 129 p.

CORREIO DE NOTÍCIAS. **Não à Baderna**. **Jornal Correio de Notícias**, Ano V, n. 90, 31 ago. 1988. In. Hemeroteca – Acervo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná. 1988.

COSTA, R. C. da. A implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Paraná: o avanço das políticas neoliberais e os ataques à Educação do Campo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 8, p. 1–23, 2023. DOI: 10.5212/retepe.v.8.21592.002. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21592>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ELKANA, Y. **The mede to forget**. *Ha'aretz*, 2 de março de 1988.

FERRAZ, M. A. dos S. 29 de Abril: Sindicalismo docente, Regulação social e Violência estatal. **ANPED Sul - Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, 2016.

GALINDO, R. W. Richa culpa “arruaceiros” e isenta polícia. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 29 de abril de 2015. Vida Pública. <Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/richa-culpa-arruaceiros-e-isenta-policia-1ooycqaahi3h6wscdxgh6t70c/?ref=busca>>. Acesso em 4 de maio de 2024.

GOEDERT, P. M.; DEL VECCHIO, M.R. ; RIBEIRO, R. R. O uso de vídeos na internet como brechas para pensar o descompasso e o destempo na comunicação e educação: a experiência dos alunos do Colégio Estadual do Paraná. **Contemporânea (Salvador. Impresso)**, v. 15, n. 1, p. 315–315, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneapostcom/article/view/16480>. Acesso em: 06 de dezembro de 2024.

GOIS, A. **O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente**. Rio de Janeiro: FGV. 2022. 208 p.

GOMES, T. **Bruxa e santa: entenda a história de Joana d'Arc, a camponesa que virou heroína**. Terra, 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/bruxa-e-santa-entenda-a-historia-de-joana-darc-a-camponesa-que-virou-heroína.df8e328705d263e59c147b528ff1e7d61v56ev16.html?utm_source=clipboard>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sido. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HUME, D. **Tratado da natureza humana : uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais**. São Paulo (Sp): Ed. Unesp, 2009.

KURCHAIDT, M. Z. 2017. “Nós não controlamos o vento” Os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do “Massacre do dia 29 de abril”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

LAGE, L. **Jornalismo e o dever de memória**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Rede Alcar, Porto Alegre, p. 1-13, 2013.

LOMBARDI, K. H. Fotografias de conflitos: o que permanece?. **Discursos Fotográficos**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 13–32, 2011. DOI: 10.5433/1984-7939.2011v7n11p13. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/9876>. Acesso em: 7 dez. 2024.

MACIEL, A. Z. Páginas de outrora: traços da história do livro-reportagem no Brasil. In: **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Fortaleza, Ceará. 2017. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1634-1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MARÉS, C.. Beto Richa transforma Parana-previdência em ‘bomba-relógio’. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 10 de maio de 2015. Política. <Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/beto-richa-transforma-paranaprevidencia-em-bomba-relogio/>>. Acesso em: 5 de maio de 2024.

MAROS, A; AUDI, A. No Centro Cívico, professores evocam confronto de 29 de abril. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 1º de maio de 2015. Vida Pública. <Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/no-centro-civico-professores-evocam-confronto-de-29-de-abril-c1own6iza2sp5k1wldwwgves/>>. Acesso em 4 de maio de 2024.

MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. A Organização da Instrução Pública no Estado do Paraná no Início da República: O Decreto Nº 31 de 29 de Janeiro de 1890. **HISTEDBR On-line**. Campinas, n.38, p. 248-260, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8639703/7270/10265>>. Acesso em: 16 de março de 2024.

MENEZES, F. L.. **Identidades e memória: a greve dos professores do Estado do Paraná de 1988**. 321f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012.

MOREIRA, H. B.; ZANARDINI, J. B.. A pedagogia histórico-crítica e os desafios frente à educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 59, p. 119–128, 2015. DOI: 10.20396/rho.v14i59.8640351. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640351>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

NEIVERTH, J. **Conjuntura e acontecimento: uma análise do 29 de abril de 2015 a partir dos jornais "Folha de Londrina" e "Gazeta do Povo"**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

PALACIOS, M. Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 1, p. 37–50, 2011. DOI: [10.11606/issn.1982-8160.v4i1p37-50](https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i1p37-50). Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38274>. Acesso em: 10 dez. 2024.

REDAÇÃO. ‘Desproporcional seria usar armas letais’, diz porta-voz da PM do Paraná à BBC. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 30 de abril de 2015. Vida Pública. <Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/desproporcional-seria-usar-armas-letais-diz-porta-voz-da-pm-do-parana-a-bbc-9ccumcqhupqsr8d25tmb3w/?ref=busca>>. Acesso em: 4 de maio de 2024.

REDAÇÃO. Batalha no Centro Cívico. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de abril de 2015. Editoriais. <Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinio/editoriais/batalha-no-centro-civico-3zl396zvsu0r1drte9c6n4rek/?ref=busca>>. Acesso em 4 de maio de 2024.

REDAÇÃO. Denúncias e reações ao ataque contra professores deixam Beto Richa acuado. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 6 de maio de 2015. Política. <Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/denuncias-e-reacoes-ao-ataque-contra-professores-deixam-beto-richa-acuado/>>. Acesso em: 5 de maio de 2024.

REDAÇÃO. Professores chamam proposta do governo de “indecente e imoral”. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 27 de maio de 2015. Política. <Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/professores-chamam-proposta-do-governo-de-indecete-e-imoral/>>. Acesso em: 5 de maio de 2024.

RIBEIRO, D; GALINDO, R; BARAN, K. Francischini “participou de tudo”, diz ex-comandante da PM. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 8 de maio de 2015. Painel do Crime. <Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/francischini-participou-de-tudo-diz-ex-comandante-da-pm/>>. Acesso em: 5 de maio de 2024.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

RUFATO, G; MARTINELI, T. A. P; MONTEIRO, J. Pedagogia Histórica Crítica e a apropriação Neoliberal: a contradição nas políticas educacionais no município de Maringá-PR. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 3, p.1 - 17, 2021. ISSN 1983 - 1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v14i3.61347>. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/61347/34940>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

SARZI, L. Arremate final derruba secretário de Segurança do Paraná. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 8 de maio de 2015. Painel do Crime. <Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/arremate-final-derruba-secretario-de-seguranc-a-do-parana/>>. Acesso em: 5 de maio de 2024.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004a.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações**. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 2013b.

SCHMIDT, M. A; URBAN, A. C. **Um registro do 29 de abril de 2015 para não esquecer**. Curitiba: LAPEDUH/UFPR, 2015. 136 p.

SERVA, L. A fórmula da emoção na Fotografia de Guerra. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. 204 p.

SILVA, F. F. da. (2013). Jornalismo em mobilidade: redes sociais e cobertura de protestos “ao vivo” e da rua. p. 26, 2014. In: BARRETO, Emilia; BARRETO, Virginia Sá; PAIVA, Claudio Cardoso de; MOURA, Sandra; SOARES, Thiago. **Mídia, Tecnologia e Linguagem Jornalística**. Disponível em: http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/13011/1/Fernando_FIRMINO_da_Silva.pdf. Acesso em: 07 de dezembro de 2024.

SOUZA, R. D. DE. n. 44 - As lutas dos professores paranaenses entre os anos de 1988 a 2015 por condições de trabalho: conflitos e consensos, repressões e resistências. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692021000100136. Acessado em: 10 de dezembro de 2024

VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu município. 1850**. 2 v. Curitiba : Museu Paranaense, 1951a.

VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica e cronológica antopográfica, e descritiva da villa de Morretes e Porto Real, vulgarmente Ponto de Cima**. 2 v. Curitiba : Museu Paranaense, 1951b.

VOGEL, D. I. ; SILVA, G. **Imagens de morte na primeira página**. In: MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: Diante da morte**. Florianópolis: Insular, 2012, v. 3, p. 169-184.

ZELIZER, B. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media and collective memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992a.

ZELIZER, B. **Why memory’s work on journalism does not reflect journalism’s work on memory**. In: **Memory Studies** 1, 79, Sage, 2008b. Disponível em: <<http://mss.sagepub.com/content/1/1/79.full.pdf+html>>. Acesso em: 30 agosto. 2024.

APÊNDICES

Entrevista Fabiano Stoiev – 19/09/2024

LL - Louize Lazzarim

FS - Fabiano Stoiev

LL - Qual sua lembrança mais clara do dia 29 de abril?

FS - Das explosões. Da fumaça. Da gritaria. Do barulho. Foi muito intenso, tanto no número de pessoas que estavam participando. Mas também uma força policial muito grande. E aí isso, esse encontro ali foi muito longo. Eu tenho uma sensação de um tempo assim que não parava, sabe. Que não terminava. Foi bastante longo o enfrentamento. E foi de fato. Mas, a coisa não parava e era muito intenso. As explosões, o uso das armas de repressão por parte da polícia.

Então, um exercício muito intenso ali. Da gente tentar avançar. E, tome bomba, e recua, e vai, e volta. E um arsenal assim que eu não tinha experimentado ainda. Eu não tinha visto ainda a polícia usar. A gente precisa fazer a greve, fazer manifestação, mas da maneira com que foi usado ali. Você tinha helicóptero, você tinha cães, você tinha cavalaria. Embora ela não tenha sido usada, a gente sabia das influências. Cavalos estavam lá atrás. Estavam atrás, mas eles não foram usados, mas a gente escutava.

De madrugada, a gente escutava, quando estava mais silencioso, que os cavalos estavam lá atrás, a gente sabia que ela [a cavalaria] estava posicionada. Acabou não sendo utilizada.

LL- O conflito começou mais ou menos umas 2 horas da tarde, né? E foi até que horas?

FS- Isso, pouco depois do almoço. A sensação que eu tenho é que o embate foi em torno de 2 horas ou 3 horas, começando umas 2 da tarde, né, pouco depois do almoço, até umas 5 horas da tarde. Já no finalzinho da tarde, ali que que parou, né, que cessou.

LL- Você falou que você estava acampado nos dias anteriores, que tinham os professores acampados, né?

FS- Então, isso. Tinha. Eu passei acampado ali, na verdade. A gente tinha montado um acampamento ali, como eu sou de Curitiba e na época eu estava no núcleo sindical que estava em Curitiba Norte [da APP], então a gente tinha uma barraca nossa ali e a gente se revezava nessa barraca. Então eu passei a madrugada do dia 29 lá, eu madruguei lá. Acordei lá, a gente não dormiu direito, né? Aquela tensão.

LL- Depois, como é para você pensar sobre o dia 29? O que é que ele significou para você?

FS- Apesar do tamanho do conflito que se formou, dá um orgulho da disposição da categoria, daquela luta, daquele enfrentamento, né? Do pessoal que se dispôs, né? Numa greve sem comparações na história. Praticamente uma greve muito grande, né? E acho muito difícil ela [uma greve daquele tamanho] acontecer novamente daquela forma assim, sabe? Foi muito intensa. Porque é uma greve que tem uma adesão muito grande da categoria, a gente já tinha feito muita coisa. O 29 foi um desses momentos daquela greve. Foi o mais intenso de todos, né? Tá, mas ao mesmo tempo tem esse orgulho da categoria, né? De que é feito aquele enfrentamento e tal. Mas, ao mesmo tempo, a gente sabe que ali começou uma derrota.

Depois, tendo essa visão de retrospectiva, o 29 significou mesmo essa ação brutal por parte do estado para conter o movimento. Mas ao mesmo tempo, é uma vitória do estado. Dali em diante, a categoria vai experimentar um refluxo da sua mobilização. Por isso, eu tenho essa relação ambígua com 29, porque, ao mesmo tempo que é um momento de orgulho, é também um entendimento que é uma derrota a partir dali.

LL- Sobre os momentos que antecederam o embate principal ali no 29, você pode me descrever como foi? Você disse que madrugou, não dormiu direito. O que vocês ficavam fazendo mais?

FS- Então, a montagem daquele acampamento foi muito difícil. Para a gente conseguir colocar o nosso pessoal lá tinha, nos dias anteriores, levado a alguns confrontos. Em especial nos dias 27. Nos dias 28, a gente já tinha experimentado.

LL- Mas já tinham votações dentro da Alep nesses dias?

FS- Não, não eram as votações. Nenhuma votação estava sendo realizada lá dentro. Mas o estado não queria deixar que a gente se instalasse ali. O governo chamou um forte

contingente policial. Era alguma coisa em torno de mais de 2000 policiais que ele tinha trazido de todo o interior do estado e cercado ali de uma forma que ele não tinha experimentado antes. Ele cercou mesmo, né? Então você chegava ali, você tinha 3 ou 4 fileiras de policiais. Depois você vai chegar um caminhão com jato d'água, que tinha sido adquirido em 2014, por conta da copa do mundo. Era um caminhão enorme, né? Gigantesco que ele aparece nas fotos.

Um contingente de policiais você identificava, né? Os policiais comuns assim, mas também as tropas de choque, inclusive da polícia civil, não eram só da polícia militar, e equipamentos de escuta, que eles ficavam monitorando transmissões de rádio que pudessem acontecer. Talvez, não sei, até celulares. Tinha um caminhão lá, diferente com as antenas. A gente tinha essa suspeita, né? [de que estavam sendo espionados] Atiradores de elites em cima. E eles foram usados para observação, para fotografias. Não foram acionados, mas eles estavam lá. O uso de 2 helicópteros, um desses helicópteros, bastante agressivo, na maneira com que ele baixava, de jogar inclusive artefatos lá de cima depois. A gente foi bombardeado pelos helicópteros. Eles fizeram rasantes ali dentro. Naquele espaço urbano, você vê um helicóptero daquele baixada maneira com que ele baixou, sabe? Deixava a situação assustadora.

Ele tentou evitar a nossa permanência, porque a gente foi para lá no dia 27, fizemos um ato e deslocamos o nosso pessoal para lá já com a intenção de fazer um acampamento, já com a intenção de permanecer. Os caminhões de som, o governo tentou impedir. A passagem dos caminhões já gerou um choque. Acho que foi no dia 27, que a gente entrou em choque por conta de forçar as barreiras policiais para poder passar com os caminhões de som. Depois da madrugada do dia 27 para o dia 28 que a gente conseguiu. Forçamos. A polícia realizou uma operação, mas eu não estava lá. Nessa operação, capturaram os caminhões de som que estavam lá. A polícia usou a força, agrediu as pessoas que estavam acampadas durante a madrugada. Elas tentaram impedir a força policial de tomar os caminhões de som que a gente tinha. Teve todo o embate antes. E aí eu fui lá para o dia 28, da passagem de 28 para 29, já sabendo de tudo o que tinha acontecido. Da madrugada que não estava lá, amigos meus tinham mandado áudios para mim, desesperados, gritando, pedindo ajuda de madrugada porque a polícia tinha avançado e tomado os caminhões do som. No dia 28 de manhã nós trouxemos novos caminhões de som, um ou dois, menores, mas a gente conseguiu alugar e trazer eles ali para eles serem usados. Então de manhã acordei bem cedinho, que era o momento que a gente fazia reuniões com as pessoas que eram do Curitiba Norte. Havia muita atenção e desconfiança nesse momento, por conta de um clima meio de paranoia, porque a

gente achava que estava sendo vigiado o tempo todo. As pessoas estavam acampadas ali, mas a gente tinha muito esse receio, de que tivessem infiltrados ali da polícia. Havia um certo clima de paranoia quanto a isso.

Quando eu vi que a coisa ia pesar, levei capacete, cotoveleira, joelheira, máscara, fiquei com uma bolsa na frente do tronco, todo esse equipamento para me proteger. Um colega meu até reparou e falou “Nossa, Fabiano. Que exagero”. Depois que passou o acontecido, ele falou “Fabiano, você estava certo, estava com razão”. E foi bom porque me ajudou a me proteger.

Então, a gente fazia essas reuniões pela manhã, para falar sobre as situações de segurança. Minha manhã foi assim, passei ali, conversando com as pessoas, e vendo cada vez mais pessoas chegando.

Tinha o pessoal de Curitiba, mas também tinha o pessoal do interior. No dia 29 foi chegando mais pessoas, o pessoal foi se aglomerando em torno da assembleia, mas nessa chegada, a gente tentou uma estratégia. Infelizmente, ela falha muito. A manhã foi muito ruim, muito pensativa. No dia 29, uma nova marcha se organizou, vindo da praça da praça 19 de dezembro. Eles se juntaram com o pessoal que chegava no interior e vinham caminhando em direção à Assembleia.

Essas pessoas que vieram caminhando foram divididas em grupos. A intenção era evitar que os deputados entrassem na assembleia legislativa. Como a assembleia estava toda cercada, a nossa estratégia foi tentar cercar as ruas em volta. Então marcamos um grande perímetro, em que todas as ruas que dessem algum acesso seriam marcadas. Só que aquilo era um queijo suíço, porque a gente não conseguiu aplicar isso. Então a gente foi para uma rua, na qual eu era o responsável pelo bloqueio dela. A gente juntou o pessoal que estava vindo da 19 de maio e formou esse grupo para bloquear a rua, mas a gente começou a se enfrentar com a população local ali, porque a gente não deixava passar nenhum carro, nenhuma moto, só quem tem entregadores e pessoas que moravam nos prédios. Por isso, a gente começou a ter um enfrentamento com eles, e não adiantava muito, porque ali tem vários estacionamentos que eles atravessam de um canto para outro e as pessoas começaram a atravessar. Os donos dos estacionamentos abriram as cancelas deles e o pessoal começou a atravessar pelos estacionamentos e entraram. Então a gente estava bloqueando ali, vendo os carros passarem pelos estacionamentos, e entrando do mesmo jeito.

A gente ficou ali umas 2 ou 3 horas, e foram horas muito tensas. Teve uma barreira que a gente fez, e um motoboy ameaçou sacar uma arma para conseguir passar. Então, os nossos colegas trabalhadores começaram a bater, rolou até um momento de um professor

falar “então atira”. Ficou bem tenso ali, mas assim como eu falei, não adiantou de maneira nenhuma. O governo tinha helicópteros, que podiam trazer deputados. Não sei se os trouxe, mas estavam lá.

LL- Eles não chegaram a entrar de camburão?

FS- Isso foi em fevereiro. Em fevereiro foi mais fácil impedir a entrada deles, porque nós estávamos nos cercando. O perímetro era menor. Em fevereiro, nós cercamos toda a quadra, todas as entradas, mas em abril o governo não permitiu isso, o governo que nos cercou, colocou todos os policiais ali em volta. Por isso, em abril a nossa estratégia foi um perímetro maior, cercar as ruas, só que foi muito cansativo. A gente passou a manhã toda, começamos isso umas 8 ou 9 horas da manhã e fomos até quase 12h tentando impedir e quando a gente viu que não ia dar certo, porque a gente recebia comunicações, a gente tinha radinhos, soubemos que o pessoal estava passando e daqui a pouco a gente recebeu notícia de que não adiantava fazer esse desmanche, os bloqueios, porque os deputados todos entraram. Parece que alguns deputados já tinham até passado a noite lá nos seus gabinetes.

Então a gente foi almoçar e a ideia era se concentrar ali novamente. Eu estava casado, minha companheira também era da categoria, e meus filhos estavam lá, meus 2 filhos menores estavam no ato, porque minha filha estudava no CEP, que tinha recém começado o ensino médio. Meus filhos também eram de escola pública, então eles estavam participando do ato como estudantes.

Então a gente estava vindo do restaurante, quando a gente viu que um dos helicópteros tinha baixado sobre acampamento. Aquele helicóptero abaixou, levantou as barracas. Ele baixou muito. E fez isso de propósito para levantar algumas barracas. O pessoal com dificuldade de segurar as barracas por conta da descida do helicóptero. Assim que eu cheguei lá, eu falei, cara, olha a atitude deles, o risco que eles estão causando

Nesse momento, eu e a minha companheira nos separamos, ela ficou com meus filhos e eu fui lá para a frente. Ela queria participar do ato, mas teve que ficar mais afastada, porque a gente sabia que a coisa ia ficar feia. Como eu já tinha vindo mais preparado, com a mochila, capacete e as coisas que eu pudesse usar no dia, eu fui para onde estavam as barreiras. Mas muita gente estava ali, também tinham estudantes das universidades públicas, não eram só professores. 29 de abril foi todo o conjunto dos servidores, então também tinham os agentes penitenciários, o pessoal das universidades, o pessoal do centro de saúde.

E o caminhão de som acompanhando a votação que tinha começado lá dentro, então a gente escutava a transmissão do que acontecia através do caminhão de som. E com alguma

intervenção aqui e ali das pessoas que eram do sindicato estadual, que ficavam em cima do caminhão de som fazendo algum comentário sobre algo que estava sendo votado lá dentro.

LL- E como que foi esse estopim para tudo começar? Porque eu conversei com a Cláudia e ela falou que ela não lembra do que começou o conflito.

FS- Desde o início, nós estávamos com a intenção de tencionar as barreiras policiais, porque a gente não aceitava aquela forma como estava sendo votado. Só que não houve uma organização de fato por parte do sindicato no sentido de organizar esse enfrentamento. A coisa ficou meio subentendida. Como eu te falei, a nossa organização foi até ali de tentar fazer esse cerco, que falhou completamente. Depois, a gente se concentrou ali e estava meio que subentendido que a gente não ia permitir aquilo.

Então a gente já foi encostando, sabendo que isso poderia acontecer. E aí tem diferentes grupos organizados. Você tinha um pessoal das universidades, por exemplo, que daqui a pouco estava andando com bandejas, usando como escudo. Além disso, muitas pessoas estavam usando alguma máscara, algumas pessoas com bexigas, com tinta. Tinha o pessoal das universidades, muitos estudantes universitários que eles estavam fazendo umas garrafas, que depois quando a polícia capturou, estavam tratando como se fossem armas. Mas, na verdade, era um preparo que eles tinham feito exatamente para aliviar os sintomas de gás lacrimogêneo. Então eles tinham feito uns preparos e iam distribuindo. Eles passavam no nosso rosto, porque tinha vinagre, que aliviava.

Então, já tinha a sensação de que alguma coisa ia acontecer, alguém vai tencionar a barreira. E foi mais ou menos isso que eu vi, então eu comecei a andar. Me aproximei de um determinado grupo com pessoas que eu conhecia, e aí a gente resolveu se posicionar perto do portão do poder judiciário, perto do tubo.

E eu entrei no tubo porque eu ainda não tinha colocado o capacete, ainda não tinha colocado o restante do equipamento que eu tinha levado. Eu falei, deixa eu aproveitar. Nesse medo que a gente tinha de estar sendo vigiado pela polícia o tempo inteiro. Então eu entrei no tubo para fazer isso, mas foi entrar no tubo que eu percebi que o pessoal tinha tencionado e eu vi que a polícia estava agindo.

Eu botei rápido o capacete e desci do tubo e me juntei com o pessoal que estava tentando derrubar o portão do judiciário. Então eu fui para me agarrar no portão, pra gente tentar forçar o portão e tentar entrar no prédio que é colado da assembleia legislativa. Então eu fiz esse esforço junto com o pessoal e nisso também teve reação da polícia. Eu vi um

colega meu tomar um cassetete na mandíbula. Ele teve uma fratura de mandíbula nesse dia e eu escutei o estalo.

E aí o gás quando pega em você, deixa você atordoado. Nesse momento, eu já tinha experimentado as bombas que caíram perto de mim, já não consegui respirar direito. Eu tive que me afastar. Você fica bem desnortado, você não consegue respirar direito e nem abrir os olhos.

Mas eu já tinha passado por essa experiência, então sabia que é manter a calma, tentar respirar o que conseguir e ir se afastando e caminhando devagar para evitar cair no chão. Se afastar do lugar e se recuperar um pouco. Eu só escutava os tiros, as bombas. Então eu saí, me afastei dali e vi o pessoal naquela correria imensa. Tinha muito tiro de arma, muita explosão. Eu vi que não parava, eu consegui me recuperar um pouquinho, me afastei dali, aí eu falei, bom, vai ser só isso, eu acho. Vai parar por aqui. Mas de repente, não parou, a coisa continuou, conversei com algumas pessoas ali e falei “bom, vou ter que voltar, porque não está parando isso”. Vamos para frente. E aí então eu tentei retornar e aí eu fiquei nesse movimento junto com muitas outras pessoas, tentar se aproximar.

E aí assim, um negócio incrível, porque aí você começa a reconhecer o arsenal da polícia nessas 2 horas, arsenal que a polícia está usando contra você, que as balas não são iguais, que elas são diferentes. Tem bombas que são luminosas, tem bombas que tem um efeito sonoro muito forte, tem bombas que tem gás, tem bombas que não tem gás, que são só a explosão. Elas machucam, espalham estilhaços.

Também tinham diferentes tipos de balas de borracha. Um cadeirante que estava ali junto com a gente, que ele ia até a frente. A cadeira dele era automática e a polícia evitava atirar nele porque ele era PCD.

E a gente acabava meio que se acostumando também ao gás. Algum momento em que parece que o gás não te faz mais efeito, parece que você vai se habituando a ele. A gente começou a fazer esse exercício ali.

E tinha muita gente gritando, um outro pessoal socorrendo as pessoas que estavam ali e eu falei “pô, pra onde que eu vou?” Nisso, eu vi que tinha uma bandeira da APP no chão, e aí eu vi que o pessoal de alguns partidos estava carregando bandeira, mas não tinha nenhuma bandeira da APP em pé.

Nesse ataque que a polícia fez, obrigou até os ambulantes a se afastarem; as barracas deles foram abandonadas. O caminhão do som de novo foi tomado. E por isso eles tiraram as bandeiras. Então eu cheguei ali bem próximo, e vi que era uma bandeira da APP. Aí eu peguei a Bandeira e agora com a bandeira, eu não posso sair daqui da frente. Eu estou

levando a entidade agora. Então vou ficar aqui na frente. Então eu consegui aguentar bastante ali. Eu tinha colocado minha mochila na frente com uma pasta dentro. E eu estava com luvas, então eles jogavam aquele material, conseguia pegar na mão e jogar para eles de volta, eu conseguia revidar, conseguia ficar ali na frente bastante tempo. Eu ficava ali na frente e voltava, sobre feito esses tiros e bombas.

A gente ficou nesse exercício até que a polícia realizou uma operação muito forte. Eles avançavam com aquele caminhão e jogavam os jatos da água. E até que eu fui atingido. Foi num momento em que alguma coisa já tinha pegado em mim, algum estilhaço, algum tiro na minha perna, mas nada que tivesse doído muito. Foi quando eu me aproximei, jogaram bomba de um lado, eu virei o corpo por causa da bomba e quando eu virei, na outra ponta um policial atirou. Ele atirou com uma arma de borracha e pegou bem do lado do meu corpo, onde eu não estava protegido. Aí eu senti, porque doeu bastante aquilo que.

E aí você vê coisas estarrecedoras. Um homem que eu acho que era de saúde saiu correndo assim para frente, para os policiais pararem, porque não cessava. A gente avançava e dá-lhe tiro. Era ininterrupto. Ele avançou, mas eles não tiveram dó, atiraram, ele se deitou com as costas para cima e eles atiraram. Eu contei uns 7 ou 8 tiros que pegou nas costas desse rapaz. Ele levantou todo torto e foi se refugiado dentro do tubo.

Um grupo de jovens tinha conseguido um tapume. Também estavam bem preparados, estavam usando máscaras. Com o tapume eles se posicionaram no pé do tubo, em frente, porque eles botavam os tapumes na frente. E eles vinham avançando, foi quando a polícia fez uma operação para pegar eles e, de repente, uma quantidade imensa de bombas fez a gente ecoar, mas eles ficaram na posição porque eles estavam escondidos. Foi quando uma tropa veio pelo pátio do prédio da justiça, ali do poder judiciário, passou pelo portão, me pareceu que era tropa civil, um grupo de elite com muito equipamento muito diferente. Parecia um robocop mesmo. E eles vêm rapidamente e capturam esses meninos. Como eles capturam também um dirigente de Maringá, jogam o homem no chão, pisam nele. Ele apanhou mesmo. Essas pessoas estavam na frente, eles capturaram e avançaram com o caminhão. Fizeram uma operação mesmo para capturar aqueles jovens.

Eu acabei também sendo atacado de uma maneira parecida. Tipo, eles tinham identificado e durante o embate, deslocaram um grupo de policiais para capturar esses estudantes. Era uma espécie de “No ataque, vamos colher provas de que eles são agressivos, de que eles estão usando armas e que eles não são da categoria”.

Eles fotografavam a gente também. Eu recebi uma série de fotografias feitas por eles. Em que a impressão que dava é que eu estava com uma barra de ferro na mão quando era uma bandeira.

Também houve uma ação por parte setores de inteligência da polícia, no sentido de criminalizar o movimento, de colher provas contra o movimento. De que nós quem fomos os violentos.

E aí esse choque todo, empurrando a gente, chegou um momento em que cansou. Foram duas horas e meia, quase três horas, aí pararam, começaram a ceder. Houve intervenção, obviamente, chegaram senadores, Gleisi e o Requião, que tiveram alguma participação, estavam nesse momento que a coisa começou a dar uma acalmada. Mas neste momento a votação também tinha se encerrado. O choque foi até a votação acontecer, terminou a votação, já não tinha mais o que a gente fazer. As coisas arrefeceram mesmo, os ânimos diminuíram, mas eu lembro que depois daquilo o espaço estava coalhado de artefatos que tinham sido usados, de bombas, de fragmentos de bombas, de balas, de tipo de material dos próprios manifestantes, sabe. Era um cenário de um pequeno conflito armado mesmo. Um negócio absurdo a proporção das coisas, dos helicópteros que soltavam bombas e artefatos.

Então aí eu fui para a prefeitura e quando eu entrei na prefeitura, o pessoal estava orientando as pessoas, as pessoas que tinham sido atingidas. A prefeitura, de fato, tinha virado um hospital de campanha. Parecia que a gente estava saindo de uma guerra e ali era um hospital para recolher os feridos. Então eu entrei e encontrei um amigo meu que era repórter, que trabalhava na Globo na época, a gente conversou um pouquinho, eu entrei lá pelo atendimento, outras pessoas estavam feridas e ali circulou a ideia de que talvez tivesse morrido alguém, que alguém teria morrido no confronto. Assim que eu cheguei ali o pessoal falando morreu. Porque poderia mesmo ter acontecido. A ação da polícia, muita gente nossa ficou ferida e traumatizada também. Eu só fui encontrar a minha ex-companheira na época, a Marie, bem mais tarde.

Ela tinha ficado mais afastada. Só quando a coisa diminuiu e quando a polícia parou de nos atacar, que ela conseguiu se aproximar mais ali das pessoas que estavam mais à frente.

Eu estava saindo dali e eu lembro que encontrei a Walquíria, que hoje é a presidente da APP [momento que ele chora]. E é sempre um choque quando você lembra, uma raiva, mas também uma frustração. O sentimento de fragilidade.

Daí me encontrei com a Walquíria e nos abraçamos. Depois daquele conflito, a gente precisava de um abraço. Aí depois encontrei a Marie, a gente foi até a prefeitura e lá na eu

fiquei sabendo dessa história que alguém talvez teria morrido. Aí eu saí de lá, tive notícias dos meus filhos. A Marina e o namorado dela, Henrique, tinham ido embora porque o namorado da Marina tinha problemas respiratórios, e naquela confusão toda, aqueles tiros naquelas bombas tinham muita preocupação de que fizesse muito mal para ele.

Minha filha tinha recém entrado no ensino médio, estava com 15 anos, já o meu filho tinha 13.

Depois eu fiquei sabendo, a história da suposta morte. Era uma colega nossa mesmo, ela teve uma parada e chegou a ser socorrida. Ela é diretora de uma escola, hoje está em uma escola cívico militar. Era uma colega nossa ali da região do Curitiba Norte. Ela teve uma parada cardiorrespiratória, que acho que ela tinha problemas respiratórios e piorou por absorver o gás. O bombeiro fez reanimação cardíaca nela, por isso o pessoal achou que tinha acontecido uma morte. Por causa de forçar, ela teve costelas partidas

Depois daquele choque, daquele cansaço todo, já no finalzinho da tarde, eu lembro de sair quase à noite ali do Centro Cívico e ir para casa descansar. Nisso, conversei com a Ju, uma colega da escola onde até hoje trabalho, e ela não aderiu à greve, mas lá do Pilarzinho ela escutou tudo o que aconteceu no Centro Cívico.

E depois, quando você chegou em casa, foi ver jornal, qual foi a sua percepção?

Eu estava tão cansado que eu acho que eu não quis ver nada. Fui tomar banho, dar uma descansada. Foi só depois, no dia 30, que li algumas notícias fragmentadas que enviaram pelo grupo de WhatsApp dos professores.

Em seguida, os professores foram encaminhados para a delegacia, para fazer exame de corpo de delito, para a gente configurar a situação toda.

Eu vi tudo aquilo como uma grande vingança por parte do governo. O secretário de educação era o Francischini, em fevereiro, por a gente ter de fato ocupado a assembleia e impedido a votação, o Francischini, que tinha feito aquela operação do camburão, ficou uma vergonha. Porque eles conseguiram botar os deputados lá, mas não conseguiram votar porque a gente impediu a votação em fevereiro. E aí, 29 de abril foi meio que a vingança deles, como uma forma de mostrar que agora eles iam votar.

Foi uma situação quase sádica mesmo, porque não precisaria de todo aquele exercício, todo aquele aparato para conter a gente, talvez com menos já teria contido. As pessoas iam se reagrupar, iam tentar mais algumas bombas, mas ia parar. No sentido de uma vingança mesmo. De dar uma lição para a categoria.

Muitas pessoas depois revelaram alguns traumas. As pessoas não podiam escutar bombas ou fogos de artifício porque já dava o gatilho da lembrança do 29. Do susto. Do medo. Do pavor.

Depois de um ano ou dois anos depois, o pessoal da patrulha escolar que foram chamados de vários segmentos da blitz, nos pediram desculpa. Por ser agente sindical, a gente vai visitar a escola, daí eu encontrei esse policial. Ele me pediu desculpas, mas eu lembro na época o pessoal falou que teve alguns policiais que desistiram, que não obedeceram a ordem, mas um número limitado. Acho que em torno de uns 10 policiais teriam sido presos.

LL - E foi quanto tempo depois que retornou às aulas?

FS- A greve continuou depois ainda, 2 ou 3 meses mais ainda

LL - E daí continuava com as ações de vocês?

FS- Sim, mas de caráter de greve mesmo, de mobilização impulsionados também. Porque houve uma comoção popular de que houve um abuso por parte do governador. Impulsionados um pouco por isso, a greve se estendeu, mas mudou a pauta, porque já que caiu a questão da previdência, porque a gente tinha perdido ali naquela votação, mas continuava a pauta pela questão do reajuste salarial, que o governo não estava dando nada pela reposição da inflação. Chegou a ter um reajuste, mas não foi o que era solicitado.

LL- A categoria teve a sensação de que valeu a pena?

FS - Não, a greve só foi se desgastando. Em um momento a gente percebeu que a população como um todo já estava com a sensação de que já tinha dado o que tinha que dar. A gente fazia muita panfletagem nas ruas, a gente continuou acampado. E nisso houve muito contato ali com a população, mas a gente percebeu que vai se desgastando, porque a greve é assim. Se você faz uma greve, mesmo que tenha apoio no início, se você estende ela, a população começa a pensar no filho que já não está mais indo para a escola e entre outras coisas.

LL- E como foi o primeiro dia depois de voltar às aulas?

FS - Foi bom, mas teve alguns embates, porque quando retomamos as aulas, tivemos reuniões com os pais. Lembro que foi. A gente começou as aulas, mas se reuniu com os pais para a gente explicar a questão do calendário, como é que ia ficar e alguns pais questionando a nossa participação da greve e questionando a greve.

2 ou 3 meses na rede pública é diferente de uma universidade, que você tem 4 anos para terminar um curso. Ali é ano a ano. Então isso causou algum desgaste mesmo.

Mas ainda havia um sentimento, em 2015, de que lutamos juntos dentro da categoria, ela ainda estava muito coesionada. Estávamos do mesmo lado ali na categoria, mesmo que houvesse algumas rugas ali com a comunidade no finalzinho da greve, que achou que a greve se estendeu demais. Mas os estudantes reagiram bem à situação da greve, porque tinham acompanhado

Apesar de não termos conquistado muita coisa, tínhamos impedido o pacote, que era muito ruim. A gente perdeu a questão da previdência, mas todo aquele pacote de mudanças o governo não conseguiu passar, porque a gente tinha feito uma negociação de ajuste. Muito ruinzinha assim, prevendo o reajuste só para o seguinte. Tínhamos perdido a previdência, mas tínhamos encostado o governo na parede também, porque causamos um grande desgaste ao governo Beto Richa. Então esse sentimento era muito bom, mas depois as coisas começam a desandar para nós. A gente percebe que o 29 também tem esse significado, de ter seu ápice de uma luta, mas também o início de uma derrocada.

Do 29 foi a questão da previdência. Mas na verdade foi o ano inteiro de lutas. 2015 foi um ano intenso, porque você tem uma crescente que passa ali pelo governo Requião, os 2 mandatos, mas também passa pelo primeiro governo Richa. Você vinha de um momento de recomposição da categoria, no sentido de ganhos salariais, de estabelecimento de uma carreira de concursos públicos.

Você vem de dois mandatos bons do Requião e o primeiro do Richa. Seria muito injusto com Richa a gente achar que o Richa era totalmente malvado, não. No primeiro governo do Richa, ele continuou na pauta que a gente tinha estabelecido com o Requião, que ele estabeleceu a Hora-Atividade. O Requião começou a implementar a Hora-Atividade, mas quem completou foi o Richa. No Requião, chegou a 25% de Hora-Atividade, quem fez os 30% foi o Richa, e olha que eu não tenho nenhuma simpatia pelo Richa, mas vamos reconhecer os fatos. E aí também teve essa situação da equiparação salarial que começou o com o Requião, fazendo com que a profissão do professor se comparasse com qualquer pessoa com curso superior, entrando em estado de equiparação com as outras categorias do

poder executivo, com a mesma formação. Mas foi o Beto Richa que vai finalizar essa equiparação.

Então, não foi ruim o primeiro ano e o início do segundo ano do Richa, ele continuou na mesma pauta. A partir dali que a coisa desanda, que tem a ver com a conjuntura nacional. Você teve o governo Dilma, que passou pela crise de 2013 e 2014. Para as pessoas que tinham uma boa leitura, sabiam que havia uma crise econômica, mas na época muitas pessoas não queriam ver, porque a população continuava no consumo. Então o pessoal não percebeu. A crise estava clara em 2012, 2013, 2014 e 2015. Para quem acompanhava as questões econômicas, já sabia que uma crise tinha se instalado. Só que para as pessoas que vêm no dia a dia, não parecia, porque o nível de emprego continuava alto. A renda continuava subindo. É em 2015 que a coisa vai girar. E a categoria, acostumada a esses ganhos contínuos que aconteceram no começo de 2015, não viu que o governo Richa, pressionado pelas questões orçamentárias do estado e percebendo que a arrecadação não estava batendo com os gastos, ele fez a opção, de retirar do funcionalismo, que aí foi quando ele reteve o pagamento do terço de férias. Por isso, a categoria começou a se rebelar e começou uma mobilização nas escolas, no começo de 2015.

Apesar do sindicato estar se organizando em 2015, nesse ano teve muito movimento de base sem orientação do sindicato, as pessoas estavam se reunindo às escolas, reclamando por causa do terço de férias, e fazendo atos. Naquelas semanas de estudo e planejamento, as pessoas e a escola começaram a se unir, protestar contra o governo. As pessoas saíam na frente da escola com cartazes, fechavam a rua na frente da escola e panfletavam por iniciativa própria.

Só que nós do sindicato sabíamos que além do terço de férias, se preparavam um chamado de pacotaço. Um pacote de medidas do governo Richa para arrebentar a categoria. O pacotaço não afetava só o terço de férias, atacava o recurso das escolas públicas. Nesse pacotaço, não é que era uma política de austeridade que se anunciava claramente. A gente foi para as escolas e explicar. E aí a categoria começou a se organizar. Quase 100% das aulas paralisadas, pouquíssimas escolas não paralisadas. E as escolas que não paralisaram a gente ia fazer piquete na frente para não continuar.

Mas teve uma adesão imensa da categoria. A gente fazia a assembleia em um estádio de futebol. A gente fez duas assembleias no Paraná clube. A gente foi lá para Guarapuava fazer uma assembleia de 10000 pessoas. A quadra transbordou, a gente usou estacionamento.

As marchas eram gigantescas, não terminavam. Eu ficava com dó das pessoas, ficavam presos com os carros. A gente ia passando e olhava para trás e falava nossa, vai ficar 1 hora aí.

É um anúncio mesmo. É uma luta de resistência. Nos primeiros momentos, ataque, e depois, a gente fez uma resistência fabulosa. A gente conseguiu evitar muita coisa naquele ano, mas, ao mesmo tempo, dali por diante a categoria se fraturou. 2015 foi um ensaio com esse espírito de unidade, mas saímos dali cansados. Foi um ano muito intenso para a categoria, muitos dias paralisados, muita luta e muito trauma também. 2016, com as ocupações da escola, a categoria se desuniu. Em 2016, a categoria não estava unida a favor das ocupações escolares. Ela rachou.

No ano seguinte, estava me batendo com colegas de trabalho, porque alguns colegas apoiavam as ocupações dos estudantes, outros eram contra mesmo, organizavam a desocupação, atacavam os ministros que ocupam, organizavam estudantes que não queriam ocupar, contra os que queriam ocupar. Mas isso também foi sintoma da polarização que estava começando a se desenhar claramente no Brasil. Aquela polarização que começou com a questão do governo Dilma. Olhando a retrospectiva, a gente vê o 29 como esse ápice, e esse anúncio de uma derrocada.

O Richa mesmo implementou algumas maldades contra a categoria, que ele acabou se enfraquecendo politicamente demais, exatamente porque ele também não conseguiu fazer tudo o que ele queria. A gente implementou no governo dele as dificuldades que ele teve, e aí o envolvimento dele em escândalos de corrupção, incluindo as escolas, a quadro negro, acabou sendo preso. Então isso diminuiu a capacidade do próprio governo Richa de imprimir contra a gente ataques mais brutais. Essa tarefa foi completada pelo Ratinho depois. Pelo ponto de vista bem objetivo, a narrativa do Ratinho foi bem pior do que a do Richa. O Ratinho fez coisas terríveis com a categoria e a categoria reagiu muito pouco. Mas, lógico, também teve a pandemia no meio que facilitou muito isso. Muitas das barbaridades que o Ratinho fez foram possíveis porque as medidas sanitárias impediam o povo de reagir.

LL - Você acha que quando tudo aconteceu naquela época, te veio um sentimento de “Por que eu estou nessa profissão?”

FS - Pessoalmente, foi um choque grande, eu ganhei muito peso nesse ano de 2015, por conta das atividades de greve e tudo mais. Descobri que tinha pressão alta no final de 2015. E eu acabo associando muito isso ao que aconteceu naquele período. Você fica muito ansioso,

você fica meio paranóico. Você acha que às vezes você está sendo perseguido. Ainda mais na condição que eu estava, de um dirigente de um dos núcleos mais combativos da APP na greve. Porque a gente também era oposição à APP estadual. Então a gente queria mostrar mais serviço do que o grupo da estadual. Então a gente era mais ousado. Mas assim, você sai com uma grande experiência de todo esse processo, você sai mudado, você sai transformado, como professor, como cidadão. Você sai tendo outras perspectivas. Então foi bem interessante para mim, na condição de dirigente. A experiência toda me fez compreender melhor meu papel como educador, como cidadão. Apesar de também entender as dificuldades que querem enfrentar tudo isso que a gente está enfrentando. Mas ainda é bastante positivo.

Eu acho que o impacto maior agora foi com o Ratinho, que aí bateu essa crise. Cara, eu gritei tanto aqui pela educação, será que vale a pena essa luta toda. Será que valeu a pena? Decidi começar a me questionar mesmo. Até em 2015 e 2017 pessoal da federal me chamava também para ser supervisor do pibid, um programa de inter-relação entre a universidade com as escolas públicas, fiz supervisor. Então, volta e meia acontecia um convite pelo centro acadêmico de história ou pelo departamento de história para falar sobre a história da educação, por exemplo. Falar sobre a vida do professor de história na educação pública. Eu sempre fui lá e falei positivamente. Eu sempre tentei incentivar as pessoas como foi a minha decisão também. Eu decidi ser professor de escola pública. Foi uma opção que eu fiz. Não estou aqui porque foi um acaso, na verdade foi um projeto. Decidi por esse caminho. Podia ter decidido por outros, mas eu insisti, porque eu acreditava e acredito nessa questão do serviço público, mas hoje eu não consigo falar com essa confiança. Queria que fosse igual em 2015, mas eu não consigo. A escola pública hoje está muito complicada para ser professor, muito difícil. Todas as perdas que nós tivemos como categoria, as condições de trabalho muito deterioradas, além das condições salariais e de carreira, as relações de trabalho muito deterioradas. E aí está muito penoso nosso trabalho, a gente perdeu muita autonomia, muita liberdade de organizar minha aula, de determinar minha avaliação, da minha relação com o estudante. Ficou muito ruim. Hoje, aquilo que eu fazia, não sei se consigo fazer hoje, porque você começa a pensar “Meu futuro não me parece mais tão promissor”. Aquela expectativa que a gente tinha, de que a gente conseguiria avançar em algumas coisas, mesmo as duras penas, mesmo com dificuldades, a gente teve um avanço. Agora não, a gente tem uma derrota.

E aí você começa a pensar “vou recomendar isso a alguém?”. A minha ex-companheira, Marie, ela saiu da educação, ela é de arte, e para ela começou a ser muito pesado. Ela foi para a secretaria de cultura, tentar a vida como ceramista, porque a educação

começou a ser muito pesada, a arte perdeu muitas aulas com a reforma do novo ensino médio. Teve toda uma luta nossa contra o novo ensino médio e perdemos. A arte ficou com pouquíssimas aulas. Aí ela tem 12 aulas na semana, tem poucas turmas, tinha que ficar rodando 2, 3, 4, 5 escolas para fechar 20 ou 40 horas. E aí fica muito penoso o trabalho e a vida.

E outras pessoas eu vi fazendo isso, começar a abandonar a educação. Colegas nossos, que sempre estavam numa base, começaram a ir para a Secretaria de educação fazer serviço burocrático. O estado começou a capturar muitas pessoas para levar lá para o serviço burocrático. A minha filha, por exemplo, fez o CEP, fez a ocupação de escola, entrou em Sociologia na federal para virar professora. De repente aquele ataque às ciências sociais, aí não tinha mais aula. Ela reorganizou o projeto dela de ser professora e foi trabalhar em uma empresa privada. Entendeu porque estava acompanhando a nossa vida ali e ela foi percebendo que que estava ficando inviável essa atividade.

Mas isso começou a ser comum, as pessoas fazerem 2 ou 3 empregos. Alguma outra ocupação além da de professor. O contingente de PSS [contrato temporário] cresceu absurdamente nas escolas. É muito frágil a situação deles, muito rotativo, eles entram, e saem. Foi difícil. Foi pesado.

E no adoecimento constante da categoria. As pessoas têm muitos problemas. Ordens psicológicas. Começa a ser muito comum. Então a gente tem essa sensação mesmo de crise, com os projetos e a falta de resposta coletiva. Acho que contribui para isso, porque o sindicato está com muita dificuldade de organizar a categoria, de imprimir uma resistência, de impor a sua pauta. O sindicato está com muita dificuldade de fazer isso.

Acredito eu que não vá perdurar também. A história também tem seus altos e seus baixos, tem seus ciclos, de baixa do movimento, de retomada do movimento e assim em diante.

Mas é essa situação de crise que não só eu, mas a categoria toda experimenta.

LL - Como você chegou na profissão?

FS- A minha mãe era professora, então eu estudava em escolas particulares, pois a família tinha um pouco mais de condições, não muitas, na verdade. Eu estava na escola particular, mas também meio em condição de ser bolsista. E aí chegou no terceiro ano, eu pensava em fazer jornalismo. Eu cheguei com essa ideia de jornalismo. Mas eu tinha uma professora de história, que eu gostava muito, a professora Glória. Na época do terceiro ano, lá em Foz do

Iguaçu, eu estava na nessa coisa “O que que vou fazer”. Por influência da professora Glória, uma professora bem conhecida lá em Foz, bem bacana, uma pessoa bem interessante. História sempre foi uma das minhas matérias preferidas, de estudar, de ler, de me interessar sobre. Eu sempre fui um pouco para esse lado. O que me levou também à experiência do jornalismo, por serem áreas afins.

Tanto que até o primeiro vestibular que eu tentei foi pensando em jornalismo lá na federal. Mas eu tinha me preparado muito, então eu não passei. Mas eu tive uma decepção também com o jornalismo, porque foi o momento da queda de Collor e que eu meio que acompanhei. E ali me pareceu bem evidente. Um estudante do ensino médio e um adolescente 17 anos ficou bem evidente o quanto que a imprensa era controlada por interesses econômicos e que o jornalista, mesmo trabalhador, não tinha tanta liberdade quanto ele esperar. E essa empresa é que dita a pauta. Não importa o que você pense ou o que você acha, ela vai impor a pauta de orientação dela. Eu meio que acompanhei, vendo isso naquela saída do Collor. Por isso, ficou claro para mim, o quanto que o jornalismo também era manipulado nesse sentido. E aí eu falei, “Ah, não quero essa experiência, quero ser dono do que eu faço” Pode não ser para milhares, pode não ser para 20000 pessoas, mas eu quero chegar na sala de aula e falar aquilo que eu acredito, aquilo que eu fiz, que eu entendo como sem ser podado.

Mas, na verdade, a história também perdeu isso. Na rede particular eu também identificava a mesma limitação. Se eu trabalhar numa rede particular de ensino, vou estar submetido ao apostilamento, vou estar submetido a uma organização de conteúdo, a uma lógica muito fabril, tudo organizadinho, muito apostilado, sem muita liberdade de criação por parte do professor. E aí era um pouco a minha recusa em fazer parte do quadro da rede privada. E na história a gente vê essa, essa ideia de que eu tenho que retribuir para a sociedade pelo investimento que ela fez em mim. E a escola pública me mostrou esse lugar.

Eu me interessava muito pela história. Esse valor que eu dou é muito grande a minha autonomia, a minha condição de intelectual, no sentido de alguém que movimenta o campo das ideias, no campo de uma proibição intelectual e que tem um controle dessa produção, atualização pessoal dessa produção, uma assinatura tipo ela me pertence.

E foi muito prazeroso por muito tempo. E o que me choca no governo é exatamente essa perda da autonomia. Eu sou uma pessoa criteriosa. Eu sou absolutamente contra professores que entram na sala de aula e pensam que a sala e pensam “Vai subir, ele vai pregar o que ele quiser”. Não é isso. Eu faço parte de um corpo de profissionais em que a gente tem uma produção científica acadêmica sobre o que é a história e que eu tenho que ter esse critério. Tem um corpo de documentos, obviamente não vou passar o que eu quero na

sala de aula. Eu vou trabalhar dentro de um currículo e acho importantíssimo que haja esse currículo. E essa consideração da história enquanto uma produção social, que tem suas teorias, têm seus métodos, que devem ser respeitados. Não é uma discursaria. Mas eu tenho essa Liberdade, essa autonomia das minhas escolhas. Você tem um espaço de criação enquanto professor. Que conteúdos que eu vou trabalhar, a forma com que eu vou trabalhar esses conteúdos. A maneira com que vou fazer uma avaliação. Então isso você tem autonomia dentro do estado. Ou você tinha. Porque agora o governo Ratinho vem exatamente atacando isso. Essa autonomia, essa possibilidade da criação. Por isso que ela se torna uma experiência que antes ela recebia menos do que do que as escolas privadas podiam pagar, mas você tinha um plano de carreira, que estava melhorando nas condições, então ia compensando. Mas agora o Ratinho pega exatamente isso, exatamente esse ponto que eu sempre valorizei muito.

LL - Você guarda alguma coisa desse dia 29 de abril?

FS - Guardo a bala que me atingiu, eu a tenho comigo. É uma daquelas amarelas. Depois eu descobri que aquilo é para um tiro de precisão. Porque as balas são de diferentes formatos. Mas aquela ali, aquelas amarelas pelo formatinho dela, é quando eles querem dar um tiro com um pouco mais de distância, de um pouco mais de precisão. Ela me pegou, eu senti. Ela caiu perto de mim e eu a recolhi, eu a guardei. Também guardo os apetrechos que eu usei naquele dia.

Eu fui para 2017 em Brasília, e lá as coisas se repetiram na mesma intensidade. A experiência que eu tive no dia 29 de abril, eu tive em Brasília em 2017.

Em 2017, estava sendo votada a reforma trabalhista do governo Temer. E aí teve um movimento gigantesco também, nunca vi tanta gente na vida, 200000 pessoas em Brasília para tentar evitar a votação da reforma trabalhista. E eu estava lá e eu aí a mesma coisa. Helicópteros também subiram voando, jogando coisas e usando a cavalaria. Muito tiro, muito gás lacrimogêneo. Foi um revival. Tive uma retomada daquela experiência dia 29 de abril.

Teve impacto, mas uma coisa que ajudou nessa situação foi a criação de grupos para a gente discutir essa experiência. Após 29 de abril, a gente montou grupos que a gente conversava sobre o assunto, uma terapia em grupo para as pessoas falarem sobre isso. E eu participei. Incentivei que formassemos grupos para a gente conversar, porque tinha sido muito traumático para as pessoas. Mas eu fazia parte de um movimento coletivo. Então,

lógico, você coloca em risco o pessoal. Mas vocês colocam em função desse movimento que é coletivo.

Eu sabia o que estava fazendo, eu estava na condição de liderança sindical, eu estava nessa condição de me preparar para aquilo. Eu não fui despreparado, eu fui preparado. Não imaginava que seria naquelas proporções, mas sabia também que não ia ser um passeio.

Isso ajuda a entender o processo. Minha filha foi muito inocente, e ela lembra desse dia com muito trauma, porque ela não esperava, de certa maneira, o que aconteceu, a gente não a preparou para aquela situação, ela queria ter ficado, porque outros alunos estavam tinham ficado, ela queria ter permanecido, mas ela teve que sair por causa do namorado que não estava passando bem. Porque ela viu o desespero das pessoas, as explosões, os tiros. Enquanto para ela foi, foi um baque.

LL - E nesse meio tempo, você se comunicou com ela, com a sua companheira?

FS - Não, só no final, a gente se separou ali logo depois do almoço, quando a coisa começou, quando o helicóptero desceu, fez aquele esparramo lá, e aí eu falei “vai lá para trás, vou ficar por aqui, porque acho que a coisa vai pegar”.

A creche que estava ali perto teve que ser evacuada. Tiveram que tirar as crianças dali.

A gente estava conversando que você encontrou a Walquíria, sobre o que vocês conversaram na hora?

Ah, a gente não conversou. A gente só se abraçou. E era engraçado, porque nós éramos de lados politicamente opostos na APP sindicato. Ela era a favor da direção e eu da oposição. Mas naquela situação, o que importou foi o nosso lado humano, porque ela também estava muito preocupada com a categoria, e com tudo o que tinha acontecido ali.

LL - Você continuou dirigente por quanto tempo?

FS - Até 2020. Foi durante a pandemia, aí eu saí de concorrer, participei da comissão eleitoral para ajudar no processo eleitoral, mas foram 2 mandatos. Em 2015, foi o primeiro mandato. Tinha acabado de entrar no sindicato. E aí segui 2 mandatos, aí eu resolvi me afastar, achei que já tinha feito a minha contribuição ali.

LOUIZE LAZZARIM

Sem INTERVALO para sorrir

Memórias de 29 de abril de
2015, o dia em que professores
entraram em batalha para
defender o ensino público



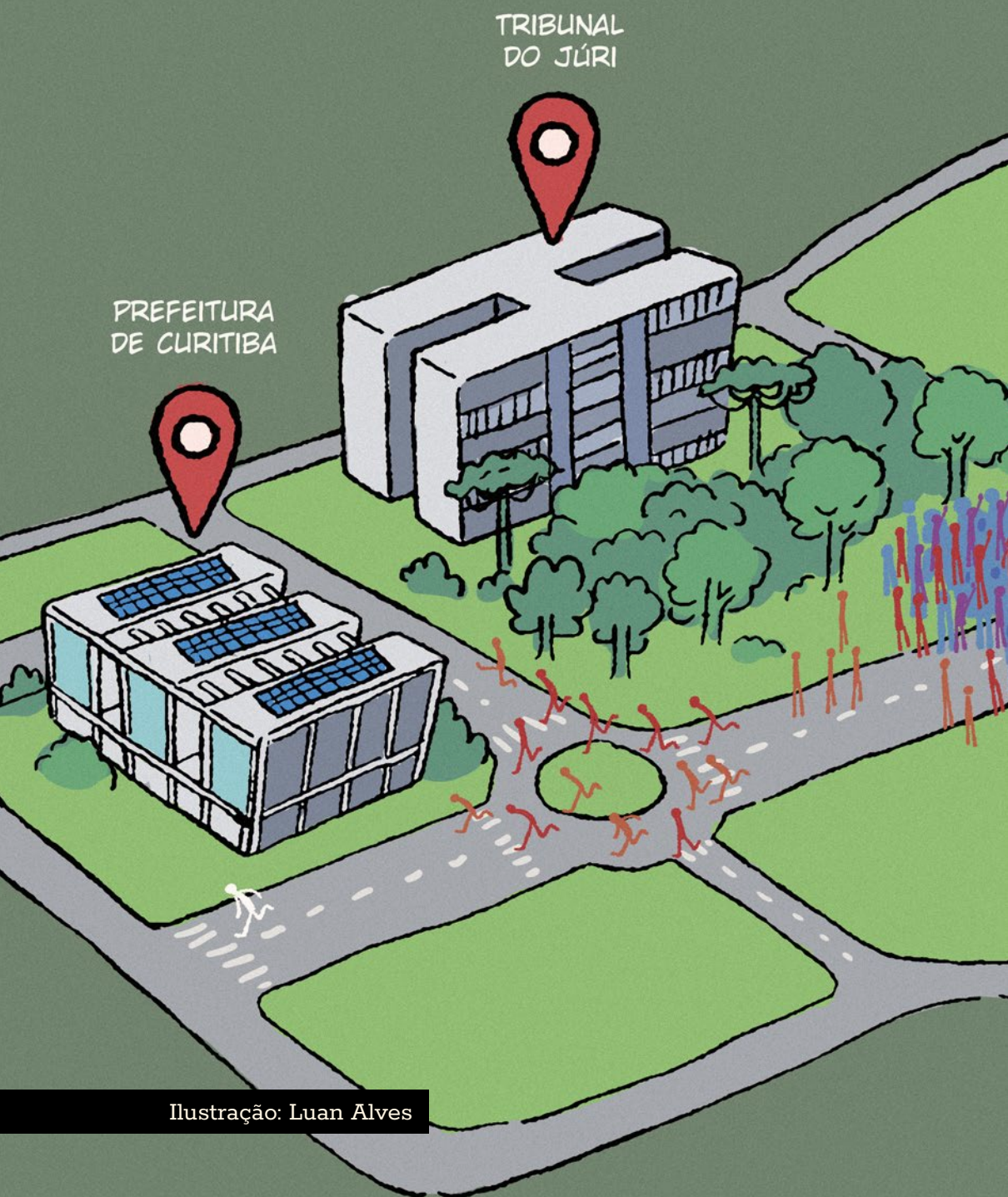


Ilustração: Luan Alves

PALÁCIO
IGUAÇU

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO PARANÁ



Sem intervalo para sorrir © 2024 by Louize Lazzarim

is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

Editor

José Carlos Fernandes

Revisão Técnica

Luan Alves de Melo

Design Gráfico e Editoração Eletrônica

Luan Alves de Melo

Ilustração da Capa

Luan Alves

Revisão de Texto

José Carlos Fernandes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lazzarim, Louize

Sem intervalo para sorrir [livro eletrônico] :
memória de 29 de abril de 2015, o dia em que
professores entraram em batalha para defender o
ensino público / Louize Lazzarim ; [ilustração Luan
Alves]. -- Curitiba, PR : Ed. da Autora, 2024.
PDF

ISBN 978-65-01-26405-9

1. Educação - Aspectos sociais 2. Educação -
Paraná (Estado) - História 3. Greves e lutas
4. Livro-reportagem 5. Manifestações públicas -
Brasil - História 6. Memória coletiva
7. Professores - Brasil I. Alves, Luan. II. Título.

24-243525

CDD-370.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : História 370.9

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

LOUIZE LAZZARIM

Sem INTERVALO para sorrir

**Memórias de 29 de abril de
2015, o dia em que professores
entraram em batalha para
defender o ensino público**

CURITIBA | 2024

ABR

NO PARANÁ
PROFESSORES
QUEREM JUSTIÇA
MAS, O BETO
SÓ RIXA
CURITIBA-2015

01	Prefácio	09
-----------	-----------------	-----------

02	O massacre em formação	13
-----------	-------------------------------	-----------

03	O preparo para encontrar o inimigo	31
-----------	---	-----------

SUMÁRIO

04	Entre um ônibus e outro, amigos pelo percurso	43
-----------	--	-----------

05	“O projeto não passa”	55
-----------	------------------------------	-----------

06	O que fica após o “Massacre”	77
-----------	-------------------------------------	-----------

Prefácio

Qual é a melhor sensação de ouvir uma boa história? Para mim, é o arrepio ao sentir que todo aquele universo narrado atravessa para a minha realidade. Assim aconteceu em 2015, enquanto eu pesquisava sobre a greve dos professores do Paraná em 1988. A organização dos docentes de todo estado, a mobilização na Praça Nossa Senhora de Salete, as bombas, a cavalaria. Tudo estava ali novamente.

A greve de 1988 aconteceu em um país que saía da ditadura e ansiava por sua nova constituição. A esperança da democracia era o pano de fundo da luta por melhores salários e condições de trabalho. Já em 2015, o Brasil começava a sentir mais uma vez o crescimento da extrema direita. O Paraná era um dos palcos da Operação Lava Jato, o que intensificou as conversas sobre política no estado e abriu margem para mais falas reacionárias na população.

Foi nesse contexto que os professores da rede estadual se depararam com uma série de medidas que desvalorizavam a educação e atacavam seus direitos. Lembro de ver as coincidências e não acreditar. “É coisa de quem está pesquisando demais”. Não era. O “massacre de 29 de abril” veio com a mesma violência, repercussão e afirmação do papel dos profissionais da educação na formação além da sala de aula.

A luta dos professores alimenta uma geração de líderes. Jovens políticos saíram das salas de aula e dos movimentos estudantis que acompanharam essas greves. São pessoas que enxergam o papel da educação na formação de uma sociedade empática e equilibrada.

Sem intervalo para sorrir revisita a greve de 2015, mas também nos convida a enxergá-la como parte de uma luta que começou há décadas e permanece até hoje. 1988 e 2015 são apenas grandes marcos de um ciclo maior de negligência e resistência. É preciso contar essas histórias e arrepiar mais ouvintes.

Desejo que você, leitor, aproveite a narrativa que está prestes a conhecer. Que ela atravesse a sua realidade e você perceba que é parte dela também.

Larissa Fanes, autora do radiodocumentário “1988 e 2015: As Greves dos Professores nas Vozes de Seus Personagens”



Foto: Joka Madruga

CAPÍTULO 02

O massacre em formação

Com a mão no rosto, Fabiano Stoiev tentou conter a emoção. O dia 29 de abril de 2015 tem uma carga emocional ainda mais forte na vida do professor de História, já que ele cresceu em um lar construído por dois educadores.

— Eu lembro da minha mãe chegar em casa, quando a gente morava em Foz do Iguaçu, revoltada e chorando pelo que os companheiros de profissão passaram em 1988. Em 2015, senti como se estivesse revivendo aquele desespero.

A data a que Fabiano se refere é o 30 de agosto de 1988, quando professores paranaenses foram pisoteados pela cavalaria da Polícia Militar (PM), em uma missão organizada pelo governador da época, Álvaro Dias (PMDB). Separados por 27 anos, os dois episódios representam a luta dos professores para garantir seus direitos como trabalhadores e para buscar uma educação pública de qualidade. Apesar de ser difícil comparar eventos traumatizantes para a educação, o dia 29 de abril de 2015 é considerado pelos docentes uma tragédia ainda mais cruel, com balas de borracha e bombas de efeito moral atiradas de forma incessante por aproximadamente três horas contra os educadores, o que resultou em 213 feridos, de acordo com registros da imprensa.

Escutar diferentes vozes sobre um mesmo acontecimento é como viver diversos dias em um só. São muitos os nomes que o dia 29 recebeu: “Massacre”, “Batalha” e “Ataque”. Foram mais de duas horas de ataque policial, com 2,3 mil balas de borracha, 1,4 mil bombas de efeito moral e 25 litros de spray de pimenta, de acordo

com levantamento da Associação dos Professores do Paraná, a APP-Sindicato, que constitui o sindicato dos professores e funcionários de escola do Paraná.

Na ocasião, os servidores públicos se reuniam em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), porque, em 2015, se acumulavam mais de 20 pautas em prol da melhoria da educação, para garantir que as escolas pudessem ser abertas com o início do ano letivo. Somando-se a isso, em fevereiro o então governador do estado, Beto Richa (PSDB), propôs uma série de medidas que foram chamadas pelos servidores como “pacotão”, com ações que aumentavam os impostos, alteravam o Regime de Previdência dos Servidores Públicos, propunham cortes de gasto, entre outras decisões, que levaram os professores da rede estadual de ensino a entrar em greve.

Em fevereiro, os professores e demais servidores públicos organizaram sua primeira concentração em frente à Alep, mas devido a uma ocupação no prédio, que impossibilitou os deputados de votarem o “pacotão”, o governador adiou a decisão e prometeu aos professores uma reformulação das medidas. Com essa esperança, os educadores retornaram à sala de aula e terminaram a greve.

Nesse primeiro Projeto enviado à Alep em fevereiro, o Fundo Previdenciário seria extinto. Em abril, o Projeto de Lei foi reformulado, e 33 mil pessoas com idade acima de 73 anos, que estavam no Fundo Financeiro, foram migradas para o Fundo Previdenciário. Com essas alterações, uma nova data de votação foi marcada.

Essa mudança não foi aceita pela categoria, que retornou à greve. Todos os dias, durante aproximadamente duas semanas, os manifestantes marcaram presença na Praça Nossa Senhora de Salette, em frente à Alep, até o dia 29 de abril de 2015.

Para Cláudia Gruber, professora de Língua Portuguesa e, na época, diretora do Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral, no bairro Boqueirão, região sul de Curitiba, o “Massacre” do dia 29 teve estopim desconhecido, como se de uma hora para outra os policiais tivessem obtido permissão para a barbárie.



Foto: Joka Madruga

Enquanto José Reinaldo, professor de História em Telêmaco Borba, cidade dos Campos Gerais, no Segundo Planalto paranaense, recebeu um aviso da APP-Sindicato. A tática proposta pela entidade era a de que, caso os deputados não dessem ouvidos aos direitos dos servidores, no caminhão de som seria anunciada a frase “O projeto não passa”, espécie de chave secreta para anunciar aos educadores que aquele seria o momento de

agir e forçar a linha de contenção criada pelos Policiais Militares (PMs). O projeto ao qual eles se referiam era o chamado “pacotaço”. Quando a chave secreta foi dita, José lembra com clareza do momento em que ele e seus colegas perderam o medo de lutar pela educação.

A estratégia inicial era a de conter a entrada dos deputados, pensada pelo Núcleo Regional Curitiba Norte da APP-Sindicato, que abrange as cidades do norte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), como Pinhais, Piraquara, Colombo, entre outras. A RMC, como é chamada, tinha então 29 municípios e mais de 3 milhões de habitantes.

Com esse planejamento, desejava-se impedir que os deputados entrassem na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), para evitar que a votação do chamado pacotaço acontecesse. No início da manhã, às 9 horas, os grevistas se dividiram em grupos, que seriam responsáveis pelo bloqueio de cada uma das ruas que dão acesso à Alep.



Foto: Joka Madruga

A Praça Nossa Senhora de Salette, quintal da Alep e o local onde ocorreu a manifestação, é uma espécie de ilha em meio ao majestoso Centro Cívico, conjunto arquitetônico modernista, inaugurado em 1953, no qual está plantado o Palácio Iguazu, onde o governador despacha, e demais poderes. Três esculturas brancas mostram a Virgem de Salette e seus dois videntes, Maximin Giraud e Mélanie Calvat. Essas duas crianças tiveram uma visão da Virgem Maria numa montanha perto de La Salette, França, no dia 19 de Setembro de 1846, por volta das três horas da tarde. Já no dia 29 de Abril de 2015, muito diferente do motivo que os tornou conhecidos, as imagens da aparição fizeram parte da paisagem que abrigou o “massacre” em formação.

A praça, que fica próxima ao centro da capital paranaense, também foi palco de manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1999, quando mais de 400 camponeses e camponesas de várias regiões do estado do Paraná iniciaram uma de suas ocupações mais longas. O objetivo do acampamento era mostrar o nível de violência e assassinato que estava acontecendo contra os trabalhadores rurais no estado. Em média, foram 100 famílias que ficaram ali nos 172 dias de ocupação, fazendo revezamento entre elas, em uma ação itinerante. A manifestação, que motivou a instalação das grades que circundavam o Palácio Iguazu, os tribunais de Justiça e do Júri, e a Assembleia Legislativa, mostra que mesmo com as grades, a região da Praça Nossa Senhora de Salette é um local público e de direito dos cidadãos.

Fabiano Stoiev, que também foi dirigente sindical da APP-Sindicato, liderava o grupo que impediria os

acessos à rua em frente ao Tribunal de Justiça. Sabiam que não seria uma tarefa fácil, mas não imaginaram que seriam ameaçados de morte por um entregador que precisava passar pelo local para manter seu emprego.

— Ou vocês me deixam passar, ou eu atiro em todo mundo — disse o motoboy, ao mostrar um revólver na cintura, escondido entre as blusas para se proteger do frio curitibano.

Apesar de o entregador recorrer a meios ilícitos para garantir o seu trabalho, os dois lados lutavam por um futuro digno, o que fez com que os manifestantes entendessem as motivações daqueles que não estavam diretamente ligados ao que aconteceria em instantes.

No dia anterior ao “Massacre”, os professores percebiam a mudança da atmosfera que pairava sob o Centro Cívico. As noites costumam ser frias e silenciosas em Curitiba, a elogiada capital paranaense. A do dia 28 de abril de 2015, uma terça-feira, não foi diferente, exceto por um detalhe: camburões da Polícia Militar formavam um cinturão na altura da Praça Nossa Senhora de Salette, como se estivessem à espera de uma guerra. E de fato, estavam.



Foto: Joka Madruga

Naquela situação, os únicos a presenciar o início desse cerco eram os professores e demais manifestantes que acampavam nos perímetros da Alep desde o dia 27 de abril de 2015. A região estava tomada por PMs desde o início dos protestos, mas na noite que antecedeu ao “Massacre do Centro Cívico”, os camburões estavam a postos até 100 metros de distância do prédio, fechando a rua em frente à Assembleia e proibindo a circulação de carros

Neste dia em específico, 29 de abril de 2015, aconteceria uma importante votação na Alep, reunindo os deputados para decidirem que futuro teria a previdência social dos servidores públicos paranaenses. Até então, a aposentadoria de 33,5 mil beneficiários pertencia ao Fundo Financeiro, bancado pelo governo. Com o [Projeto de Lei \(PL\) 18.469/2015](#), os servidores com mais de 73 anos migraram ao Fundo Previdenciário, arcado por servidores, que teriam o desconto direto nas folhas de pagamento (totalizando 18,5% de desconto mensal sobre o valor do salário). Os demais, seriam mantidos no Fundo Financeiro.

Na teoria, essa era uma escapatória para cobrir os rombos da administração pública, devido à crise econômica que se instaura com o início de 2015. Na prática, em 29 anos, os professores da rede estadual e demais servidores públicos poderiam ter sua aposentadoria em risco, um direito constitucional assegurado a todos os trabalhadores (art. 6º da Constituição Federal).

Alguns anos antes, em 2012, a carreira policial também passou por uma mudança na previdência. A maioria dos policiais fazia parte do Fundo Previdenciário, que foi criado pelo governador Jaime Lerner (DEM), em

1998. Quando Alexandre Silva, nome genérico, porque a fonte não quer ser identificada nessa reportagem, bombeiro de 2005 a 2017, começou a contribuir com a previdência, o fundo em questão era o previdenciário, mas, em 2012, criou-se um novo fundo, previsto pela [Lei Ordinária N.º17.435/2012](#), o Fundo Militar. No fundo que Alexandre contribuía, ainda havia poucos militares aposentados, o que resultava em um bom giro mensal, uma vez que recebia uma boa quantidade em dinheiro, mas ainda custeava poucos benefícios de aposentados e pensionistas.

Com a mudança para o Fundo Militar, o caixa se iniciou do zero e, simultaneamente, ocorreu uma migração em massa de todos os aposentados para esse novo fundo. Na época, no Paraná, o número de policiais na ativa se equilibrava com o número de aposentados e pensionistas, um problema que se somaria à questão da migração em massa para o novo modelo, porque poderia não dar conta de pagar todos os beneficiários.

As estimativas iniciais sobre o número de militares que se aposentariam, e a quantidade de contribuições que seriam feitas, podem não ter levado em conta fatores como o aumento na expectativa de vida e o envelhecimento da força militar, o que poderia comprometer a viabilidade do fundo. Somado a isso, Alexandre havia contribuído por muitos anos ao fundo que foi extinto, e aquele dinheiro não foi convertido na sua previdência, posto que agora o fundo ativo é o militar.

O problema que os professores passavam naquele momento, com a mudança de fundos que poderia colocar em risco a aposentadoria, tinha sido enfrentado pela segurança pública alguns anos antes. Como não faziam

parte do mesmo fundo, alguns policiais não entendiam a gravidade do que poderia acontecer aos professores.

Beto Richa, no dia seguinte ao “Massacre”, e nos anos que se sucederam, tentou de todas as formas se isentar da culpa. Em 2024, nas vésperas do aniversário de uma década do ocorrido, pela primeira vez lamenta o excesso policial daquele dia. Na opinião do ex-governador, a violência no Centro Cívico foi provocada pelos black blocs, grupo de manifestantes que praticam a violência simbólica durante manifestações (quebra de vitrines de lojas de luxo, ataques a agências bancárias ou edifícios corporativos). Complementa sua fala com “aquele episódio foi desnecessário para a história do Paraná”. O ex-governador deu entrevista para esta reportagem.



No dia 29 de abril de 2015, a Praça Nossa Senhora de Salette não estava dominada apenas por curitibanos, e sim por professores e servidores de todo o estado do Paraná, reunidos em torno daquele gramado que mais tarde estaria tomado por restos de balas e objetos perdidos durante os pisoteios.

Até mesmo os jornalões, como se diz no jargão para designar os maiores da imprensa diária, como a *Gazeta do Povo*, reconheceram a gravidade da força policial e a incoerência das medidas propostas por Beto Richa. Em “Richa comprometeu capital político de modo irreversível, dizem analistas”, veiculada no dia 29 de abril de 2015, a jornalista Amanda Audi - mais tarde ligada à equipe do The Intercept que denunciou a Vaza Jato - trouxe a opinião de cientistas políticos, que em tempo real, à medida que a votação era realizada, enxergavam o erro político e as brechas que essa alteração de fundo poderia causar ao funcionalismo público.

Luiz Domingos Costa, cientista político pela Uninter, foi ouvido pelo jornal em 2015 e levantou a possibilidade que o governador havia gasto os 125 milhões que esperava receber pela ParanaPrevidência com a alteração dos fundos, e recorreu a essa votação com urgência para repor o dinheiro gasto. O ParanaPrevidência é o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos dos Três Poderes no Estado do Paraná. Foi criado para garantir o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e é responsável pela gestão, investimentos e capitalização dos recursos do Fundo Previdenciário, assegurando assim o pagamento dos benefícios aos servidores estaduais.

Outro recurso utilizado pela *Gazeta do Povo* foram os quadrinhos produzidos pelo designer e sociólogo Robson Vilalba, publicados na reportagem especial “Um ano depois da ‘Batalha do Centro Cívico’”, dos repórteres Felipe Aníbal e Diego Ribeiro. Essa alternativa foi uma ótima saída para conquistar diversos públicos: as crianças, que foram estimuladas por ilustrações atrativas e vídeos, e os jovens ou adultos que queriam a história do dia 29 de abril de 2015 de forma sintetizada.

Com o mesmo alinhamento, o jornal *Tribuna do Paraná* também publicou textos que expunham o risco ao futuro do professorado a partir daquela mudança. Para o jornal, na reportagem “Beto Richa transforma ParanaPrevidência em ‘bomba-relógio’”, veiculada em 10 de maio de 2015, o especialista em previdência Renato Follador, idealizador da ParanaPrevidência, revelou que o Fundo Previdenciário poderia arcar com a aposentadoria dos servidores públicos por 33 anos. Uma opinião

insistente na *Tribuna* é a de que Richa deixou de pensar no futuro, direcionando suas energias apenas para o presente.

Se nas reportagens os posicionamentos em favor aos professores convergiam apenas com pequenas discordâncias, na coluna do leitor da *Gazeta do Povo* as opiniões não tinham consenso. Alguns cidadãos confrontavam os posicionamentos dos responsáveis pelo “29 de abril de 2015”, a exemplo do controvertido secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Francischini - que afirmou não ter ciência de toda a missão que foi organizada para o dia. Na mesma medida, outros leitores invalidaram a luta dos professores e resumiam seu posicionamento em “quando os alunos das escolas estaduais vão retornar às salas de aula?”. Esses registros são exemplos claros da polarização de opiniões que se tornariam comuns após 2015.

Os dois jornais - pertencentes ao Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom) - trazem a fala de que o governador Beto Richa é um político aberto ao diálogo, opinião que o ex-governador mantém após dez anos do “Massacre”. Essa não é uma característica que os professores e policiais atribuem ao então mandatário. A sensação que carregam daquele dia é a de que a votação precisava ocorrer a todo custo e com urgência, sem antes passar pelas comissões temáticas da Assembleia.



O ano de 2015 se iniciou como um momento de luta para a categoria ligada à educação. Nas pautas que reivindicavam junto ao governo, os professores alertavam que as escolas da rede estadual não tinham condições de abrir. Os problemas passavam por questões como falta de

estrutura física nas edificações, carência de professores temporários e outros profissionais e de dinheiro para o pagamento de despesas básicas.

Em fevereiro de 2015, quando ocorreu a primeira ocupação dos professores na Assembleia por causa das medidas do pacote e mais 20 itens de reivindicação, Beto Richa (PSDB) e Fernando Francischini não estavam preparados para conter a categoria e, por isso, foram impedidos pelos manifestantes de concluírem a votação. No entanto, em abril, convocaram mais de 2000 PMs, preparados com diversos armamentos para cercar, satisfatoriamente, as entradas do prédio onde ocorreria a decisão.

Após dez anos do dia 29 de abril de 2015, algumas memórias deixam de ser tão claras. Para Fabiano Stoiev, a entrada dos deputados aconteceu de maneira desconhecida, com a possibilidade dos deputados terem até mesmo passado a anterior ao “Massacre”, do dia 28 de abril de 2015, em seus gabinetes, tremendo a impossibilidade de entrarem na Assembleia.

No entanto, mesmo que ele e diversos outros educadores não tivessem visto a entrada dos deputados ao prédio, deduziu-se que seria impossível barrar todos os acessos. Conformados com a missão natimorta, às 12 horas, os professores decidiram que teriam uma pausa para o almoço, mas a próxima tarefa seria a tentativa de impedir a votação.

Com a chegada das 14 horas de 29 de abril, os educadores voltaram a se reunir em torno da linha de combate. Fabiano Stoiev, dirigente do Sindicato dos Professores e Funcionários de escola do Paraná, a APP-Sindicato Curitiba Norte, esteve à frente das ações do dia

29 de abril e, para ele, a reação da categoria era iminente. O futuro estava em jogo, não poderiam deixar que se confirmasse uma decisão vexatória como aquela.

No interior da Assembleia, a votação ainda acontecia com a permissão de Ademar Traiano, presidente da Alep.

— [...] Portanto, a sessão aqui está segura, o problema lá fora não é da responsabilidade da nossa Assembleia — declarou Traiano.



Foto: Joka Madruga

Lá fora, nem mesmo em um momento de fragilidade, fugindo dos ataques, os policiais deixaram os manifestantes se abrigarem em locais seguros. O que levanta a questão: “Qual era a real orientação dada para os agentes da Segurança Pública?”. Será que foram orientados apenas para reagir aos “ataques” dos professores? Ou, na verdade, também receberam licença para perseguir e reprimir a categoria, até mesmo quando os professores estivessem indo para suas casas?

Essas questões ficaram sem resposta, mas se pode deduzir qual é a verdade quando, alguns dias após ao “Massacre do Centro Cívico”, o secretário de Segurança Pública Fernando Francischini se demitiu do cargo, devido às pressões que recebia por parte da Justiça e da população em geral. O que não impediu que se candidatasse a deputado federal, em 2014, e ganhasse a eleição, assim como seu filho, Felipe Francischini, que está em seu segundo mandato como deputado federal. O primeiro, de 2019-2013, pelo Partido Social Liberal (PSL), e de 2023-2027 pelo partido União, de centro-direita, fundado em 2021 a partir da união de dois outros partidos: Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL).

Mesmo após a finalização da apreciação nos interiores da Alep - que resultou em 31 votos favoráveis à alteração do fundo previdenciário, e 20 contrários - no lado externo, os ferimentos, físicos e verbais, continuavam. Devido ao número de emergências, as dependências da Prefeitura de Curitiba, também no Centro Cívico, se tornaram uma espécie de hospital improvisado. A medida foi sugerida pelo prefeito da cidade em 2015, o ex-deputado federal Gustavo Fruet (PDT), convertido de amigo e aliado a inimigo e perseguido político do governador Beto Richa.



Foto: Joka Madruga

Estima-se que o confronto ocasionou 237 feridos, entre eles 213 manifestantes, 20 policiais, 3 profissionais de imprensa e 1 deputado. Após a grande repercussão que o evento gerou, a justificativa que o governador e o secretário de Segurança Pública deram à imprensa foi a de que tudo se iniciou como um reflexo dos policiais ao ataque de manifestantes black blocs, um termo que surgiu no Brasil a partir das manifestações de 2013, referindo-se ao grupo universitários que se defendiam de ações repressivas das forças policiais e, posteriormente, atacavam edificações de empresas e instituições de Estado consideradas símbolos do capitalismo.

Como prova para confirmar suas teses, Richa e Francischini usaram as fotos de professores com lenços no rosto e fazendo uso de coquetéis molotov. Os lenços eram para se defenderem dos gases e estilhaços; e os

coqueteis molotov eram, na verdade, uma mistura de ingredientes como vinagre (ácido), que ao reagir com os gases de efeito moral (básico) resultavam em um produto neutro, que diminuía as dores do ataque.

Além da consequência direta do “Massacre do Centro Cívico”, que foram os ferimentos e humilhações passadas por aqueles que defendem a educação pública e de qualidade, próximo à região da praça havia também uma creche, que precisou ser evacuada às pressas, pois até mesmo as crianças estavam apresentando complicações por causa do gás de efeito moral.

A distância entre 2015 e os dias atuais se aproxima de uma década, mas não há um professor paranaense que não se lembre da manifestação com um sentimento de luto, porque muitas das previsões de desvalorização do profissional e da educação pública feitas naquele ano se concretizaram. Entre essas previsões, está a privatização da escola pública, um projeto em voga nos anos 2020 que tem como objetivo contratar empresas para realizar o gerenciamento das instituições de ensino.

Em tese, essas empresas seriam responsáveis pela gestão administrativa e pela garantia de uma boa infraestrutura da escola, mas o que tem sido observado é a perda de autonomia dos educadores e uma busca incessante pelo lucro por parte do governador do estado, Ratinho Junior (PSD), no poder em 2024.

Foto: Joka Madruga



CAPÍTULO 03

O preparo para encontrar o inimigo

— Alô, Fabiano? Desculpe ligar essa hora, mas as coisas pioraram aqui na Alep. Os policiais tão querendo tirar a gente das barracas e estão tentando tirar os caminhões de som. Tá o maior caos aqui.

Esse foi um dos diálogos que Fabiano Stoiev, professor de História no Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha, teve com os colegas de luta que estavam acampados na Praça Nossa Senhora de Salette, na madrugada do dia 28 de abril de 2015.

Ao perceber que a situação poderia esquentar a qualquer momento, Fabiano resolveu acampar com os demais professores na passagem do dia 28 para o 29. Nessa ocasião, Stoiev havia separado, por precaução, equipamentos de proteção para usar horas mais tarde.

Um de seus filhos, ainda na adolescência, andava de skate com os amigos, o que tornava comum o uso de itens como capacete, joelheiras, cotoveleiras e luvas. O historiador combinou todos esses equipamentos e adicionou uma máscara improvisada para se proteger. Chegando no local, os amigos satirizaram a situação.

— Não tá exagerando, Fabiano? Tá pensando que vêm guerra? — disseram os colegas de manifestação, que horas depois tiveram reações unânimes quanto à preparação do professor de História. Infelizmente, o escudo se provou necessário. A foto de Stoiev, vestido para o “Massacre”, em meio à fumaça das bombas, feita pelo fotojornalista Henry Milléo, iria se tornar um dos símbolos do 29 de abril.

Toda essa preparação aconteceu porque, no dia anterior ao “Massacre”, o Núcleo Regional Curitiba Norte tinha recebido um representante do FES, o Fórum das Entidades Sindicais Estaduais, que preferiu não citar seu nome nessa reportagem. O FES, criado em 1989, funciona como uma união dos sindicatos, para integrar as mobilizações e lutas dos servidores, bem como da sociedade civil organizada. Como a carreira militar não permite a criação de sindicatos, o FES era o mais próximo da luta organizada que os agentes da segurança pública poderiam experimentar.

Nessa ocasião, o representante do FES visitou o núcleo para dar orientações do que poderia ou não ser feito pelos professores para se manifestarem e não infringirem leis, porque, apesar da carreira militar, se preocupava com o que poderia acontecer aos professores. Como a tropa de choque é munida de viseiras e escudos, a sugestão era que os educadores levassem bexigas cheias de tinta, para que quando jogadas em direção aos escudos da tropa, atrapalhassem a visão dos policiais, mas ainda assim não os machucasse.

Apesar do tom sereno em todas as conversas tidas com Fabiano, para esta reportagem, as risadas não eram frequentes ao lembrar do evento traumático para a categoria. Um dos únicos momentos que fugiu da regra, foi quando reavivou a memória de ver inúmeros policiais pintados de roxo e outras cores vivas. A tentativa foi justa, mas mal planejada, pois as tintas deveriam ser mais densas para fixarem no escudo e não escorrerem, ao contrário do que aconteceu.



Na manhã do dia 29, Fabiano e os seus colegas acordaram cedo, por volta das 8 horas. No acampamento improvisado em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, as barracas se dividiam por grupos, e a de Fabiano pertencia ao grupo da APP-Sindicato Curitiba Norte. Como a votação ainda não tinha iniciado, a categoria conversava, ora sobre questões pessoais, ora sobre a luta que enfrentava. Independente do assunto, a sensação era de que estavam sendo vigiados.

Alguns dias antes, havia o boato de que além da Tropa de choque, que estaria na *linha de frente*, os policiais do Serviço de Inteligência, os chamados p2, também marcariam presença no Centro Cívico, com a finalidade de se infiltrar entre os servidores, para escutar as conversas e entender os planos. Esse boato, verídico ou não, causou um clima ainda mais tenso entre os professores, porque até mesmo quando não precisavam, estavam em alerta. Até hoje Fabiano mantém amizade com um professor que, durante as reuniões, ele acreditava ser um policial infiltrado. Pelo menos um saldo positivo restou daquele dia: os dois educadores se tornaram amigos.



Foto: Joka Madruga

A categoria toda lembra do “Massacre” como um episódio marcado a sangue na história de Curitiba, protagonizado por uma missão falha do comando da PM. Bento Eliseo Aleixo foi um dos policiais escalados para a proteção da casa dos deputados naquele dia, mas teve uma atuação do lado de dentro dos portões da Alep, para agir quando os policiais da *linha de frente* já não conseguissem mais conter a massa de manifestantes.

Por volta das 12 horas, alguns policiais estavam há mais de 24 horas no turno de trabalho. O hoje doutor em Educação e então policial militar Luciano Blasius, assim como Bento, também foi escalado para assegurar que nenhum manifestante entrasse na Assembleia. Blasius tem a lembrança de quando os policiais faziam turnos de descanso dentro da própria Alep, para que, caso algum distúrbio mais grave se iniciasse, os agentes estivessem relativamente de “prontidão” para executar suas tarefas. Considera que alguns policiais estavam em média três ou quatro dias em serviço, pois o descanso não era cedido completamente, uma vez que se acomodavam em camas improvisadas no interior da Assembleia.

No horário do almoço, quando os professores entenderam que a tentativa de bloquear as ruas não seria possível, a organização dos manifestantes se dissolveu, e viu o momento uma oportunidade para recarregar as energias. Do outro lado do conflito, os policiais também iniciaram seus revezamentos para o almoço. Aleixo era o policial responsável por colaborar na distribuição das marmitas destinadas aos PMs. Ao conferir as refeições, percebeu que estavam estragadas, o que causou ainda mais revolta no sargento. Trabalhar mais de 24 horas e ainda não ser corretamente alimentado era um desrespeito com qualquer trabalhador.

A indignação do policial não acabou com o final do “Massacre”. Aleixo foi um dos agentes da segurança pública que denunciou o comando à imprensa, manifestando sua insatisfação com a missão. Como resultado, precisou responder a um processo administrativo e perdeu dois pontos na profissão, o correspondente a dois anos de graduação na polícia.

Até mesmo os policiais e bombeiros, como Bento, Luciano e Alexandre admitem que houve um excesso policial no dia do “massacre”, uma vez que todo o arsenal disponível foi utilizado naquele dia. Se nas semanas seguintes, em hipótese, ocorresse uma guerra, Curitiba estaria desguarnecida. No mais, é inegável que a falta de sono e de alimentação corretas expuseram os agentes da segurança pública a uma situação de estresse, o que fez dos professores e demais servidores públicos como alvo.



Com algumas horas de diferença, quem se preparava para se deslocar ao Centro Cívico era Ângela Machado, professora de História do Colégio Estadual Luiza Ross. Com 29 anos de carreira, ela não esquece de onde veio, quando começou no magistério como professora das séries iniciais pela Prefeitura de Tijucas do Sul, porção sul do Primeiro Planalto Paranaense na região sudeste do estado do Paraná, cidade de nascimento de Ângela. Mãe de três filhos, as manhãs seguiam uma rotina pré-determinada: arrumá-los para o colégio, preparar o almoço e, só depois dessas atividades, partir ao encontro dos seus alunos.

Mas dessa vez a rotina não foi a mesma. Em meio aos cuidados com cada uma de suas crianças, ela também separava itens atípicos à sua profissão: um pequeno

recipiente de vinagre, malhas de algodão para amarrar no rosto e uma camiseta da APP-Sindicato, na qual estava a frase em vermelho **QUEM LUTA FAZ GREVE.**



Foto: Daniel Castellano

— Mãe, mas por que você tá levando tudo isso? Onde você vai? — perguntou Enrico Machado Juliatto, de 6 anos, o filho mais novo de Ângela.

Parada diante da criança, ela não teve dúvidas do que responder.

— Eu vou lutar pra garantir um futuro melhor pra você e seus irmãos.

A reação de Enrico foi natural, porque os preparos da mãe fugiam do habitual. Mesmo tendo esse cuidado de separar itens, Ângela, ao contrário de Fabiano, interpreta sua preparação como insuficiente, porque os poucos mililitros de vinagre que separou para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo não duraram nem os 30 minutos iniciais da manifestação. Sua salvação foram os alunos, que mais tarde seriam chamados de Black Blocs, munidos de garrafas com um preparo neutralizante ao gás.

Nas declarações de Beto Richa após o acontecimento, ele cita que esses alunos usavam o *Coquetel Molotov* para causar ainda mais problemas em meio à manifestação. Conhecido das manifestações, o coquetel é uma arma improvisada, que consiste em um recipiente, como uma garrafa, contendo um líquido inflamável, como a gasolina, e um pano preso à boca do frasco. O pano serve como fusível, e o coquetel é aceso antes de ser lançado, causando uma explosão ou incêndio no momento do impacto. Quando a garrafa quebra, o líquido inflamável se espalha e pega fogo, criando uma trilha de chamas.

O que ocorreu, na verdade, provou ainda mais a importância da educação. Um dos líquidos utilizados pelos alunos e professores era o vinagre, que, devido à presença do ácido acético em sua composição, possui pH ácido. Já o gás lacrimogêneo, composto principalmente por cloreto de bencilo ou o cloreto de 2-cloro-benzilideno malonitrilo (CS), possui pH alcalino, altamente irritável quando entra em contato com os olhos e a pele. Quando esses dois compostos reagem, o pH ácido do vinagre neutraliza parcialmente essa irritação.

Além do vinagre, o leite de magnésia também foi utilizado com o mesmo fim, mas para amenizar os efeitos do spray de pimenta. O leite de magnésia é composto por hidróxido de magnésio, uma substância alcalina que quando entra em contato com o spray de pimenta, composto por capsaicina, uma substância ácida, também neutraliza os efeitos de irritação na pele. Uma aula de Química em forma de manifestação.



Quando um país declara estar em estado de guerra, existem duas principais profissões que podem transitar entre ambos os lados da disputa, sem sofrerem ataques: médicos e jornalistas. Nessas ocasiões, são chamados de elementos neutros. Apesar de que o “Massacre do Centro Cívico” não possa ser chamado de guerra, porque, para isso, ambos os lados precisam estar armados, o conflito não poupou nem os elementos neutros.

Luiz Carlos Jesus, repórter cinegrafista da Rede Bandeirantes, foi escalado, junto ao repórter Bruno Henrique, para fazer a cobertura do desdobramento das votações que aconteceriam na Alep. Mas diferente da categoria ligada à educação, seus preparativos foram os rotineiros: chegar na redação às 13 horas, pegar os equipamentos, como câmera, tripé e microfone, e se deslocar com seu colega ao local da pauta. Dos companheiros de profissão, recebeu o mais próximo de um “preparativo” para o que viria a acontecer horas depois:

— Toma cuidado, Jesus. As coisas tão feias lá na Alep.

Todos os presentes no dia do “massacre” sentiam o clima pesado, mas as crenças do que poderia ou não acontecer levaram a preparos distintos. O professor Hermes Leão, presidente da APP-Sindicato em 2015, brinca que não esperava que seria um dia de passeio, mas, até mesmo por inocência, não esperava que a violência seria tamanha.

Quem também compartilhava do mesmo pensamento era Valci Mattos, professora aposentada e secretária dos aposentados na APP. Ela separou um único item para a manifestação: o Estatuto do Idoso. O

livro não estava relacionado diretamente à sua proteção, mas durante o massacre lia trechos dos direitos da pessoa idosa aos policiais, esperançosa de que as palavras seriam suas armas mediante à truculência que a categoria presenciava.

Sua presença no dia era vista pelos companheiros como arriscada, mas Valci não deixou que isso a impedisse de estar presente. Questionada do que a motivava estar ali, ela respondeu com confiança:

— Antes eu, que já tenho uma longa trajetória, do que os mais jovens, que acabaram de começar na profissão — disse a professora, que provou, ao longo do dia 29 de abril de 2015, estar carregada de empatia.

A união da categoria em 2015 foi um fenômeno inédito.

Isaide Joay trabalha no Colégio Estadual Padre Cláudio Morelli há 16 anos. Inicialmente, entrou como auxiliar de limpeza e após alguns anos de casa se tornou merendeira. Em 2015, ela e outras funcionárias do colégio se reuniram para alugar uma van, que passava em cada casa e partia em direção à Alep. Essa rotina se estendeu por duas semanas, em que ela acordava cedo, preparava um lanche para a tarde e, ainda pela manhã, a van passava para buscá-la. No entanto, o dia 29 de abril de 2015 foi a última vez que ela participou das manifestações de 2015 dos servidores públicos paranaenses. O sentimento que o “Massacre do Centro Cívico” causou a Isaide foi de injustiça e esgotamento. As outras manifestações que se desenrolaram após o dia 29 de abril foram pacíficas, em tom de luto, mas ela e diversos outros servidores continuavam sentindo medo.



Foto: Bruno Covello

CAPÍTULO 04

Entre um ônibus e outro, amigos pelo percurso

A memória é como um quarto, que tem um limite de espaço para que, ao mesmo tempo, habitem o dono do cômodo e seus pertences. Quando o dono vê que os objetos, por ora dispensáveis, estão tirando seu conforto por disputarem com ele o espaço, percebe que é a hora de fazer uma limpeza.

Gustavo Fruet (PDT), prefeito de Curitiba entre 2013 e 2016, lembra de ocasiões marcantes do dia 29 de abril de 2015, mas reconhece que os pormenores fugiram do seu alcance.

Logo após o almoço do dia 29, Fruet participava de um evento no Grupo Educacional Opet, uma palestra da qual o tema e os organizadores ele não se recorda, mas lembra com clareza do momento que seu celular tocou e no visor pôde perceber o nome de um dos seus funcionários da prefeitura.

— Gustavo, a manifestação dos professores saiu do controle. Estão forçando a entrada aqui da prefeitura, o que a gente faz? — disse o servidor.

Em 2013, algo parecido havia acontecido nos arredores do Centro Cívico. Os manifestantes, motivados pelo aumento do preço da passagem, programaram uma manifestação que passaria por diversos pontos da cidade. Primeiro, os protestantes circularam pela Boca Maldita, o coração de Curitiba. O lugar recebeu esse nome porque por décadas a região foi tomada por homens que discutiam o desenvolvimento da cidade e o cenário político nacional; e ali falavam mal dos outros. As mulheres, ao acessarem a “Boca” eram assediadas, o que reforçava a expressão “os Bocas Malditas”.

Na ocasião, essa população que buscava a redução do preço da passagem de R\$ 2,85 para R\$ 2,60, de segunda a sábado, e de R\$ 1,50 para R\$ 1, aos domingos, seguiu seu protesto para o Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), importante ponto turístico da cidade, devido ao seu estilo neoclássico, que atrai visitantes para fazerem fotos na escadaria do prédio.



Por fim, o grupo seguiu em direção ao Centro Cívico, deparando-se com uma arquitetura que formava uma espécie de *corredor*, iniciado pelo Palácio Iguaçu e seguido à esquerda pelo Tribunal do Júri, e à direita pela Assembleia Legislativa do Paraná. O final desse corredor é a Prefeitura de Curitiba, que se transformou, durante as manifestações de 2013 no refúgio da população que sofreu repressão policial.

Com essa experiência prévia, Gustavo entendeu que a atitude mais indicada a ser tomada nesse momento deveria ser a de abertura das portas do prédio, com a imediata retirada das mobílias para dar espaço aos servidores públicos. Após essa voz de comando comunicada ainda pelo telefone, o ex-prefeito decidiu que era hora de retornar ao trabalho, para entender a gravidade do que poderia acontecer à população presente na manifestação.



Já no dia 28 de abril de 2015, as ruas em torno à Alep foram bloqueadas pelos policiais, incluindo as vias que davam acesso à prefeitura, o que motivou Gustavo a interceder com o Comandante Geral da PMPR de 2015, Cesar Vinicius Kogut, para que ele aprovasse a liberação de um dos acessos. O pedido foi parcialmente aceito, com metade da rua Papa João XXIII liberada. A via fica na parte detrás da prefeitura.



Foto: Arquivo pessoal Toninho Nascimento

Toninho Nascimento, jornalista da Banda B, entrevistando Gustavo Fruet durante o "Massacre". Na ocasião, os celulares da Rádio descarregaram e ele precisou realizar a entrevista pelo orelhão, antigo equipamento para fazer chamadas de áudio.

Quando finalmente conseguiu chegar no local de trabalho, Fruet foi surpreendido por dois jovens policiais prostrados diante da porta da prefeitura. Mais tarde, o ex-prefeito descobriu que se tratavam de agentes da segurança pública ainda em formação.

Ao verem Fruet, um deles apontou uma arma na cabeça do político, como se não soubessem da autoridade do homem que estava perante eles. Apesar de estarem recebendo ordens a nível estadual, naquele local o comandante era o prefeito, que exigiu respeito.

Passado os instantes de tensão, Fruet percebeu que além do clima de medo instaurado entre os professores e servidores públicos pairava também uma nuvem de nervosismo e apreensão entre os próprios policiais. Alexandre, ex-bombeiro e sociólogo, comenta que a propaganda feita internamente à polícia era a de ódio à categoria ligada à educação, como uma estratégia para que os policiais não desistissem da missão. O que explica também o que o ex-prefeito havia acabado de presenciar.



A manhã que antecedeu ao ataque foi particular para cada manifestante. Simone Incote, professora de Química do Colégio Estadual Padre Cláudio Morelli, no tradicional bairro do Umbará, mora em uma região distante de onde aconteceu o massacre. O percurso de ônibus entre o bairro e o Centro Cívico chega a duas horas.

Umbará não é apenas onde ela reside, é seu local de trabalho, no qual encontra suas amigas para uma tarde de conversa e também ali tem encontros com a sua fé, ao frequentar o Santuário Nossa Senhora do Sagrado

Coração. Carregado de afeto, o bairro foi colonizado em 1880 por imigrantes italianos e poloneses, e logo se tornou um polo de olarias, devido ao solo argiloso da região. Dessa peculiaridade, diz-se, sem comprovação, de que foi popularizada a expressão “um bará”, devido à grande quantidade de barro nos caminhos, o que teria motivado o nome da região.

Após o almoço, Simone pegou o primeiro ônibus, Umbará-Calixto, um clássico “alimentador” alaranjado que leva os *umbaraenses* até o populoso bairro Pinheirinho. Em Curitiba, os ônibus chamados “alimentadores” são aqueles que ligam os terminais de integração aos bairros da região com veículos comuns, de cor alaranjada, com capacidade de 80 passageiros.

Em cada ponto do transporte coletivo, entrava um novo colega de luta; e assim foi por todo o caminho, até chegar no terminal e pegar o último ônibus, o “ligeirinho” Pinheirinho/Cabral, que os deixaria na estação tubo em frente ao Shopping Mueller, mesmo local que horas mais tarde serviu de abrigo para Ângela Machado. Esses ônibus “ligeirinhos” são procurados pelos curitibanos pela capacidade de deslocamento entre longas regiões em pouco tempo. O mais famoso na cidade é o Inter 2, com 13 paradas, entre os Terminais do Capão da Imbuia e Cabral, que estão separados por 7,5 quilômetros. Além dessa característica, os ônibus “ligeirinhos” também só param em estações tubo, que fazem parte do modelo de Transporte Rápido por Ônibus (BRT) da cidade e possuem uma estrutura metálica e circular, com uma cobertura que lembra um tubo ou uma cápsula. Essas estações são exclusivas para o embarque e desembarque de passageiros do sistema de transporte público. Caso o

passageiro tenha confundido o sentido do Inter 2, poderá parar em uma estação como essa, mudar o sentido e não precisará pagar uma nova passagem.

A caminhada de Simone entre o tubo do Shopping Mueller até a Praça Nossa Senhora de Salette é curta, e nesse momento a professora de Química não estava mais sozinha. Os professores se reuniam embaixo das árvores para conversar e aguardar o início da votação, mas para Simone aquele clima não era amistoso como os dos intervalos entre as aulas, quando ela e os colegas se reúnem para descontraí-los. A professora de Química notava a tensão, devido ao número exorbitante de policiais presentes. Cerca de 2,5 mil policiais estavam presentes, segundo dados da APP-Sindicato.

O dia 29 de abril de 2015 é uma data que toca na ferida de diversas pessoas. Simone chorou nos 30 minutos em que conversou com a reportagem sobre o “massacre”. Não foi sua ocupação ou a sua carteira de trabalho que foi desrespeitada, mas suas crenças. Apesar de não lembrar o nome do professor que a apresentou à tabela periódica, ela guarda com carinho a memória do dia em que chegou em casa empolgada com a primeira aula de Química que teve e falou para sua mãe: “Quero ser igual a ele, lembrar todos os elementos químicos e ensinar tão bem”. De certa forma, o dia do massacre mexeu com aquela menina, que acreditava no papel transformador da educação.

Enquanto isso, a professora Ângela deixava seus filhos na escola e partia em direção ao Centro Cívico, junto a sua irmã, que também era professora, e uma amiga. Uma década depois, os percalços da memória se somam, e Ângela lembra que fez todo o seu trajeto, com muita pressa, pois tinha sido informada que para garantir

a entrada à Alep, e acompanhar a votação, ela precisaria chegar antes que a multidão se acumulasse. Apenas 100 pessoas poderiam entrar. Para somar ainda mais a dificuldade, precisaria colocar seu nome em uma lista o quanto antes.

Infelizmente, essa informação foi apenas um boato que circulou entre a categoria, pois, como se provou ao longo da apreciação, nenhum professor teria essa permissão. Isso aconteceu porque desde o dia 25 de abril daquele ano, o governador Beto Richa e o presidente da Alep, o deputado estadual Ademar Traiano, solicitaram um interdito proibitório à Assembleia; e os únicos liberados a entrar no local seriam os dirigentes sindicais da APP-Sindicato, em um número reduzido de representantes. O sindicalista Hermes Leão conta que não recebeu essa permissão como uma oportunidade. Para ele, eram todos os professores ou nenhum e, por isso, decidiu-se entre os dirigentes que fariam sua luta também ao lado de fora da Assembleia, junto ao restante da categoria.

Valci Mattos estava na Praça Nossa Senhora de Salette desde o dia 28 de abril, porque queria garantir que os professores aposentados, que vieram de outras cidades e precisaram ficar acampados, estariam devidamente alimentados, hidratados e seguros. Na madrugada do dia 28 para o dia 29, Curitiba passava por um tempo chuvoso, típico da capital paranaense, o que preocupava Valci, pois todos ali estavam abrigados em barracas.

Assim como Valci, em 2015 Elecy Maria Luvizon também era uma professora aposentada. Durante os quase 30 anos que Elecy se dedicou à educação, tanto para a prefeitura de Araucária, quanto para o estado, também participou ativamente nas greves e manifestações. O

perfil militante da professora resultou em atividades ligadas ao SISMMAR, o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária, especificamente na Secretaria de formação sindical.

Durante a ditadura militar do Brasil, que ocorreu entre 1964 e 1985, Elecy lembra com clareza de quando, ao longo das manifestações, colocava seu rosto próximo ao chão do Centro Cívico para sentir a vibração causada pela marcha dos policiais vindos do bairro Bacacheri, onde se localiza o Batalhão de Operações Aéreas da PM. Ao sentir que a vibração se intensificava, avisava aos colegas que se preparassem, porque os militares estavam cada vez mais próximos.

Além disso, no dia 30 de agosto de 1988, quando o governador da época, Álvaro Dias (PSDB) entrevistou na manifestação dos professores, atacando-os com a cavalaria dos PMs, Elecy estava lá. Recorda dos dias que ficou acampada na Praça Nossa Senhora de Salette e do receio de ser esmagada pelos animais.

Em todas essas participações, Elecy conta que não teve o medo como o sentimento predominante, porque a coragem ultrapassava qualquer uma de suas preocupações. A primeira vez que sentiu medo foi durante o dia 29 de abril de 2015, porque nunca havia experienciado o aumento do arsenal policial como ocorreu durante o “Massacre”.



Foto: Ivonaldo Alexandre



CAPÍTULO 05

“O projeto não passa”

Após o almoço, que marcou a transição entre a missão fracassada de impedir a entrada dos deputados na Assembleia e o início da votação para a transição do fundo financeiro para o Previdenciário, Fabiano Stoiev foi surpreendido com mais um rasante dos helicópteros da PM no acampamento dos professores. Nesse momento, a cena se aproximava de um filme de terror, com os manifestantes correndo risco de vida e segurando as barracas e os pertences. Esses rasantes, assim como o uso de caminhões que emitiam um som ensurdecedor, foram táticas da PM para causar o caos, deixando os grevistas atordoados e com medo.

Desde as primeiras vezes que se reuniram na Praça Nossa Senhora de Salette naquele mês de abril, os professores notaram o aumento gradual de armamentos e da força policial, mas muitos deles compartilhavam a mesma opinião da professora Ângela Machado, de não acreditar no uso integral de todas aquelas munições. Ângela, inclusive, tinha uma leitura histórica interessante das manifestações, devido à profissão de historiadora. Na visão dela, em 2015, por nos encontrarmos em um Estado Democrático de Direito, o governo não utilizaria tudo aquilo que mostrava, e não aquilo não passava de um blefe. Beto Richa mostrava todos os armamentos para que os servidores não se aproximassem.

Ao notar a gravidade do que se formava, Fabiano também teve medo, mas ainda mais do que isso; não queria pôr sua família em risco. Foi nesse momento que seguiu em direção à *linha de frente*, enquanto sua companheira e seus filhos ficaram mais afastados.

Na época, a companheira de Fabiano, Mavie, era professora de Artes, mas veio a desistir da profissão após

algum tempo do “Massacre”. Não lhe fazia mais sentido se dedicar tanto às aulas e não ter o reconhecimento pelo governo. Em 2015 e 2016, a disciplina passou por tentativas de redução ou até perda da obrigatoriedade na grade curricular do Ensino Médio no Paraná, mas com a resistência dos professores, a oferta se manteve. O que fez Mavie desistir da profissão como educadora foi a dificuldade de alcançar as 40 horas de aula, assim como previa o seu padrão. Ela precisava se deslocar entre várias escolas, o que tornou sua rotina muito exaustiva.

Os filhos do casal, Mariana e Henrique, eram alunos de colégios públicos. Abraçaram a luta dos pais, que também seria deles no futuro.

Apesar dos anos que separam esta reportagem do dia 29 de abril de 2015, uma memória permanece na família Stoiev. O namorado da filha do casal, Mariana, tinha asma e bronquite, males que se agravaram com os gases e bombas de efeito moral. Mariana precisou fazer uma escolha: deixar os pais para acompanhar o namorado que não estava bem, ou continuar lá e expor o jovem a ataques mais graves. Diante da possibilidade do segundo cenário se concretizar, Mariana escolheu deixar a Praça Nossa Senhora de Salette, rumo a um local mais seguro. Até hoje ela lembra do “Massacre” com remorso por ter “abandonado” a luta de seus pais.

O cinegrafista Luiz Carlos Jesus, no entanto, não pôde escolher. Em dias como aquele as emissoras de TV garantem seu pico de audiência. Como funcionário da emissora Bandeirantes, teve sua função dividida entre gravar algumas imagens externas antes do “Massacre” começar, e também registrar o interior da Assembleia, pois a imprensa tinha credenciamento para acessar o

local. Uma das técnicas utilizadas no dia foi a de gravação em plano sequência, em que a câmera grava uma única cena contínua, sem cortes.

Ao escutarem barulhos se intensificando, Jesus e Bruno Henrique, repórter da Bandeirantes, retornaram à área externa, onde se concentravam os demais jornalistas. Enquanto Bruno informava como o ambiente estava, o presidente da Assembleia, Ademar Traiano, suspendeu a sessão por 10 minutos, para que os deputados da oposição fossem até a praça e pedissem calma aos manifestantes e aos policiais. Quando o deputado ambientalista e agrônomo Rasca Rodrigues (PV) descia a rampa da Assembleia, um dos cachorros da Polícia Militar se solta da coleira.

As cenas que acontecem em seguida são separadas por segundos. O cachorro, agora solto, avança em direção ao deputado. Na tentativa de se defender, Rasca coloca o braço na altura do rosto, mas a manobra foi falha, e mesmo assim o cachorro morde a mão do deputado.

Ao mesmo instante, outro policial tenta ajudar, mas, por descuido, perde o controle do pitbull que estava na sua responsabilidade. O outro cachorro, que estava no controle do policial que tentou ajudar Rasca, devido aos estímulos sonoros que causam estresse, viu Jesus como um inimigo e mordeu a parte inferior da perna do cinegrafista. Por instinto de jornalista, Jesus continua gravando a cena em que o pitbull o atacava, até mesmo porque na adrenalina do momento a dor demora a aparecer.



Foto: Arquivo pessoal Luiz Carlos Jesus



Foto: Arquivo pessoal Luiz Carlos Jesus

Nas gravações dos acidentes consecutivos, está registrado o desespero dos colegas ao verem a gravidade do problema, pois assim que pegaram a câmera de Jesus e pediram que ele se sentasse, o cinegrafista transparecia nas suas expressões a dor que até então não havia aparecido. Passados esses segundos que Jesus ficou sentado na rampa, foi levado às pressas até a enfermaria da Alep, carregado pelos demais jornalistas.

O médico que atendeu Jesus, vendo a gravidade do que aconteceu, alertou que se o cachorro tivesse atacado a 3 centímetros de distância de onde foi a mordida, o destino do repórter cinematográfico seria diferente. Isso acontece porque nessa distância está a artéria femoral, o principal vaso sanguíneo que irriga o membro inferior, sendo a segunda maior artéria do corpo humano. Caso fosse atingida, o acidente teria levado Jesus a óbito.

O jornalista também não pôde levar pontos, porque como explicou o médico, em alguns casos de ferimentos causados pela mordida animal, a sutura poderia aprisionar as bactérias presentes na saliva do cachorro, o que aumentaria o risco de infecção. Naquele caso, o tratamento recomendado foi uma boa limpeza da ferida e deixá-la aberta para cicatrizar ao ar, mas mesmo assim a infecção aconteceu.

Assim como Jesus, Rasca também teve ferimentos, mas como foram mais leves, o deputado foi atendido no local pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e em seguida decidiu ficar na votação, para tentar intermediar um diálogo entre os professores e os demais deputados.

Nesse mesmo local, Ângela pensava em uma tática diferente para acessar a Assembleia, o que a levou a

pular a grade que impedia a passagem dos manifestantes. A professora lembra com clareza do seu ímpeto naquele momento: pularia as grades e se deslocaria para o interior da Alep. Esqueceu que além dos cordões humanos que estavam articulados entre as ruas do Centro Cívico, a força policial se dividia também em cada entrada dos prédios que poderiam dar acesso à Alep.

Quando estava quase em frente a um dos portões da Assembleia, um policial pegou Ângela pelos braços e a levou até um ônibus próximo ao Palácio Iguaçu, onde eles estavam deixando alguns manifestantes que, na visão da segurança pública, estavam causando problemas. Por um despreparo policial e uma missão arquitetada com falhas, eles não sabiam o que fazer ao certo com esses professores. Resolveram apenas deixá-los neste ônibus e voltarem à *linha de combate*. Sozinha, Ângela resolveu fugir e voltar à manifestação, junto aos seus companheiros.

Após dar a volta no cordão humano, a professora de História ficou próxima à rotatória da Prefeitura. Fabiano, ao longo do caminho até a *linha de frente*, escutava os dirigentes sindicais anunciando os votos de cada deputado e percebia os diferentes grupos que compunham a luta. Com os colegas que encontrou ao decorrer desta caminhada, o dirigente sindical se posicionou perto do portão do Tribunal da Justiça, próximo também a um tubo de ônibus. Como ele ainda não havia colocado seus apetrechos de segurança, viu o tubo como uma oportunidade segura para colocá-los sem correr o risco de tomar um tiro por desatenção.

Nesse fragmento de tempo, José Reinaldo Antunes Carneiro, professor que se deslocou da cidade

de Telêmaco Borba, nos Campos Gerais, até Curitiba para acompanhar a decisão, ouviu a frase que aguardava com ansiedade ser dita pelos sindicalistas: “O projeto não passa”. A chave secreta que foi combinada anteriormente deu início ao tensionamento da barreira humana, formada pelos policiais, que, por sua vez, também reagiram.

A alguns metros de distância, Fabiano e seus colegas também iniciaram a tentativa de derrubar o portão do Poder Judiciário, a fim de que pudessem entrar na Alep, que fica exatamente ao lado do Tribunal. Ao seu lado, o dirigente escutou seu amigo Eyrimar Bortot ser agredido por um policial, que desferiu um golpe de cassetete contra a mandíbula do professor de Sociologia e Policial Civil. Como estavam um do lado do outro, Fabiano lembra com clareza o barulho estrondoso do golpe que também deixou um dente quebrado a Eyrimar. Simultaneamente, uma bomba de efeito moral atingiu Fabiano, deixando-o desestabilizado por alguns instantes.

Uma peculiaridade do “Massacre do Centro Cívico”, quando comparado com as demais manifestações que Curitiba já experienciou, tem relação com o condicionamento físico da categoria. Em geral, quando uma repressão policial é arquitetada, é comum que os protestantes sigam o instinto de fuga do perigo. No entanto, no dia 29 de abril de 2015, o que se percebeu foi um movimento de enfrentamento e recuo.

Caso um drone tivesse sido utilizado para a gravação do ataque, ficaria perceptível que, quando os policiais jogavam um número considerável de bombas nos professores, a categoria recuava, mas, logo em seguida, recuperada da tentativa de repressão, voltava a enfrentar a PM. O caso do Fabiano não foi diferente. Essa

não tinha sido a primeira manifestação que presenciou. Sabia os procedimentos que precisava tomar: afastar-se, caminhar lentamente e aguardar em um local distante até que os efeitos fossem reduzidos, de maneira gradual.

Em diversas conversas com os professores que estavam presentes no dia 29 de abril, um fenômeno associado à adrenalina se repetiu. Quando se está na *linha de frente*, a enzima dispersa a atenção dos barulhos de tiros e bombas. É evidente que eles ainda são escutados e sentidos, mas o instinto de fuga se sobrepõe em relação às demais preocupações. No entanto, quando Fabiano sentou em um meio-fio para se recuperar da bomba jogada próxima a ele, os sons se tornaram mais evidentes, pois estava em um local mais seguro. A partir de então, foi recuperando sua consciência e percebendo que não poderia deixar seus companheiros na mão. Decidiu retornar ao local mais crítico do "Massacre".

Nesse retorno, Stoiev via pessoas correndo e gritando, gente socorrendo os feridos e outras sendo atingidas por policiais. Diante do caos, Fabiano se perguntou qual seria o seu propósito no momento, uma vez que ele parecia tão pequeno quando comparado ao tamanho da força policial. Foi nesse instante que ele viu uma bandeira da APP-Sindicato um pouco adiante de onde ele estava. Os relógios marcavam 16 horas.

O ano de 2015 foi o seu primeiro mandato como dirigente sindical, e a eleição que colocou seu grupo na direção do Curitiba-Norte ainda era recente. A experiência era pouca, mas a vontade de representar o coletivo falou mais alto, Stoiev correu em direção à bandeira que estava no chão. Vários outros movimentos tinham suas bandeiras, mas a única da APP estava no

chão, provavelmente perdida por alguém que fugia para um local seguro.

Munido de seu instrumento de representação da entidade, Fabiano seguiu adiante no enfrentamento, mas neste momento a truculência policial também aumentou, pois contavam com um novo elemento: os jatos d’água vindos de um caminhão. Atordoados com a nova informação, o professor foi atingido por um estilhaço de bomba, que lhe acertou na perna. Simultaneamente, os policiais outra vez jogaram uma bomba ao lado dele. Ao girar o corpo para fugir da munição, sentiu uma bala de borracha atingi-lo em uma região que ele não havia protegido, a lateral do abdômen.



Foto: Henry Milléo

Mesmo que se tratasse de uma bala de borracha, que tem o objetivo de preservar vidas em confrontos como esse, o abdômen é uma das regiões mais sensíveis quando é alvo de um ferimento. Paralisado pela dor, ele via diante de si outros professores passando pelo mesmo sofrimento. Um professor passou em frente aos policiais e foi atingido por tiros consecutivos, até mesmo quando se deitou de bruços, em uma posição que mostrava sua fragilidade. Mas os policiais continuaram atirando.

Valci Mattos, que em 2015 já estava há dez anos aposentada, ficou próxima ao local onde estavam os vendedores ambulantes. A idade nunca foi um empecilho para que deixasse as manifestações de lado. A do 29 de abril não foi diferente. Na metade da votação, estava um pouco tonta pela quantidade de gás lacrimogêneo que havia respirado. Resolveu ir até à prefeitura, para passar um pouco de vinagre no rosto e só depois retornar ao conflito. Nessa volta, viu que um dos professores na *linha de frente* era cadeirante.



Foto: Joka Madruga

Apesar de os policiais tentarem poupá-lo devido à deficiência, ainda era um local de risco, porque por um descuido alguma bala perdida poderia atingi-lo. Preocupada com o que poderia acontecer a ele, Valci correu em direção ao manifestante, mas no meio dessa atitude generosa, uma bala de borracha a acertou na parte de trás do joelho.

A dor foi instantânea, o que causou desespero nos outros dirigentes sindicais, porque desde o início tinham muito medo do que poderia acontecer a Valci. Carregaram a professora até um dos carros da APP-Sindicato e saíram buzinando nas ruas em que passavam, pedindo preferência entre os carros.

— Calma. Não precisa correr tanto assim. Se o tiro tivesse atingido uma artéria, eu estaria inconsciente. Não é nada tão grave — tranquilizava Valci, que estava com medo que a rapidez do motorista causasse um acidente de trânsito.

Ao chegar no Hospital do Trabalhador, fez os pontos com tranquilidade, mas foi alertada pela sua geriatra que por alguns centímetros o destino da professora aposentada poderia ser outro. Ela e Jesus contaram com sorte.

Valci precisou deixar a manifestação assim que foi atingida, mas enquanto recebia os cuidados necessários, na manifestação, os policiais encontraram um novo alvo: um grupo de estudantes universitários que se protegiam com um tapume.

Por causa desse objeto, os estudantes conseguiam ter acesso às regiões mais próximas da *linha de frente*. Foi

quando uma tropa saiu do pátio do prédio do Tribunal de Justiça, passou pelo portão e cercou os jovens. Junto deles estava um dirigente sindical de Maringá, que foi outro alvo de ataque do momento. PMs jogaram o professor no chão e começaram a desferir golpes contra ele. Os jovens foram retirados de caminhão do local.



Foto: Joka Madruga

Para Fabiano, essa operação de levar os estudantes do local foi uma maneira de conseguir colher provas favoráveis aos PMs, ou seja, se os alunos estavam com um tapume, seria um indicativo de que tinham uma “arma” para se defender. Um jogo injusto quando comparado com a quantidade de arsenal que a polícia tinha ao seu alcance.

Separados por alguns metros de distância, Fabiano e José Reinaldo passaram por situações parecidas. O grupo de estudantes que estava próximo a José estava equipado com tampas de panela, que, assim como o outro grupo citado por Fabiano, trouxe esses instrumentos para fazerem uma espécie de “barreira”, caso uma bala fosse atirada na direção onde estavam.

No entanto, as tampas eram menos efetivas que o tapume, e em determinado momento os jovens se viram encurralados pelos policiais. Ao ver o desespero dos alunos, José encontrou um madeirite jogado no chão, e chamou um colega para ajudá-lo a tirar os jovens daquela zona de risco. Em um descuido, e também prezando pelo bem-estar dos estudantes, José virou de costas para que eles pudessem passar, e foi nesse momento que foi atingido por uma bala de borracha na nádega.

Com a adrenalina da operação improvisada para o resgate dos universitários, ele não percebeu que havia sido baleado. Apenas horas depois, quando entrou no ônibus para retornar a Telêmaco Borba, sentiu um desconforto ao sentar no banco. Os colegas, tomados pelo desespero, também não perceberam antes o ferimento de José, apenas quando ele citou o desconforto foi avisado que a dor vinha de uma bala alojada em seu corpo.



O fotojornalista Henry Milléo, que então trabalhava na *Gazeta do Povo* havia 20 anos, estava desde cedo cobrindo a manifestação dos servidores públicos. Nesse tempo todo de jornal, cobriu manifestações. Tinha experiência com esse tipo de evento e concluíra diversos cursos oferecidos pela PM, a respeito de como são planejados os enfrentamentos em situações de distúrbio

civil. Em um desses cursos, os policiais afirmaram que a tática comum é mirar balas de borracha para o chão, para que quando retornarem ao ar, encontrem apenas os pés e as pernas de manifestantes. Mas não foi isso que ocorreu no dia 29 de abril de 2015: até hoje são divulgadas as fotos de professores e servidores atingidos no rosto e em áreas vitais.

O horário de trabalho de Milléo era no período da manhã, mas como acompanhou todos os outros dias dessa manifestação, sugeriu ao seu editor que ficasse também no período da tarde, uma prática comum à profissão, quando um fotógrafo está habituado à pauta. Ao longo do conflito, perdeu a conta de quantas balas de borracha o atingiram. Com um amigo, chegou a comparar a situação a andar em uma piscina, porque em função da água, os movimentos ficam limitados. Era como se a todo momento ele tentasse ir para um local mais seguro, e esse local se tornasse ainda mais difícil de ser alcançado.

Assim que se deparou com um cinegrafista desmaiado na praça por causa de uma bala na cabeça, Henry foi em direção ao ferido para tirar uma foto. Agachado, para ficar na altura do cinegrafista, Milléo foi atingido por uma bomba de efeito moral. A bomba atingiu seu pulso direito e a lateral direita do seu corpo, mas como ele já estava acostumado com essas ocorrências, porque aquela não era a primeira manifestação que cobria, sua primeira atitude foi correr atrás de um carro para se acalmar.

Durante o “Massacre do Centro Cívico”, Henry não teve coragem de olhar a gravidade do ferimento. Ele constatou que suas roupas estavam queimadas, mas seu equipamento continuava íntegro. Concluiu que o balanço

era positiva para retornar ao conflito e para a zona de perigo.

Ângela não chegou a ser atingida por balas ou estilhaços. Apesar de ter feito parte do grupo que liderou a frente de combate, quando viu que vários professores próximos a ela estavam feridos, preferiu se abrigar no tubo de ônibus próximo ao Shopping Mueller. Nesse tubo, estava acompanhada de diversos outros manifestantes, e todos estavam deitados para evitar as balas e a inalação dos gases de efeito moral.

Um dos gases lacrimogêneo mais utilizados em confrontos como esse é composto pela molécula Ortocloro-benzilideno Malononitrila (CS), formado por um anel benzênico (um anel de seis carbonos), ligado a um grupo cloro (Cl) e a um grupo funcional que contém duas unidades de ciano ($-C\equiv N$). O ar é composto principalmente por nitrogênio (N_2) e oxigênio (O_2), com massas moleculares médias em torno de 28 g/mol e 32 g/mol, respectivamente. O CS tem uma massa molecular em torno de 174 g/mol. Apesar de ser mais pesado que o ar, o CS é um composto volátil, o que significa que pode facilmente evaporar e se dispersar no ar.

Essa é uma das explicações para que, em situações como a do "Massacre do Centro Cívico", o indicado é que os indivíduos fiquem deitados no chão. No entanto, nem mesmo demonstrando fragilidade, os policiais deixaram os professores se dispersarem.

Ângela lembra de quando dois policiais entraram no tubo - como é chamada a conhecida estação de ônibus em acrílico usada em Curitiba - e ficaram em pé diante dela. Olhando de baixo, a impressão que teve era a de que esses homens eram gigantes. Provavelmente, se

estivesse de pé, ela teria a mesma sensação, já que Ângela é uma mulher de estatura baixa, com aproximadamente 1,50 metro.

A voz de comando dos oficiais era a de que ela levantasse, e quando obedeceu, pegaram-na pelos braços novamente e a mandaram correr. Nesse momento, ela se vira em direção a eles e diz, com lágrimas nos olhos:

— Vocês não precisam me bater, eu sou tão trabalhadora quanto vocês. Eu estou apenas buscando meus direitos. Por que vocês estão fazendo isso com a gente?

A coragem para direcionar essas palavras que soariam provocadoras aos PMs veio das câmeras de TV que estavam direcionadas a ela nesse momento. Ao contrário do que imaginava, não foi o bastante para que eles se compadecessem com Ângela. Mandaram, novamente, que ela corresse.

Correndo, percebeu que os policiais não chegaram a responder à pergunta que havia feito. Ea se ajoelha e clama:

— Nós não temos nada nas mãos, nós não oferecemos risco ou perigo nenhum a vocês. O que mais vocês querem da gente?

Essa foi a situação que motivou as fotos do repórter Daniel Castellano, da *Gazeta do Povo*. As imagens tornaram Ângela uma figura muito representativa na luta pela educação: a professora prostrada de joelhos em frente à Tropa de Choque. O que permanece na memória da historiadora são esses momentos em que

dialogou com os representantes da segurança pública paranaense. Compara essa situação aos partos dos três filhos, memórias nítidas que guarda e, provavelmente, levará consigo por toda a vida.



Foto: Daniel Castellano

Assim como Ângela, Elecy também não foi atingida pelos policiais. Ainda jovem, a professora aposentada lembra de uma manifestação do Centro Cívico em que correu para a parte de trás da prefeitura, pouco habitada, e se escondeu entre os declives do terreno cheio de árvores. Dessa vez, no entanto, os anos contribuíram para o crescimento da cidade, e o terreno livre já estava tomado por comércios.

Como segunda alternativa, ela e sua amiga Isabel, professora de Matemática do estado, correram para a Lanchonete Montesquieu, na rua Papa João XXIII,

atrás da Prefeitura. Não foram as únicas a terem essa ideia, uma vez que o estabelecimento estava cheio de pessoas acolhidas pelo dono, que gentilmente chamava os professores para se esconderem atrás dos balcões.

Quando os sons deixaram de ser tão intensos, Elecy e Isabel resolveram voltar para a zona de risco, e se depararam com vários manifestantes deitados no chão. De início, ela correu para mais perto deles, achando que estavam deitados porque tinham sido assassinados. A única sensação possível naquele fragmento de tempo foi a de um aperto no peito, porque o que ela previu no começo do conflito, que seria um dia e tanto, parecia ter se concretizado. Logo foi avisada que estavam deitados em forma de protesto, o que a acalmou por alguns instantes.

Com o fim da votação na Assembleia Legislativa do Paraná, o acúmulo de pessoas também diminuía. Ângela lembrou que durante as horas do “Massacre” não comeu, não bebeu água e nem teve vontade de ir ao banheiro. O único ímpeto que sentia era o de presar pela sua vida, mas quando acabou, sentiu todas essas necessidades fisiológicas de uma única vez, acompanhadas de uma dor de cabeça que nunca havia sentido.

Durante todo o “Massacre”, Ângela ficou sozinha. O plano, na verdade, era apenas pegar algumas informações com as amigas do sindicato e retornar ao lado da irmã, que também é professora e estava presente na luta. No entanto, os planos mudavam a cada passo que dava, e só foi reencontrar a irmã e as amigas quando a situação se amenizou. Ao retornarem para casa juntas, estavam sem palavras para o que acabaram de vivenciar. Atualizavam uma à outra sobre o que tinham vivido.

Fabiano guarda na lembrança a presença do ex-governador e ex-prefeito de Curitiba Roberto Requião, senador da República pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Gleisi Hoffmann, senadora da República entre 2011 e 2019, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e se reelegeu como senadora entre 2019 até o presente. Requião e Gleisi chegaram no local um pouco antes da votação acabar e clamavam pelo fim da brutalidade policial. No entanto, com o fim da votação, as coisas realmente se acalmaram, pois a decisão já havia sido tomada, e parte do *pacotão*, aprovado.

O que restava no local eram os fragmentos de bombas, a grama da Praça Nossa Senhora de Salette totalmente pisoteada e os objetos pessoais dos manifestantes perdidos ao longo do caminho. Fabiano, apesar de nada mais poder ser feito, não conseguia ir para casa. Vagou entre o Centro Cívico, até chegar à prefeitura, para ver se todos os amigos que foram atingidos agora estavam bem.

Encontrou Walkíria Olegário Mazeto, professora de Geografia e presidente da APP-Sindicato em 2024. Politicamente, ambos se encontravam em vertentes distintas na luta sindical, mas a oposição se dissolveu quando se encontraram. O primeiro impulso desse encontro foi um abraço, porque em momentos como esse, assim como diz Fabiano, *a gente precisa de um abraço*.

Durante a conversa com o professor de História, que chegou a 1 hora e meia, a impressão dada à reportagem era a de que ele estava habituado a contar o que viveu naquele 29 de abril. Apesar da tristeza no olhar durante todo o encontro, Stoiev se manteve tranquilo em compartilhar um episódio traumático da vida como educador. Mas, ao

lembrar do abraço com Walkíria, Fabiano não conteve a emoção. Foi como se nesse momento ele se lembrasse da sensação de injustiça que sentiu ao final daquele dia. À pergunta “se houve uma conversa após o abraço”, respondeu:

— Só o abraço foi necessário.

Fabiano sorriu.



Foto: Bruno Covello

CAPÍTULO 06

O que fica após o “Massacre”

Foram dez anos de silêncio por parte do ex-governador Beto Richa, sem uma declaração que trouxesse o mais próximo de um sentimento de compaixão. Mas, pela primeira vez, o político pede desculpas e lamenta o que ocorreu no dia 29 de abril de 2015. O então secretário de Segurança Pública do estado, Fernando Francischini, não atendeu nenhuma das ligações e não respondeu às tentativas de contato por intermédio de seu antigo assessor de imprensa.



Foto: Daniel Castellano

Após o “Massacre do Centro Cívico”, Richa alegou que o estopim do ataque policial ocorreu por causa de infiltrados na manifestação, nomeados por ele como black blocs, numa alusão aos mascarados das manifestações de 2013. Apesar de manter essa opinião, Beto Richa reconhece a crueldade imposta aos professores e demais servidores públicos paranaenses. Em entrevista mediada pelo seu assessor, o jornalista Flávio Costa, por intermédio de um documento do Google, Richa declara que todo aquele dia foi desnecessário, pois o ParanaPrevidência tinha um patrimônio, em investimentos, de R\$7 bilhões e, em 2024, o saldo supera R\$10 bilhões. Dessa posição, ele conclui que a nova previdência não causou atrasos ou inadimplências no pagamento das aposentadorias dos servidores públicos.

Desde a data em que o PL 18.469/2015 foi aprovado se passaram 10 anos. Segundo o consultor Renato Follador, um dos idealizadores da Parana Previdência, criada em 1998, em uma previsão solicitada pela *Gazeta do Povo*, a vida útil da ParanaPrevidência caiu para 20 anos com a reforma de Richa.

O primeiro Projeto de Lei que o Beto Richa enviou para a Assembleia Legislativa extinguiu o Fundo de Previdência, que resultaria na retirada dos R\$7 bilhões da conta da ParanaPrevidência, que seriam mandados para a conta do Tesouro do Estado. Nessa primeira medida, Richa dizia que iria administrar, e continuar pagando as aposentadorias e as pensões.

Assim que os professores e demais servidores públicos tomaram conhecimento dessa decisão do governador, fizeram o levante e o início da greve. No dia 12 de fevereiro, ao notar a insatisfação do povo, Richa retirou

este Projeto de Lei, e criou um novo, que foi enviado à Alep para aprovação no dia 29 de abril.

Neste novo projeto, 33 mil pessoas com idade acima de 73 anos que estavam no Fundo Financeiro, que é o tesouro do Estado que paga os benefícios, foram migrados para o Fundo Previdenciário, no qual estavam os R\$7 bilhões, citados por Richa em entrevista para essa reportagem. O Fundo de Previdência passa a perder R\$1 bilhão ano a ano, porque paga, além dos beneficiários que ela já tinha, mais 33 mil pessoas.

A Previdência se capitalizou ao longo desses anos, porque as pessoas faleceram, entraram mais servidores, os aposentados passaram a pagar mais e as aposentadorias hoje são menores por conta das reformas. Diversos fatores contribuíram para que o Fundo Previdenciário retomasse o seu crescimento.

De fato, assim como Richa citou, em 2024, no Fundo Previdenciário tem-se R\$10 bilhões, mas pelos cálculos da APP-Sindicato, se a migração não tivesse ocorrido, o Fundo Previdenciário poderia ter mais de R\$20 bilhões. A advogada Marlei Fernandes, secretária de Assuntos Jurídicos da APP-Sindicato, adiciona que os problemas de 2015 até 2024 não se resumem ao pagamento ou não dos benefícios. Para Marlei, as mudanças previdenciárias diminuíram os valores, aumentaram as contribuições e as pessoas se aposentam com mais idade e com um salário muito baixo.

A impressão que resta sobre os desdobramentos do dia 29 de abril de 2015 é a de que os políticos, secretários e parlamentares jogavam a “batata quente” de um lado para outro. Richa afirmou que o planejamento da missão foi de responsabilidade do presidente do

Poder Legislativo, Ademar Traiano, e do secretário da segurança pública, Fernando Francischini, e que o Governo do Estado apenas atendeu à ordem judicial para fornecer os meios para garantir a segurança no entorno da Assembleia Legislativa, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública. O ex-secretário, por sua vez, disse à imprensa que não sabia da dimensão que a missão tomaria, uma vez que foi planejada pelo comando da PM.

Ao longo dos anos se provou que todos estiveram envolvidos.



Curitiba tem muitos elementos em comum com outras cidades pelo Brasil. A Praça Nossa Senhora de Salette, por exemplo, pode ser comparada à Praça dos Três Poderes, que fica em Brasília. Nessa praça da capital do país, encontra-se o Palácio do Planalto, que é a sede do Poder Executivo, onde o Presidente da República realiza suas atividades; o Congresso Nacional, a sede do Poder Legislativo, onde se encontram as duas casas do Congresso: o Senado e a Câmara dos Deputados, construção famosa por suas cúpulas, uma côncava e outra convexa; e o Supremo Tribunal Federal (STF), a sede do Poder Judiciário, no qual são julgadas questões constitucionais. Os dois locais, em Curitiba e Brasília, são cercados por construções que expressam a identidade e a cultura política de suas regiões.

Apesar da vida política estar em destaque no Centro Cívico, a vida comum também acontece em seu entorno. No bairro, há locais de lazer, trabalhos de outras origens e prédios residenciais. Nesse ponto de vista, um aspecto que deve ser levado em consideração é a presença do CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) do Centro Cívico, que fica ao lado da Praça Nossa Senhora de Salette.



Foto: Henry Milléo

Durante o “Massacre”, as crianças estavam em aula, uma vez que apenas os colégios ligados ao estado estavam em greve. Como o CMEI é da prefeitura, seguia normalmente suas atividades. Mas nem mesmo as crianças conseguiram ser protegidas das bombas de efeito moral, e tiveram que ser retiradas às pressas para que nada de grave acontecesse. Em declaração à imprensa, Beto Richa disse que não tinha controle do vento que levava fumaça ao CMEI, e que se ausentava dessa culpa.

Na manhã seguinte ao “Massacre”, Ângela acordou com a sensação de ter ido a um velório. Um ano antes do ocorrido, havia perdido um sobrinho para um câncer, e passou por um período de luto complicado desde a partida. O trauma fez com que ela enxergasse a vida

através de uma ótica cinzenta, o que a motivou a excluir grande parte dos seus amigos do Facebook, a rede social em ascensão da época.

Por um ano, manteve-se apenas com 20 conexões no aplicativo, conversando e compartilhando fragmentos da vida com pessoas realmente próximas. Após o “Massacre do Centro Cívico”, dada a popularização das fotos tiradas pelo fotógrafo Daniel Castellano, o número de novos amigos no Facebook aumentou progressivamente e, junto a essas novas solicitações, surgiram também mensagens, ora de apoio à professora, ora de julgamento. Nessa segunda categoria, as pessoas diziam que ela “pediu” por ter passado por aquilo, já que como é mãe de três filhos, deveria ter ficado em casa.

O 29 de abril de 2015 foi um divisor de águas na vida de Ângela. A partir de então ela percebeu que precisava participar de uma militância organizada. Ser apenas uma professora de base que buscava pelos seus direitos não era mais suficiente para ela. Nessa busca por um movimento que a representasse, encontrou o Juntas, coletivo feminista anticapitalista e antirracista que atua em universidades, escolas, movimentos sociais, sindicatos e cidades por todo Brasil.

Como consequência desse novo posicionamento, partidos políticos começaram a procurá-la para uma possível candidatura, mas ela tinha objetivos rígidos quanto a essa escolha, e decidiu se filiar ao PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, que defende o socialismo democrático e a esquerda ampla. Desde então, foram duas candidaturas como vereadora, uma como governadora e, em 2024, foi eleita a primeira candidata do PSOL em Curitiba, como vereadora.

Valci Mattos, professora aposentada desde 2003, passou por maus momentos após o “Massacre do Centro Cívico”. Foram alguns meses realizando sessões de terapia, porque segundo ela, a voz de Traiano, o presidente da Assembleia em 2015, não saía da cabeça dela.

Hoje em dia, ela se dedica à produção de um livro sobre a Guerra do Contestado, conflito que aconteceu entre 1912 e 1916, nos estados do Paraná e Santa Catarina. A guerra surgiu em um contexto de grande exploração econômica na região, impulsionada pela construção de ferrovias e pela expansão da cultura do erva-mate e do pinus. Muitas terras que pertenciam a pequenos agricultores e comunidades foram desapropriadas para dar lugar a grandes empresas, como a Companhia do Caminho de Ferro, o que gerou ressentimento entre os camponeses.

Liderados por um messias, o José Maria, esses pequenos agricultores planejaram um movimento de reação à desapropriação da região, mas a guerra, que durou quatro anos, teve um saldo negativo considerável de mortes de civis, o que enfraqueceu o movimento.

Apesar do dia 29 de abril de 2015 não ter um saldo positivo para a previdência, não foram todas as medidas do pacote proposto por Beto Richa que passaram por aprovação. O reajuste salarial dos professores foi acordado em 5%, para aplicação no ano seguinte, em 2016. A proposta exigida pelos professores era de 8,17%, mas o estágio de desgaste após a greve colaborou para que aceitassem.

Um ganho considerável dessa luta foi a união da categoria em prol de avanços da educação, até porque as medidas não afetam apenas o salário e a previdência dos servidores, afetava também o recurso disponível às escolas.

As assembleias de votação dos professores reuniam mais de 10 mil pessoas e foram realizadas em locais de grande capacidade de público, como estádios do Paraná Clube e do Coritiba. Em Guarapuava, no Terceiro Planalto paranaense, onde ocorreu a decisão de que a greve retornaria em abril de 2015, parte dos professores precisaram se deslocar para o estacionamento da quadra que havia sido locada, porque o público foi acima do previsto. Muitas propostas foram evitadas pela força do povo, no entanto, a partir dali, o que se viu foi uma derrocada da união da categoria.

Em 2016, com as reformas no ensino médio propostas pelo governo de Michel Temer (PMDB), por meio da [Medida Provisória \(MP\) 746/2016](#), diversos alunos ocuparam escolas pelo Paraná. Nessa proposta de Temer, as disciplinas de Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física deixariam de ser obrigatórias, e o ensino médio passaria a ser integral, uma ideia que parece ser progressista, mas esconde a falta de orçamento que as escolas enfrentavam, o tecnicismo e a evasão escolar provocada por esse modelo.

As pautas, por si só, causaram revolta, mas a forma como entraram em votação foi ainda mais problemático, uma vez que não abriam debate público. Esse curto tempo de votação acontece porque a Medida Provisória, ao ser

editada, tem um prazo de validade de 60 dias, que pode ser prorrogado por mais 60 dias. Se não for aprovada dentro desse período, perde sua eficácia e deixa de ter força de lei.

Fabiano Stoiev usa essa situação como exemplo para explicar que, logo após 2015, os educadores passaram a se dividir, ou *polarizar*, as opiniões sobre as pautas ligadas ao ensino. Nessa ocasião, alguns professores apoiaram o movimento estudantil, enquanto outros tinham discursos incriminatórios da luta destes alunos. Essa polarização é muito benéfica ao governo, porque assim, quando projetos de lei entrarem em votação novamente, a categoria entrará em discussão interna e não organizará manifestações fortes como a de 2015.

As Reformas do Ensino Médio, que foram iniciadas em 2016, deram espaço também ao projeto de Privatização das Escolas do Paraná, planejado pelo governador Ratinho Junior (PSDB), no qual o estado doa a gestão de 204 escolas para empresas lucrarem com a educação.

Um aluno da rede estadual custa para o governo R\$8; enquanto para as empresas ele custará R\$800. O porém, no entanto, é de que esses R\$800 por aluno serão disponibilizados às empresas pelo próprio governo, com repasse do dinheiro de cofre público. O critério para fazer a escolha das escolas que terão essa alteração se dá por meio do Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é calculado por meio da taxa de aprovação dos alunos e também pelas médias das notas de Língua Portuguesa e Matemática. Ou seja, as empresas só irão escolher as escolas com melhores Ideb's para fazerem o investimento.

Em outras palavras, os empresários utilizaram um índice que discrimina escolas que possuem alunos com dificuldade de aprendizado e que precisam trabalhar além de estudar, porque são esses estudantes que “diminuem” o Ideb. Assim como pontua a APP-Sindicato, na reportagem “Governo Ratinho Jr. admite ‘esforço’ para criar condições que darão lucro às empresas com a privatização de escolas”, os idealizadores do projeto assumem que investirão apenas em escolas modelo, e não naquelas que realmente precisam de orçamento para apresentarem melhorias.

Em 2015, as alterações que o Beto Richa propôs ao estado foram chamadas de “pacotaço” e “tratoraço”. Em 2024, elas ainda seguem um padrão: privatização, militarização, plataformização e terceirização.

A escola estadual do início dos anos 2000 não é mais a mesma. Ao entrar no portão, a sua primeira percepção será a presença de policiais controlando as escolas, para conter a “má disciplina” dos alunos. Em seguida, ao chegar em sala de aula, vê-se que todos os alunos precisam cumprir uma série de atividades estabelecidas pelo governo nas plataformas “Inglês Paraná”, “Leia Paraná”, “Redação Paraná”, “Desafio Paraná”, entre outras, que tiram a autonomia do professor. Na hora do recreio, quem faz a merenda não é mais a funcionária que precisou passar por concurso público. As cantinas são terceirizadas.

Do ponto de vista pessoal, Fabiano destaca uma desvantagem que o dia 29 de abril de 2015 trouxe à sua vida. Quando se segue uma rotina, é mais fácil ter controle sobre outros aspectos do dia a dia, como a alimentação. Em meio à greve, tudo se tornou atípico,

porque ele assumiu um cargo sindical, e as atividades relacionadas às manifestações seguiam novos padrões a cada dia. Como resultado, o professor de História ganhou peso e também descobriu a pressão alta.

Fabiano não foi o único que, em meio à paranoia de perseguição que circulava no acampamento dos professores, desenvolveu um nível anormal de ansiedade. Como tudo no corpo humano funciona de maneira conectada, é possível encontrar uma relação entre o distúrbio psicológico e a pressão alta.

A ansiedade ativa o sistema nervoso simpático, que é responsável por preparar o corpo para a resposta de “luta ou fuga”. Tal processo pode aumentar a frequência cardíaca e a constrição dos vasos sanguíneos, elevando a pressão arterial. Outra forma de explicar essa relação ocorre quando, em episódios de ansiedade, o corpo libera hormônios do estresse, como adrenalina e cortisol, que podem contribuir para o aumento da pressão arterial.

Simone, assim como o professor de História, desenvolveu problemas psicológicos após o “Massacre”. Além de incluir a terapia no seu dia a dia, outra atividade que se tornou rotineira para superar o desrespeito que sofreu foi a pintura de cadernos de desenho. Diferente de Fabiano, que guarda uma bala que resgatou do mar de artefatos jogados em meio à Praça Nossa Senhora de Salette, a única memória física que Simone decidiu guardar do dia 29 de abril de 2015 foi este livro.

Para Bento Aleixo, Policial Militar que foi escalado no dia 29, e diversos outros policiais, a missão orquestrada por Francischini não foi algo pelo qual ele se orgulha de ter participado. Com o fim do “massacre”, ele passou a ter uma visão pessimista de como as decisões são tomadas nos locais de poder.

Na análise pessoal do policial, quando os professores conseguiram impedir que o pacote fosse votado em fevereiro de 2015, a atitude demonstrou a força da categoria, mas quando a medida entrou em apreciação novamente em abril, e o secretário da segurança pública, em conjunto com o governador, arquitetaram a operação, a sensação de Aleixo foi de desesperança. Ou seja, para que uma democracia, se a decisão do mais forte sempre valerá mais?



No dia 6 de maio de 2015, alguns manifestantes foram chamados para compor a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em Brasília. O fórum debateu a violência policial contra os servidores no dia 29 de abril de 2015. Na ocasião, Luiz Carlos Jesus foi convidado a dar seu relato. Emocionado, relembrou a revolta que sentiu com o que ouviu do governo do estado, de que o culpado pelo ataque do pitbull era o próprio cinegrafista.

O ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda deputado federal pelo Rio de Janeiro, também compôs a mesa de ouvintes, mas não deixou de manifestar seu descontentamento após a fala de Jesus:

— Isso é um circo, bando de vagabundos. Vão trabalhar!

Em 2018, a professora aposentada Valci Mattos relembrou uma foto da comissão, na qual ficou sentada ao lado de Bolsonaro, e compartilhou no Facebook com a seguinte legenda: “6 de maio de 2015. Audiência sobre o 29 de abril em Brasília. Eu estava lá porque fui seriamente atingida na perna. Na foto, já estava ali quando essa

pessoa se sentou ao meu lado, (não o reconheci, talvez pela dor que sentia). [...] Deus, estávamos ali em legítimo direito, (defendíamos a poupança da Previdência, que o governo corrupto de Beto Richa e seus assecclas estavam roubando). Estar na batalha dia 29 de abril e aparar as balas de borracha com o próprio corpo, doeu. Mas ouvir depois Bolsonaro oferecer seu voto para Ustra, no dia que destituíram a Presidente Dilma, foi um soco no estômago. Agora imaginar como seria o seu governo, caso ganhe, me deixa doente. Por mim, pelas crianças dessa nação eu peço: DITADURA NÃO. DITADURA NUNCA MAIS”.

O nome Ustra citado por Bolsonaro e lembrado por Valci é o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro torturador do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) que foi condenado na Comissão da Verdade, promulgada pela [Lei 12.528](#) pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). No mesmo ano da publicação de Valci, Jair Bolsonaro foi eleito.



Após esse dia, mesmo com o desrespeito por parte de deputados como Jair Bolsonaro (PSL), Jesus considera que o amor à profissão permanece o mesmo, porque, ao escolher ser jornalista, ele tinha consciência dos riscos envolvidos nas diversas pautas que poderia cobrir. O que de fato mudou foi o seu cuidado no trabalho e o medo que, infelizmente, se tornou rotineiro quando as reportagens envolviam policiais e cachorros.

Henry Milléo também foi tomado pelo mesmo sentimento. Enquanto o “Massacre” acontecia, via ao seu redor outros fotógrafos que dividiam o mesmo risco que ele e, de certa forma, não estar sozinho trazia paz. Outra questão que dava segurança ao fotojornalista quando estava em campo era analisar o local antes do ápice do conflito se iniciar. Em cada ponto, ele traçava rotas de fuga, para que no calor do momento, quando se torna mais difícil planejar uma missão, ele já tivesse tudo determinado para se manter em segurança.

A Gazeta do Povo, veículo de comunicação que ele trabalhava na época, passou a disponibilizar equipamentos de segurança, como capacete, máscara com filtro e colete à prova de balas aos jornalistas que vão cobrir manifestações. Infelizmente, ou felizmente, a depender do ponto de vista, essa foi uma das inúmeras consequências diretas do “Massacre do Centro Cívico”.



Foto: Joka Madruga



